

RELATÓRIO

CONTAS DO GOVERNADOR 2020: RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Equipe de fiscalização autora do relatório composta pelos servidores do TCEPR: Leandro Henrique Cascaldi Garcia (coordenador), Artur Miguel Goi Eidt, Erick Braga Valentim, Eduardo Schnorr, Gustavo Serpe Machoski, Rafael Borges Dorneles

ENTIDADES AUDITADAS

Poder Executivo do Estado do Paraná (CNPJ 76.416.940/0001-28); Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP (CNPJ 76.416.932/0001-81); Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED (CNPJ 76.416.965/0001-21); Secretaria de Estado da Saúde – SESA (CNPJ 76.416.866/0001-40); Secretaria de Estado da Administração e Previdência – SEAP (CNPJ 73.071.579/0001-08); Serviço Social Autônomo PARANAPREVIDÊNCIA (CNPJ 03.165.607/0001-10); Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS (CNPJ 24.039.073/0001-55); Procuradoria Geral do Estado – PGE (CNPJ 79.026.340/0001-41); Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA (CNPJ 76.416.890/0001-89); Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes – SEPL (CNPJ 76.416.916/0001-99).

OBJETIVO

O objetivo geral deste trabalho é o de avaliar o cumprimento de ações e iniciativas que impactaram as Políticas Públicas do Poder Executivo do Estado do Paraná em 2020, em especial o estabelecimento de objetivos, a alocação de recursos públicos, a implementação de processos e a disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população.

USUÁRIOS PREVISTOS

Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e Chefe do Poder Executivo Estadual.

EMBASAMENTO

Constituição Federal de 1988; Emenda Constitucional n.º 45/2019; Lei Estadual n.º 19.790/2018; Lei Estadual n.º 17.435/2012; Lei Estadual n.º 18.370/2014; Lei Estadual n.º 12.398/1998; Lei Complementar n.º 101/00; Lei Federal n.º 4.320/1964; Lei Federal n.º 9.717/1998; e Lei Federal n.º 9.503/1997.

Período de realização da fiscalização: março/2020 a dezembro/2020.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de Relatório de Fiscalização realizado no âmbito da Comissão de Relatoria das Contas do Governador do exercício de 2020¹, objetivando avaliar o cumprimento de ações e iniciativas que impactaram as Políticas Públicas do Poder Executivo do Estado do Paraná em 2020, em especial o estabelecimento de objetivos, a alocação de recursos públicos, a implementação de processos e a disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população.

Este trabalho decorreu da competência de análise e relatoria das contas prestadas pelo Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício de 2020, atribuída ao Conselheiro José Durval Mattos do Amaral em virtude de sorteio realizado em 22 de janeiro de 2020, com base no art. 21, § 3º da Lei Complementar n.º 113/2005² e do art. 211, § 3º do Regimento Interno do Tribunal³, conforme Ata da Sessão Ordinária n.º 1/20, publicada no DETC de 17 de fevereiro de 2020.

A Comissão de Relatoria das Contas do Governador, relativas ao exercício de 2020 foi instituída pelas Portarias n.ºs 302/21, disponibilizada no DETC n.º 2481 de 18 de fevereiro de 2021, e 497/21, disponibilizada no DETC n.º 2518 de 14 de abril de 2021, e teve como sede a 5ª Inspeção de Controle Externo, superintendida pelo excelentíssimo Conselheiro Relator.

A fiscalização exercida pela Comissão de Relatoria das Contas do Governador se fundamenta no art. 75, I, da Constituição do Estado do Paraná⁴, no art. 9º c/c art. 21, §§ 3º e 4º⁶ da Lei Complementar n.º 113/2005 - Lei Orgânica do TCE/PR, e no

1 Protocolo n.º 24.935-0/21.

2 Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento. (...) § 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal de Contas.

3 Art. 211. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento. (...) § 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida na Lei Complementar n.º 113/2005, neste Regimento Interno e nos demais atos normativos.

4 Art. 75. O controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;

5 Art. 9º No exercício de suas funções, o Tribunal de Contas utilizará os procedimentos definidos no Regimento Interno para fiscalizar a execução contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial, avaliar os programas e as políticas públicas dos poderes estadual e municipal e dos responsáveis sujeitos à sua jurisdição.

6 Art. 21. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio, sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de sessenta dias a contar de seu recebimento. §3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar, durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida nesta lei e demais atos normativos do Tribunal de Contas.

§ 4º O acompanhamento compreende, também, a reunião de elementos de informação e prova para a elaboração, no exercício subsequente, na forma da legislação aplicável, do relatório final e parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado prestar anualmente à Assembleia Legislativa, como restar estabelecido em Regimento Interno ou norma regulamentar.

art. 176, I⁷ c/c art. 211, §§ 3º a 5º⁸, do Regimento Interno do TCE/PR.

Cumprido o objetivo a que se propôs, após a realização da fiscalização no Poder Executivo Estadual, os seus resultados passam a ser expostos neste Relatório.

2 MOTIVAÇÃO

Exame das Contas do Governador constitui a mais abrangente tarefa atribuída aos Tribunais de Contas pelas Constituições Federal, Estadual e legislações correlatas, seja por se configurar em instrumento de *accountability* perante a sociedade quanto à atuação governamental, quanto pela amplitude e relevância dos temas tratados, atinentes à gestão de recursos públicos na esfera estadual.

O referido exame tem fulcro nos arts. 70 e 71 da Constituição Federal, nos arts. 74 e 75 da Constituição do Estado do Paraná, bem como nas disposições da Lei Complementar n.º 113/2005, que estabelece as atribuições desta Corte de Contas, quais sejam as de fiscalizar as contas do Chefe do Poder Executivo, bem como dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

Para além das obrigações dos mandatórios constitucionais, esse trabalho foi inspirado no que é mais relevante do ponto de vista das políticas públicas, qual seja, demonstrar sua eficácia quanto aos seus processos, recursos e desempenho social. Todavia, o histórico de análise das prestações de contas tem mostrado descompasso entre o atual modelo de avaliação das contas e as exigências sociais contemporâneas. Enquanto a sociedade demanda cada vez mais respostas rápidas e eficazes do Poder Público às suas reivindicações, a Administração Pública permanece com gargalos, ineficiências e atitudes voltadas à solução de problemas de si própria, carecendo de foco na resolução dos problemas sociais.

Dessa forma, esta Avaliação de Políticas Públicas orientou-se para o controle externo, de forma concomitante, voltado às áreas mais relevantes do ponto de vista social. Isso não significou abdicar da fiscalização voltada a evitar práticas ilegais e desvios na gestão dos recursos públicos, mas priorizar a avaliação da qualidade dos serviços públicos que o governo entrega à sociedade.

7 Art. 176. O Tribunal constituirá órgãos auxiliares para o desempenho das atribuições do Tribunal, assim designados: (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

I - comissões permanentes e temporárias; (Incluído pela Resolução nº 24/2010)

8 Art. 211. O Tribunal de Contas emitirá parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado apresentar, anualmente, à Assembleia Legislativa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento. (...)

§ 3º O Relator das contas do Governador será designado, por sorteio, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno de cada ano, para acompanhar durante todo o exercício financeiro, a execução orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e a gestão fiscal, na forma estabelecida na Lei Complementar n.º 113/2005, neste Regimento Interno e nos demais atos normativos.

§ 4º O acompanhamento compreende, também, a reunião de elementos de informação e prova para a elaboração, no exercício subsequente, na forma da legislação aplicável, do relatório final e parecer prévio sobre as contas que o Governador do Estado prestar anualmente à Assembleia Legislativa, conforme restar estabelecido em ato normativo do Tribunal.

§ 5º Para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, a Relatoria terá o auxílio de uma equipe de trabalho de servidores do Tribunal.

Da análise, depreende-se que a avaliação dos resultados da atuação governamental, objeto deste trabalho, sobre a qual compete ao Tribunal de Contas emitir parecer prévio, é um forte indutor da participação social no acompanhamento da gestão governamental.

Assim, a análise aqui apresentada evolui para o conceito de Avaliação. Este conceito busca traduzir a ideia original do Constituinte, que é a verificação, por parte dos órgãos de controle externo, dos resultados da atuação governamental como um todo, e não somente de atos isolados ou desconexos.

Os trabalhos de Avaliação voltada a aspectos quantitativos e qualitativos de governo e integrada ao processo de fiscalização, objetivou a verificação do estabelecimento de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços pelo Estado, bem como a contextualização de seu desempenho social, a fim de fornecer elementos da maior relevância para a emissão do parecer prévio conclusivo.

Apresenta-se, a seguir, o conteúdo resumido de cada uma das suas seções tratadas neste relatório, além dessa introdução:

a) Objetivos – São demonstrados os objetivos gerais e específicos do trabalho de acompanhamento das Contas do Governador de 2020, de forma global e em cada área de avaliação.

b) Metodologia - Apresenta a metodologia utilizada pela equipe de análise da Prestação de Contas do Governador para avaliar os resultados da atuação do governo estadual em 2020, demonstrando os procedimentos e os métodos de avaliação de governo empregados no trabalho.

c) Resultados da Avaliação de Governo - Resultados da avaliação de governo realizada pelo Tribunal de Contas ao longo do exercício de 2020 por meio da avaliação do cumprimento das seguintes ações ou iniciativas pelo governo estadual: estabelecimento de objetivos, alocação de recursos públicos, implementação de processos e disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população.

d) Conclusão - Por fim, apresenta-se a conclusão dos trabalhos de avaliação das Contas do Governador de 2020, cujos principais aspectos da gestão de recursos e processos integra o presente relatório.

3 OBJETIVO E ESCOPO

O objetivo geral deste trabalho é o de avaliar o cumprimento de ações e iniciativas que impactaram nas políticas públicas do Poder Executivo do Estado do Paraná em 2020, em especial o estabelecimento de objetivos, a alocação de recursos públicos, a implementação de processos e a disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população.

Nessa análise, selecionou-se cinco áreas de governo para avaliação, com base em sua relevância social no conjunto das políticas públicas do estado e no histórico de análises de prestação de contas por esta Corte. Apresenta-se, a seguir, as cinco áreas com os seus respectivos objetivos:

a) Educação: avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

b) Saúde: avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos, produtos e serviços de saúde que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer;

c) Segurança Pública: avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos e serviços de segurança pública que visem reduzir os crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas;

d) Previdência: avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos e serviços do Regime Próprio de Previdência Social que visem a solvência financeira e atuarial;

e) Administração e Finanças: avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos e serviços que visem ao equilíbrio financeiro.

A partir da definição dos objetivos de avaliação, foi possível estabelecer quais são os processos críticos existentes para o alcance das metas das políticas públicas, possibilitando a avaliação dos itens essenciais para a implantação de políticas públicas em cada uma das cinco áreas prioritárias.

4 METODOLOGIA

A metodologia do trabalho de avaliação das Contas prestadas pelo Governador do Estado do Paraná relativas ao exercício financeiro de 2020 tem como base o marco regulatório que rege a administração pública, que orienta o planejamento, a execução e o relato sob o manto da tecnicidade estatuída pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), recepcionadas pelo TCE/PR via Resolução n.º 76/2020-TCE/PR.

Essas Contas de Governo foram analisadas sob os preceitos do processo de concomitância do controle externo, nos termos do Art. 21 §3º da Lei Complementar 113/2005, tendo como abordagem prioritária nos objetivos, recursos, processos, produtos e serviços desenvolvidos que estão sobre a tutela do Chefe do Poder Executivo, e, assim, possibilitando a integração dos processos de avaliação de governo e fiscalização, utilizando as premissas de planejamento estabelecidos nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público.

A forma de análise das referidas Contas se apoiou num modelo composto pela fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, com a avaliação de políticas públicas que, no entendimento deste Relator, é uma evolução a ser observada por este Tribunal de Contas a partir deste exercício.

A metodologia empregada nesta análise foi construída a partir de um processo de trabalho que observa os seguintes princípios:

a) Ênfase no planejamento: utilização de levantamentos de dados, estudos preliminares e painéis de referência com especialistas para definição das áreas, objetos, objetivos e itens a serem avaliados. A partir do conhecimento construído, desenvolve-se o processo de planejamento operacional da avaliação de governo, que deve seguir metodologias e técnicas objetivas e padronizadas para delimitação das amostras e ações de fiscalização específicas.

b) Priorização de áreas com maior relevância social: com base em estudos e na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, priorizou-se cinco áreas para a avaliação de governo em 2020, levando em conta critérios de relevância, alinhamento estratégico e efetividade, riscos envolvidos, a saber: Educação, Saúde, Segurança Pública, Previdência e Administração e Finanças.

c) Enfoque na metodologia: para aumentar a efetividade do controle externo, as avaliações são planejadas, executadas e relatadas com base em metodologia padronizada e normatizada, advinda da fiscalização, executada por corpo técnico especializado e com competências exclusivas;

d) Concomitância do controle externo: a obrigação de se acompanhar durante todo o exercício financeiro a ser apreciado pelo Tribunal no exercício subsequente, ou seja, no instante em que a política se desenvolve, objetivando diagnosticar preventivamente situações problemas e, podendo ainda, evitar a prática de qualquer ato antieconômico e outros que possam provocar desperdícios de recursos públicos.

e) Integração dos processos de avaliação de governo e fiscalização: esta avaliação de governo tem como propósito consolidar os trabalhos de fiscalização desenvolvidos pelas Inspetorias de Controle Externo, resultando na otimização dos processos e na atuação integrada entre a equipe de análise da Prestação de Contas do Governador e as equipes de fiscalização dos órgãos estaduais.

f) Abordagem prioritária nos objetivos, recursos, processos, produtos e serviços: as áreas do governo foram avaliadas quanto ao seu desempenho geral e não em atos de governo específicos, com a verificação do estabelecimento de objetivos para as políticas públicas, da alocação dos recursos públicos, da implementação de processos e da disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população, em cada ano da sua gestão.

g) Aproximação com a sociedade: busca por estreitar os laços com a sociedade paranaense, considerando as expectativas sociais pelo desempenho do governo a fim de trazer resultados cada vez mais concretos e benéficos aos cidadãos paranaenses. Adicionalmente, o órgão almeja promover o controle social e prover as informações necessárias para que os próprios cidadãos possam exercer seu direito de fiscalizar os gestores públicos.

Esta avaliação seguiu as diretrizes metodológicas utilizadas para a fiscalização do setor público, em consonância com a NBASP e as Normas de Auditoria Governamental (NAGs). Os procedimentos são descritos a seguir:

Planejamento: fase de diagnóstico e elaboração dos papéis de trabalho de avaliação de governo. Subdivide-se em:

a) Desempenho Social: definição de qual é o desempenho social almejado na área e os processos e recursos que o impactam;

b) Objeto e Objetivo: estabelecimento do enfoque, escopo e prioridade da avaliação a ser efetuada com base no desempenho social esperado em cada área;

c) Estudos Preliminares: levantamento de informações relevantes sobre o objeto avaliado para adquirir-se o conhecimento necessário à formulação das questões que serão examinadas;

d) Diagnóstico Preliminar: emprega-se técnicas a partir da interpretação sistemática das informações coletadas e da identificação dos principais problemas relativos ao desempenho do objeto selecionado, para avaliar e classificar aqueles com maior impacto de ocorrência;

e) Questões de Avaliação: a partir dos problemas com maior impacto de ocorrência, elabora-se as questões para sua verificação. A partir dos problemas com maior risco (probabilidade e impacto) de ocorrência, seleciona-se as questões a serem validadas por procedimentos específicos de fiscalização;

f) Matriz de Planejamento: definidos o objeto e as questões de avaliação, sistematiza-se as informações necessárias à avaliação por meio da Matriz de Planejamento, que contém as questões de avaliação, os critérios legais ou normativos, as fontes dos critérios, as informações necessárias, as fontes de informação e os procedimentos gerais;

g) Formulários de Avaliação: elabora-se os instrumentos de coleta e análise dos dados que serão utilizados durante a execução da avaliação, composto de um formulário mestre contendo Itens de Verificação necessários a responder às questões de avaliação e formulários auxiliares para aplicação das técnicas de coleta de dados – entrevista, questionário ou observação física.

Execução: fase de aplicação dos formulários de avaliação. Consubstancia-se em:

a) Comunicação: comunicação ao Chefe do Poder Executivo sobre as áreas de governo a serem avaliadas e a metodologia de cálculo utilizada, por meio do ofício n.º 6/2020 - GCDA, protocolado n.º 389060/20, encaminhado via e-Protocolo 16.676.801-2.

b) Questionários: encaminhou-se, na forma do quadro a seguir, ao governo do estado, questionários para resposta com relação a todos os problemas de maior impacto selecionados. Após o preenchimento, serão consolidadas as respostas para atribuição de nota;

Quadro 1 - Questionários enviados

OFÍCIO GCDA	DATA	PROTOCOLO	ENTIDADE	CACO
07/20	19/06/2020	389078/20	SEED	192725
08/20	19/06/2020	389230/20	FUNEAS	192726
09/20	19/06/2020	389248/20	SESA	192728
10/20	19/06/2020	389256/20	SESP	192737
11/20	19/06/2020	389388/20	PRPREV	192738
12/20	19/06/2020	389396/20	SEAP	192740
13/20	19/06/2020	389426/20	PGE	192741
14/20	19/06/2020	389434/20	SEFA	192743
15/20	19/06/2020	389442/20	SEPL	192744

Fonte: autores (2020).

c) Validação: solicitação de documentações, realização de entrevistas e visitas *in loco* para a verificação das respostas aos questionários, aplicados nas questões ou itens de maior risco. Busca-se evidências para a validação ou não das respostas. No ano de 2020, devido à pandemia do coronavírus, não foi possível a realização de visitas *in loco* para validação dos questionários, limitando-se a validação à análise de documentos e realização de entrevistas de forma remota.

Relato: instrumento formal e técnico por intermédio do qual a equipe comunica o objetivo e as questões de avaliação, a metodologia usada, os resultados obtidos e as conclusões. Ao término da elaboração do relatório, este é encaminhado ao governo para ciência, divulgado à sociedade e encaminhado às instâncias competentes do TCE/PR para subsídio à análise e emissão de parecer prévio da Prestação de Contas do Governador.

Os procedimentos de execução, que englobaram o envio de questionários e validação das informações, foram realizados entre os meses de junho e novembro de 2020, dessa forma, refletem a realidade do Estado nesse período.

A avaliação do governo quanto aos objetivos, processos, recursos, produtos e serviços será feita em cada uma das cinco áreas por meio dos seguintes cálculos:

$$P_N = \frac{\sum_i^n QA_i}{QA_T} \times 10$$

Sendo que:

$$QA_i = \frac{\sum_i^n IV_i}{IV_T}$$

Em que:

P_N = Pontuação da Função de Governo na Área N ;

QA_i = Pontuação obtida na Questão de Avaliação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

QA_T = Total de Questões de Avaliação;

IV_i = Pontuação obtida no Item de Verificação i , em que $i = 1, 2, 3, \dots, n$;

IV_T = Total de Itens de Verificação da Questão de Avaliação i .

As pontuações atribuídas a cada Item de Verificação serão de 0 (zero), caso este não seja atendido; 1 (um) caso atendido totalmente; ou um valor intermediário caso seja atendido parcialmente, na medida de seu cumprimento. A Pontuação da Função do Governo de cada uma das áreas, por sua vez, situar-se-á no intervalo entre 0 (zero) e 10 (dez).

Para contextualizar a Pontuação da Função de Governo obtida em cada uma das áreas, também será apresentado o principal indicador de desempenho relacionado com o objetivo da avaliação de governo realizada na área, a fim de demonstrar a situação atual do desempenho social em que está inserida a política pública.

Ao final, por meio do Ofício n.º 2/21-GCDA, protocolo n.º 81290/21, encaminhou-se ao Chefe do Poder Executivo, via e-Protocolo 17.364.890-1, as respostas validadas aos questionários encaminhados no âmbito das Avaliações das Funções de Governo, nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Previdência e Administração.

5 VISÃO GERAL DO TEMA

Nas⁹ últimas décadas o Poder Público tem lidado com o ressurgimento da importância das políticas públicas como elo para resgatar sua credibilidade junto à sociedade. Esse ressurgimento deve-se, em grande parte, às restrições financeiras e políticas que estão sendo impostas aos governos, gerando demandas pela elaboração de políticas públicas eficientes e efetivas. Vários fatores contribuíram para o crescimento da importância do campo da política pública, tanto nos países industrializados como nos em desenvolvimento.

O primeiro fator foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade.

O segundo fator, mais diretamente relacionado com países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém democratizados, é que a maioria desses países, em especial o Brasil, ainda não conseguiu equacionar, minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a esse desafio não são fáceis, nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto, o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública.

Existe uma miríade de variáveis que também impactam a política pública e somente estudos de caso específicos, como este trabalho que ora se apresenta,

9 Baseado no trabalho :Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas*
De: Celina Souza Professora da UFBA e Pesquisadora Visitante do Departamento de Ciência Política da USP

podem identificá-las. A correta identificação dessas variáveis e da sua influência na implementação das políticas públicas é o ponto-chave para corrigir seus possíveis problemas.

Um dos mecanismos mais importantes capazes de assegurar a eficácia da política pública é sua avaliação. No entanto, por não se conceder a mesma importância à fase de formulação, as avaliações que têm sido produzidas parecem incompletas.

Avaliação não se confunde com acompanhamento das ações governamentais porque a avaliação incorpora elementos de valor e de julgamento. Ou seja, a avaliação tem um conteúdo substantivo porque atribui valor. Outra questão importante na avaliação é a definição de critérios, fundamentais para que possamos afirmar se uma política deve continuar a ser implementada e se essa política é preferível a qualquer outra.

Avaliar é indicar se uma dada política está contribuindo para uma desejável quantidade e distribuição de bem-estar (Figueiredo e Figueiredo, 1986) e se essa política está promovendo mudanças nos sistemas econômico e social destinadas a alcançar os resultados desejados. Por fim, avaliar significa compreender e explicar o “que funciona para quem e em que circunstâncias” (Sanderson, 2002: 2).

Existem várias formas de se abordar a questão da avaliação, e neste trabalho a equipe utilizou uma das delas, cuja contexto metodológico está disposto no item 4 - Metodologia. Em geral, a avaliação se concentra nos desdobramentos da política pública, ou seja, legislação, planos, programas, projetos que dela resultam.

Por fim, cabe destacar que a avaliação das principais políticas do estado, foco deste trabalho, tem o condão de aferir a eficácia de uma política pública, isto é, se a política/plano/programa/projeto está sendo (ou foi) implementada de acordo com as diretrizes concebidas para a sua execução e se o seu produto no campo social atingirá (ou atingiu) as metas desejadas.

6 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DE GOVERNO

6.1 EDUCAÇÃO

6.1.1 Introdução

A Educação pública no Estado do Paraná foi uma das cinco áreas estabelecidas como prioritárias devido à sua relevância social em face das demais áreas de governo. Por meio de análise de relevância e impacto dos setores existentes na área de Educação, como também devido às responsabilidades do governo estadual na política pública, definiu-se como objeto desta avaliação os anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano) e o ensino médio da rede pública estadual.

Ademais, a fim de proporcionar uma análise que resulte em uma melhoria no desempenho social finalístico da área, estabeleceu-se, dentre os objetivos sociais

previstos pelo Plano Nacional de Educação e pelo Plano Estadual de Educação, aqueles com maior relevância e impacto no bem-estar social, quais sejam: a qualidade do ensino, o acesso escolar e a redução da evasão escolar.

Portanto, o objeto e o objetivo a serem abordados neste trabalho são:

OBJETO:	Objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
OBJETIVO:	Avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Dessa forma, todos os itens avaliados na área de Educação levarão em consideração o impacto no objetivo estabelecido de melhoria da qualidade do ensino, aumento no acesso escolar e a redução da evasão escolar, estando as Questões de Avaliação relacionadas direta ou indiretamente a um ou mais objetivos.

6.1.2 Avaliação de Governo na Educação

A avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Educação pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi conduzida por meio da verificação do cumprimento das Questões de Avaliação que impactem os objetivos propostos da área. As Questões de Avaliação, por sua vez, são compostas por Itens de Verificação que examinam cada aspecto da gestão pública.

A análise buscou alcançar os pontos críticos referentes à política de educação básica no Estado do Paraná, perpassando por assuntos relativos ao processo de avaliação da qualidade do ensino; à política para redução da evasão escolar; aos meios para o acesso escolar, bem como ao ensino em tempo integral; ao alinhamento das diretrizes e propostas pedagógicas; à política de enfrentamento à violência nas escolas; às políticas de transporte e alimentação escolar; às condições estruturais e mobiliárias dos estabelecimentos de ensino; à política de formação dos professores; à garantia do cumprimento do plano de trabalho e às políticas de acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar.

A avaliação conjunta dos temas enumerados resultou em uma visão mais ampla a respeito dos pontos-chave de sucesso da política educacional do Estado, permitindo a realização de um diagnóstico efetivo sobre a área, traduzido pela Pontuação da Função de Governo, que vai de zero a dez.

Os resultados da análise na área da Educação encontram-se no Quadro 2, a seguir, que apresenta cada Questão de Avaliação com sua respectiva pontuação, bem como a Pontuação da Função de Governo da área:

Quadro 2 – Resultado da Avaliação de Governo na Educação

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA1: Há um processo implementado de avaliação, monitoramento e controle da qualidade do ensino regular?	SIM	0,67
QA2: Há política implementada a fim de reduzir a evasão escolar?	SIM	0,50
QA3: Os meios existentes para proporcionar a oferta de vagas no ensino regular são suficientes para atender à demanda?	SIM	0,64
QA4: Há política e meios suficientes para proporcionar a oferta de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	SIM	0,50
QA5: As diretrizes pedagógicas estaduais alinham-se às diretrizes nacionais e guardam sintonia entre os níveis de ensino?	PARCIALMENTE	0,60
QA6: Os estabelecimentos de ensino possuem proposta pedagógica alinhada às diretrizes pedagógicas estaduais e nacionais?	SIM	0,98
QA7: Há política implementada de prevenção e enfrentamento à violência e às drogas nos estabelecimentos de ensino?	SIM	0,56
QA8: A política de transporte escolar propicia condições para a efetiva locomoção dos alunos?	PARCIALMENTE	0,62
QA9: A política de alimentação escolar propicia condições para a efetiva nutrição dos alunos?	PARCIALMENTE	0,91
QA10: O layout e as condições estruturais dos estabelecimentos de ensino propiciam condições para o efetivo aprendizado dos alunos?	SIM	0,71
QA11: Os estabelecimentos de ensino possuem mobiliário, equipamentos e materiais escolares que propiciem condições para o aprendizado dos alunos?	SIM	0,73
QA12: Há política de acompanhamento e incentivo à formação dos professores?	NÃO	0,50
QA13: Há ações com vistas a avaliar e valorizar o mérito profissional e acadêmico dos professores?	NÃO	0,67
QA14: Há procedimentos com vistas a assegurar o cumprimento integral do plano de trabalho e dos dias letivos estabelecidos para o ano escolar?	SIM	0,92
QA15: Há procedimentos que visem o acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos, provendo meios para a sua melhoria?	SIM	0,92
PONTUAÇÃO DA FUNÇÃO DE GOVERNO DE EDUCAÇÃO:		6,95

Fonte: autores (2020).

Por meio do processo avaliativo realizado, verificou-se que o processo de avaliação, monitoramento e controle da qualidade do ensino regular (QA1) atingiu apenas 67% de implementação no Estado. Destaca-se que há um processo instituído de avaliação da qualidade dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, todavia há carências quanto à notificação dos estabelecimentos do ensino quanto

ao resultado de sua avaliação de seu desempenho e não há processo estabelecido de divulgação ao público das cumprimentos das metas de qualidade dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio previstas no Plano Estadual de Educação (Meta 7). Ademais, não há processo de prestação de assistência técnica financeira aos estabelecimentos de ensino com resultado da avaliação inferior à média.

Quanto à política de redução da evasão escolar (QA2), houve o atingimento de apenas 50% do objetivo proposto. Ainda que haja, por parte da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), a realização de levantamento anual da evasão escolar por estabelecimento de ensino, não há processo estabelecido de avaliação dos estabelecimentos com maior evasão escolar, relacionando-os com as suas principais deficiências estruturais e pedagógicas ou com o seu grau de interação com a comunidade escolar.

Também não há divulgação do cumprimento da meta de adequação idade-série do ensino fundamental prevista no Plano Estadual de Educação (Meta 2), por parte da SEED, nem foi comprovada a existência de processo estabelecido de prevenção à evasão escolar motivada por situações de discriminação, preconceito ou violência pois, em sede de validação, não foi apresentado detalhamento dos motivos que levaram cada aluno ao abandono, de forma a identificar aqueles que foram motivados por situações de discriminação, preconceito ou violência, de forma a promover políticas específicas a esse grupo.

Com relação aos meios existentes para proporcionar a oferta de vagas no ensino regular (QA3), verificou-se que houve o alcance de 64% dos itens avaliados. Não há levantamento anual que dimensione a demanda escolar do ensino fundamental (anos finais), do ensino médio, da Educação Profissional Técnica e da Educação de Jovens e Adultos, inclusive aquela que eventualmente não esteja sendo atendida pela rede pública. Também não há levantamento anual que dimensione a demanda escolar futura, estabelecendo cenários em virtude de mudanças demográficas.

Ademais, observou-se que não há levantamento anual que dimensione o número de estruturas escolares no ensino regular necessários para atender à demanda escolar. Não se verificou atendimento ao critério estipulado pelo Parecer CNE/CEB n.º 8/2010, que estabelece número máximo de 30 alunos por turma nos anos finais do ensino fundamental e médio; não há divulgação do cumprimento das metas de universalização do ensino fundamental e médio previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 2 e 3).

Há carências com relação à implementação da política e dos meios para proporcionar a oferta de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral (QA4), cujo atendimento dos itens foi de 50%. Verificou-se a ausência de um levantamento anual que quantifique a necessidade de estruturas escolares e professores para o atendimento à demanda escolar por ensino em tempo integral.

Também não há estruturas escolares e professores suficientes para o atendimento à demanda por atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral, evidenciada pelo não cumprimento da Meta 6 do Plano Estadual da Educação (PEE), que possuía, em 2019, apenas 15,2% de alunos em tempo integral em face da meta de 60% estabelecida. Além disso, não há o atendimento ao percentual estabelecido de escolas públicas da educação básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos em jornada de tempo integral – 31,7%, contra a meta de 65% estabelecida pelo Plano. Além disso, a SEED não divulga o cumprimento da meta de oferta de ensino em tempo integral, prejudicando a transparência das informações.

A Questão de Avaliação 5 (QA5), que abordou o alinhamento das diretrizes pedagógicas estaduais com as nacionais, bem como a sintonia das diretrizes entre os níveis de ensino, obteve atingimento de 60% pelo Estado. Verificou-se que não há diretrizes pedagógicas nem base curricular estadual instituídas para o ensino médio, em virtude de não terem sido publicados os Documentos Curriculares Orientadores do Ensino Médio pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Com relação ao alinhamento das propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino às diretrizes pedagógicas estaduais e nacionais (QA6), o atendimento aos quesitos foi de 98%. Essa questão foi validada com as escolas estaduais por meio de questionário, e verificou-se que a maior parte dos estabelecimentos efetivamente atingiu os itens propostos. Como pontos de melhoria, há a necessidade de que todas as escolas possuam proposta pedagógica que estabeleça o calendário escolar (4% das escolas não atenderam), a carga horária de cada curso (4%) e os planos de cursos (7%). Ademais, 4% das escolas afirmaram não haver participação e consulta de alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar ou regimentos escolares.

A QA7 abordou a implementação de política para prevenção e enfrentamento à violência e às drogas nos estabelecimentos de ensino. Nessa seara, o Estado obteve atingimento de 56% dos itens de verificação. Destaca-se que não há um diagnóstico anual com relação à incidência de atos de intimidação sistemática (bullying) nos estabelecimentos de ensino e nem políticas universais instituídas de enfrentamento à violência, ao bullying e às drogas em âmbito escolar.

No tocante à política de transporte escolar, esta atingiu 62% dos objetivos relativos ao estabelecimento de condições para a efetiva locomoção dos alunos (QA8). Quanto à otimização das rotas do transporte escolar, há um planejamento para tanto em apenas 77% das escolas respondentes. Ademais, em apenas 79% dos estabelecimentos há veículos suficientes para atendimento a toda a demanda por transporte escolar. Situação semelhante ocorre com os recursos humanos, disponíveis em apenas 78% das escolas, para a operacionalização das rotas de transporte escolar.

Também não há processo estabelecido para a contratação de recursos humanos e para a aquisição de veículos de transporte escolar a fim de atender à demanda. Em somente 73% das escolas há verificação, de forma periódica, da adequação das condições mecânicas, de conforto e de segurança dos veículos que realizam o transporte escolar. Por fim, não há processo estabelecido com vistas a verificar o cumprimento dos requisitos para a habilitação de condutor de veículos de transporte escolar estabelecidos no art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro.

A Questão de Avaliação 9 (QA9) verificou se a política de alimentação escolar implementada propicia condições para a efetiva nutrição dos alunos. O atendimento aos quesitos nessa questão foi de 91%. Como principais pontos de atenção, aponta-se que em apenas 44% dos estabelecimentos escolares o cardápio é elaborado por nutricionista; em somente 69% das escolas há mobiliário adequado para as cozinhas e os refeitórios no estabelecimento escolar e em apenas 74% delas há recursos humanos suficientes para o preparo de refeições em todos os estabelecimentos escolares.

Além disso, nem todas as escolas possuem procedimentos implementados para garantir que os alunos tenham suas necessidades nutricionais atendidas em situações contingentes, como no ensino remoto durante a pandemia de coronavírus – 84% atenderam tal requisito.

Quanto ao layout e as condições estruturais dos estabelecimentos de ensino (QA10), houve o atendimento de 71% dos itens, que avaliaram se as estruturas propiciam condições para o efetivo aprendizado dos alunos. Os pontos mais sensíveis são os relativos à existência de ambientes em condições estruturais adequadas: em apenas 5% há laboratório de artes; em 34% há sala de multimídia; em 47% há refeitório; em 51% há laboratório de ciências; em 65% há laboratório de informática; em 66% há quadra esportiva; em 70% há biblioteca; em 78% há área de convivência e em 80% há cozinha.

A questão seguinte (QA11) avaliou se os estabelecimentos de ensino possuem mobiliário, equipamentos e materiais escolares que propiciem condições para o aprendizado dos alunos. Nesse aspecto, o Estado alcançou 73% dos objetivos. As maiores deficiências observadas foram quanto à inexistência de equipamentos ou materiais nas escolas: apenas 42% possuem equipamentos para o conforto térmico dos alunos; 43% possuem equipamentos científicos em boas condições de uso; 47% possuem equipamentos para conforto térmico dos professores; 61% possuem acesso à internet via banda larga de alta velocidade; 67% possuem equipamentos e materiais de informática para os alunos em boas condições de uso e 70% possuem tais itens para os professores.

Ademais, verificou-se que em apenas 55% dos estabelecimentos de ensino há a distribuição de kit escolar suficiente de forma contínua aos alunos, inclusive em

situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial, e somente 69% possuem a distribuição de material escolar de forma contínua.

Com relação à política de acompanhamento e incentivo à formação dos professores (QA12), houve o atendimento de 50% dos itens de verificação. Essa nota é reflexo das respostas fornecidas pela gestão estadual, tendo em vista a questão não ter sido objeto de validação. Informou-se não haver política estadual instituída de formação dos profissionais da educação; não há divulgação do cumprimento das metas de formação dos professores previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 15 e 16) e nem processo estabelecido para formação dos professores com vistas a garantir que todos obtenham formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Também não há ampla disponibilização de produções acadêmicas didático-pedagógicas, científicas, culturais e tecnológicas no Portal Educacional do Estado do Paraná, bem como não há processo estabelecido para concessão de licença remunerada para pós-graduação *stricto sensu* a professores.

O Estado relatou não possuir processo estabelecido de acompanhamento dos profissionais iniciantes por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar a decisão pela efetivação após o estágio probatório. Por fim, também não se verifica o oferecimento, durante período de estágio probatório, de curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina.

Ainda na temática de pessoal, a Questão de Avaliação 13 (QA13) objetivou verificar a existência de ações com vistas a avaliar e valorizar o mérito profissional e acadêmico dos professores. Nesse aspecto, o Poder Executivo obteve um grau de implementação de 67%. Os dados foram obtidos a partir de questionário respondido pelo Estado, sem validação específica para a questão. Como pontos de atenção, destaca-se que não há política implementada de avaliação do mérito pedagógico dos professores. Além disso, o Estado não cumpre o percentual mínimo de 85% de professores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

A Questão de Avaliação 14 (QA14) avaliou a existência de procedimentos com vistas a assegurar o cumprimento integral do plano de trabalho e dos dias letivos estabelecidos para o ano escolar, em que o Estado obteve alto grau de atendimento – 92%. Não obstante, observou-se que somente 19% dos estabelecimentos de ensino possuem processo estabelecido para ampliação da carga horária do ensino médio, de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas anuais. Todos os demais itens apresentaram atingimento superior a 90%.

Quanto à implementação de procedimentos que visem o acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos, provendo meios para a sua melhoria (QA15), houve o cumprimento de 92% dos objetivos

previstos. Merece atenção o item relativo às práticas estabelecidas de aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação ou progressão parcial para todos os alunos com rendimento escolar defasado, em que somente 68% das escolas afirmaram possuir.

Também se destaca o fato de que 85% dos estabelecimentos de ensino têm processo estabelecido para acompanhamento individualizado dos alunos em situações contingentes que impossibilitem o ensino presencial, como no caso da pandemia do coronavírus, devendo esta ser uma prática universal nas escolas.

6.1.3 Contextualização Social

O desempenho social da Educação no Estado do Paraná contextualiza-se dentro da avaliação de governo por meio da aferição do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador de nível nacional que mensura a qualidade do ensino e a taxa de aprovação escolar.

O resultado do IDEB na rede estadual para os anos finais do ensino fundamental em 2019¹⁰ foi de 5.1, cumprindo a meta estabelecida para o ano, também de 5.1. Todavia, para a rede estadual do ensino médio, foi atingida a nota de 4.4, não alcançando a meta de 4.9. A evolução das notas do IDEB ao longo dos anos foi a seguinte:

Tabela 1 - Evolução do IDEB da rede estadual paranaense entre 2015 e 2019

8ª SÉRIE / 9º ANO EF			3ª SÉRIE EM		
2015	2017	2019	2015	2017	2019
4.3	4.6	5.1	3.6	3.7	4.4

Fonte: autores (2020).

Da análise, conclui-se que houve evolução nos indicadores do IDEB desde o ano de 2015, demonstrando melhora no índice de qualidade do ensino e de taxa de aprovação escolar. Todavia, a rede estadual do ensino médio ainda se encontra distante do alcance da meta estabelecida para o exercício de 2019.

6.1.4 Conclusão

A Pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Educação no exercício de 2020 foi de 6,95, o que indica que o Governo do Estado atingiu 69,5% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo.

Do exposto, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou de forma parcial os objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem à melhoria da qualidade do ensino, a elevação do acesso escolar e a redução da evasão escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

¹⁰ Devido à sua característica bienal, o IDEB é aferido em anos ímpares, não havendo dado disponível para o exercício de 2020. Dessa forma, foi utilizado o dado mais recente.

6.2 SAÚDE

6.2.1 Introdução

A Saúde pública no Estado do Paraná foi estabelecida como uma das temáticas prioritárias devido à sua relevância social. Estabeleceu-se os assuntos prioritários a se analisar por meio da formulação de Questões de Avaliação a partir de uma análise de relevância e impacto.

Com o propósito de verificar os pontos críticos mais sensíveis à melhoria no desempenho social finalístico da área, estabeleceu-se como objetivo precípua desta avaliação os principais fatores que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer.

Portanto, o objeto e o objetivo a serem abordados neste trabalho são:

OBJETO:	Objetivos, processos, recursos, produtos e serviços de saúde que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer.
OBJETIVO:	Avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos, produtos e serviços de saúde que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer.

Portanto, os itens avaliados na área de Saúde levaram em conta o impacto no objetivo estabelecido de aumento na expectativa de vida ao nascer, estando as Questões de Avaliação relacionadas direta ou indiretamente a um ou mais objetivos.

6.2.2 Avaliação de Governo na Saúde

A avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Saúde pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi conduzida por meio da verificação do cumprimento das Questões de Avaliação que impactem os objetivos propostos da área. As Questões de Avaliação, por sua vez, são compostas por Itens de Verificação que examinam cada aspecto da gestão pública.

A avaliação perpassou pelos pontos críticos referentes à política de saúde no Estado do Paraná, em especial em relação aos seguintes assuntos: implementação de uma Política e um Plano Estadual de Saúde alinhados às diretrizes nacionais; regionalização, hierarquização e integração das ações e serviços de saúde com os Municípios; apoio e fornecimento aos municípios de meios e instrumentos para a prestação dos serviços de saúde, bem como avaliação e controle de suas ações; ações de regulação e articulação de referência e contrarreferência entre as atenções primária e especializada; coordenação e execução de ações em situações de emergência de saúde pública; coordenação e execução de vigilância epidemiológica e sanitária; existência de pessoal suficiente e qualificado para a realização de ações e serviços de saúde; condições estruturais das unidades/hospitais estaduais; condições dos materiais e equipamentos; ações de fiscalização e controle suplementar dos estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde; ações suplementares

de atenção primária à saúde; ações de atenção especializada à saúde e de serviços urgência e emergência; ações de regulação, organização, controle e distribuição de medicamentos; e facilitação à população do acesso a informações dos serviços públicos de assistência à saúde.

A avaliação conjunta dos assuntos mencionados redundando em uma ampla visão análise a respeito dos pontos-chave para o sucesso da política de saúde do Estado, permitindo a realização de um diagnóstico efetivo sobre a área, materializado pela Pontuação da Função de Governo, que vai de zero a dez.

Os resultados da análise na área da Saúde encontram-se no Quadro 3, a seguir, que apresenta cada Questão de Avaliação com sua respectiva pontuação, bem como a Pontuação da Função de Governo da área:

Quadro 3 - Resultado da Avaliação de Governo na Saúde em 2020

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA1: Há uma Política e um Plano Estadual de Saúde implementados e alinhados às diretrizes nacionais?	PARCIALMENTE	0,75
QA2: O Estado realiza, em conjunto com os Municípios, a regionalização, hierarquização e integração das ações e serviços de saúde?	SIM	0,90
QA3: O Estado apoia e fornece aos municípios meios e instrumentos para a prestação dos serviços de saúde, bem como avalia e controla as suas ações a fim de proporcionar a sua melhoria?	SIM	0,81
QA4: Há ações implementadas de regulação e articulação de referência e contrarreferência entre as atenções primária e especializada?	PARCIALMENTE	0,78
QA5: Há medidas implementadas de coordenação e execução de ações em situações de emergência de saúde pública?	PARCIALMENTE	0,75
QA6: Há ações implementadas de coordenação e, em caráter complementar, de execução de vigilância epidemiológica e sanitária?	PARCIALMENTE	0,67
QA7: Há pessoal suficiente e qualificado para a realização de ações e serviços de saúde em âmbito estadual?	SIM	0,56
QA8: As condições estruturais das unidades/hospitais estaduais propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde?	SIM	0,64
QA9: As condições dos materiais e equipamentos propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde estaduais?	SIM	0,57
QA10: Há ações implementadas de fiscalização e controle suplementar dos estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde?	PARCIALMENTE	0,92
QA11: Há ações suplementares implementadas de atenção primária à saúde?	SIM	0,63

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA12: Há ações implementadas de atenção especializada à saúde e de serviços urgência e emergência?	SIM	0,83
QA13: Há ações implementadas de regulação, organização, controle e distribuição de medicamentos?	PARCIALMENTE	0,75
QA14: Há a facilitação à população do acesso a informações dos serviços públicos de assistência à saúde?	SIM	0,53
PONTUAÇÃO DA FUNÇÃO DE GOVERNO DE SAÚDE:		7,20

Fonte: autores (2020).

A avaliação feita na Saúde permitiu concluir que a implementação de uma Política e de um Plano Estadual de Saúde (QA1), até o momento, atingiu o índice de 75%. Há uma política e Plano Estadual de Saúde implementados e vigentes, todavia o Plano Estadual de Saúde não apresenta a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de repasse de recursos aos municípios, não possui elementos para subsidiar adequadamente o planejamento e o orçamento público relativo aos serviços de saúde e não prevê processos e procedimentos para a sua revisão periódica.

Quanto às ações, em conjunto com os Municípios, de regionalização, hierarquização e integração das ações e serviços de saúde (QA2), houve o atingimento de 90% do objetivo proposto. Essa questão foi levantada junto às secretarias de saúde dos Municípios paranaenses e, dentre os pontos de atenção, verificou-se que apenas 83% informaram que Estado possui processos e procedimentos estabelecidos para a revisão, adequação e melhorias do planejamento e diretrizes da regionalização e integração das ações e serviços de saúde; 85% afirmaram haver detalhamento das ações e serviços de saúde prestados em cada região de saúde, bem como das esferas responsáveis pela sua gestão e oferta; e 87% disse que o Estado informa as diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados.

Com relação ao apoio e ao fornecimento aos municípios de meios e instrumentos para a prestação dos serviços de saúde (QA3), verificou-se que houve o alcance de 81% dos itens avaliados. Essa questão também foi aferida com os Municípios por meio de questionário. Uma situação de alerta emerge devido ao menor número de respondentes que afirmaram que o Estado possui ações de incentivo e assessoramento para a formação de consórcios intermunicipais de saúde – 72%; da existência de diagnósticos situacionais dos municípios quanto aos critérios preconizados em lei para a transferência de recursos – 70%; e da existência de parâmetros e indicadores previamente estabelecidos que vinculem a transferência de recursos às necessidades dos municípios – 70%.

A questão seguinte avaliou a existência de ações de regulação e articulação de referência e contrarreferência entre as atenções primária e especializada (QA4), com atingimento de 78% do objetivo. Com base nas informações providas pelos Municípios paranaenses, observou-se que os processos de referência e contrarreferência adotados atualmente não proporcionam a disponibilização tempestiva do serviço de saúde à necessidade do cidadão – apenas 43% das localidades responderam afirmativamente.

Outro ponto sensível refere-se à implementação de sistema que registre o histórico médico dos pacientes e possibilite a troca de informações entre os diferentes níveis de complexidade de atenção à saúde: nesse aspecto, apenas 55% dos Municípios reportaram a funcionalidade do controle estadual. Ademais, apenas 60% informaram existir processos e procedimentos estabelecidos para o monitoramento e a avaliação do cumprimento dos protocolos definidos para disponibilizar a alternativa assistencial mais adequada a cada caso. Por fim, faltam iniciativas para estimular e auxiliar os municípios na implementação de complexos reguladores, em que apenas 72% dos Municípios informaram haver.

Com relação às medidas implementadas de coordenação e execução de ações em situações de emergência de saúde pública (QA5), diretamente relacionada com a pandemia do coronavírus, houve o cumprimento de 75% dos itens. Não foram apresentados estudos para embasar os investimentos realizados nem diagnóstico quanto à efetividade das medidas e dos investimentos efetuados para dar enfrentamento às situações de emergência de saúde pública. Os demais itens foram atendidos.

Com respeito à implementação de ações de coordenação e, em caráter complementar, de execução de vigilância epidemiológica e sanitária (QA6), o atendimento aos quesitos foi de 67%. Verificou-se que não são realizados estudos epidemiológicos loco-regionais, sendo o último boletim disponível relativo ao ano de 2006. Dessa forma, concluiu-se também que os planos e programas estaduais não foram elaborados com base em estudos epidemiológicos loco-regionais. Ademais, 81% dos municípios afirmaram existir Sistema Estadual de Informações em Saúde que contenha dados epidemiológicos, de gerenciamento, de prestação e de avaliação de serviços, demonstrando que o referido sistema não atingiu abrangência completa no Estado.

A QA7 abordou a existência de pessoal suficiente e qualificado para a realização de ações e serviços de saúde em âmbito estadual, bem como de assuntos relativos à gestão de pessoas. Nessa seara, o Estado obteve atingimento de apenas 56% dos itens de verificação. Destaca-se que não há um diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores/empregados, por cargo, função e unidade, necessária para realizar as ações e serviços de saúde estaduais de forma adequada, nem um registro das competências dos servidores/empregados em seu histórico funcional.

Ademais, em resposta ao questionário aplicado com os hospitais estaduais, apenas 10% destes relataram que quantidade atual de servidores/empregados, em cada cargo, função e unidade, é suficiente para a realização de forma adequada das ações e serviços de saúde, evidenciando um quadro grave de déficit funcional nas unidades hospitalares do Paraná.

No que tange se as condições estruturais das unidades e hospitais estaduais propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde (QA8), a adequação foi de 64%. Ressalta-se que o Estado não apresentou verificação da adequação dos layouts e da arquitetura das unidades e hospitais estaduais aos padrões estabelecidos e as medidas previstas e realizadas para adequar as condições das estruturas das unidades de saúde estaduais, nos casos em que não estejam de acordo com os padrões mínimos exigidos.

Ainda cabe destacar, que em resposta ao questionário realizado junto as unidades de saúde estaduais, somente 40% concordaram que o atual layout e arquitetura das destas estão adequados aos padrões estabelecidos.

A QA9 tratou se as condições dos materiais e equipamentos propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde estaduais atingindo uma performance de atendimento de 57%. Visualiza-se nesse quesito dois pontos de melhoria: ausência de diagnósticos acerca da quantidade e da qualidade dos materiais, equipamentos e veículos necessários para realizar as ações e serviços de saúde de forma adequada; e a não implementação de um processo de planejamento para contínua reposição dos materiais, equipamentos e veículos das unidades estaduais de saúde.

Na QA10 foi abordado se existem ações implementadas de fiscalização e controle suplementar dos estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde. Neste ponto o Estado obteve seu melhor resultado: um grau de atendimento de 92%. Como ponto de melhoria destaca-se que 30% das unidades de saúde estaduais opinaram que existe oportunidade de aperfeiçoamento da política destinada à melhoria contínua do atendimento de saúde prestado ao usuário.

Para a verificação se existem ações suplementares implementadas de atenção primária à saúde (QA11) foi utilizado o questionário encaminhado as secretárias municipais de saúde. Em resposta os municípios paranaenses observaram um grau de satisfação de 63%. Em proeminência se observou uma lacuna nos processos de planejamento realizado pelo Estado, em conjunto com os municípios, com vistas a suplementar as ações e serviços de atenção básica à saúde, obtendo um grau de contentamento de 70,2%. Em relação se o Estado divulga os diagnósticos acerca das necessidades municipais e executa suplementarmente ações e serviços de atenção básica à saúde, o grau de satisfação reduz para 59,6%.

A QA12 tratou da existência de ações implementadas de atenção especializada à saúde e de serviços de urgência e emergência. Para responder esta questão foi utilizado o questionário enviado as unidades de saúde estaduais e a validação de documentação. O alcance de atendimento do quesito foi de 83%, destacando a ausência de mecanismos de controle para assegurar a disponibilização de leitos e de UTIs nas unidades de atenção especializada das regiões de saúde do Estado.

As ações implementadas de regulação, organização, controle e distribuição de medicamentos foram analisadas na QA13. Neste ponto o estado atendeu 75% dos itens verificados. Ressalta-se a ausência de uma política estadual de medicamentos. Também cabe pontuar a inexistência de ações que visem uso efetivo do Registro Estadual de Produtos na produção e comercialização de produtos de interesse à saúde.

Por fim, verificou-se se há a facilitação à população do acesso a informações dos serviços públicos de assistência à saúde (QA14). Analisando o portal da transparência de saúde do Estado, constatou-se a ausência de divulgação à sociedade, de maneira acessível e em linguagem compreensível de: a) indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde; b) indicadores de morbidade, mortalidade e condições de risco ou agravo à saúde; e c) resultados aferidos acerca da satisfação do usuário com os serviços de saúde.

Assim, o atendimento da questão atingiu apenas 53%. Ainda, cabe destaque que 30% das unidades de saúde estaduais relataram oportunidade de melhoria na maneira que o Estado oferta para a população realizar a marcação ou cancelamento de consultas e serviços de saúde.

6.2.3 Contextualização Social

O desempenho social da Saúde no Estado do Paraná insere-se na avaliação de governo por meio da aferição do indicador delimitado no objeto da avaliação – a expectativa de vida ao nascer. O referido indicador foi selecionado por refletir a grande maioria das variáveis de saúde em apenas um número-índice, sendo impactado tanto pelo grau de mortalidade e morbidade da população, quanto pelo grau de atenção à saúde em uma determinada localidade.

A expectativa de vida ao nascer no estado do Paraná, no ano de 2019 (último dado disponível), conforme o IBGE, foi de 77,9 anos. Tal índice apresentou evolução positiva em relação aos anos anteriores, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Expectativa de vida ao nascer no Paraná, 2014-2019

ANO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Expectativa de vida	76,5	76,8	77,1	77,4	77,7	77,9

Fonte: IBGE - Tábuas de Mortalidade 2019.

6.2.4 Conclusão

A Pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Saúde no exercício de 2020 foi de 7,20, o que indica que o Governo do Estado atingiu 72,0% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo.

Do exposto, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou de forma parcial os objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer.

6.3 SEGURANÇA PÚBLICA

6.3.1 Introdução

A Segurança Pública é mais uma entre as cinco áreas estabelecidas como prioritárias devido à sua relevância social e ao seu impacto imediato no cotidiano dos cidadãos. Para a delimitação do escopo da avaliação, primeiramente levantou-se o tema dos principais indicadores de segurança pública previstos no Plano Plurianual (PPA) de 2020 a 2023, quais sejam: crimes violentos letais intencionais; furtos e roubos de veículos e ocorrências envolvendo tráfico de drogas.

Em seguida, com o objetivo de efetuar uma análise ampla e que resultasse em um diagnóstico realista da área de Segurança Pública como um todo, foram levantados outros temas, dentre os quais, após classificá-los por seus impactos e por suas relevâncias, destacaram-se os seguintes: crimes contra a dignidade sexual e crimes contra o patrimônio.

Desse modo, o objeto e o objetivo a serem abordados nesta avaliação são:

OBJETO:	Política pública de segurança, com enfoque nos crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas.
OBJETIVO:	Avaliar a efetividade no planejamento e na execução da política de segurança pública do Estado do Paraná, com foco nos processos e recursos que visam reduzir os crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas.

Sendo assim, o restante do trabalho foi concebido com o intuito de avaliar itens que impactem diretamente nos objetivos planejados, ou seja, que impactem na atuação estadual contra os crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas.

6.3.2 Avaliação de Governo na Segurança Pública

A avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Segurança Pública pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi conduzida por meio da verificação do cumprimento das Questões de Avaliação que impactem os objetivos propostos da área. As Questões de Avaliação, por sua vez, são compostas por Itens de Verificação que examinam cada aspecto da gestão pública.

As Questões de Avaliação abordaram tanto aspectos mais amplos e relacionados com o planejamento da segurança pública estadual, como outros mais específicos, diretamente ligados aos órgãos subordinados da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP), os quais executam a Política Estadual de Segurança Pública.

Sendo assim, além das questões direcionadas à SESP, também foram elaboradas questões direcionadas aos principais órgãos executores das atividades de segurança pública estadual, quais sejam: a Polícia Militar do Paraná (PMPR); a Polícia Civil do Paraná (PCPR); a Polícia Científica do Paraná (PCP) e o Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN).

Entre os aspectos mais amplos, a análise abordou temas como o planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações de segurança pública estadual; a cobertura territorial efetivamente alcançada pelos órgãos executores; a suficiência de servidores à disposição; a capacitação dos respectivos servidores; a existência de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades de segurança pública; e as condições das estruturas físicas existentes para realização das atividades de segurança pública.

Quanto aos aspectos mais específicos, foi abordado o planejamento e a realização do policiamento ostensivo; a implementação de atividades de inteligência policial; a tempestividade na resposta de ocorrências ou chamados; o provimento das assistências às pessoas privadas de liberdade; a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional; a efetividade do monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica; a existência de padronização de procedimentos investigativos e para elaboração de laudos periciais; e a tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão.

A análise conjunta de todos esses aspectos possibilitou uma ampla avaliação da temática da criminalidade no âmbito da Segurança Pública no Paraná, permitindo a realização de um diagnóstico que contemple os tópicos mais relevantes e impactantes da área, de acordo com a percepção da equipe.

Salienta-se que os procedimentos de execução, que embasaram a avaliação ora tratada, foram realizados entre os meses de junho e novembro de 2020, dessa forma, refletem a realidade do Estado nesse período. Portanto, ações realizadas em data posterior ao referido período, sejam elas positivas ou negativas, não estão contempladas.

Os resultados da análise encontram-se no Quadro 4, a seguir, que apresenta cada Questão de Avaliação com sua respectiva pontuação, a sinalização daquelas que foram validadas, bem como a Pontuação da Função de Governo da área. Subsequentemente, o detalhamento da avaliação das questões passa a ser recorrido.

Quadro 4 - Resultado da Avaliação de Governo na Segurança Pública em 2020

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA1: Há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública implementados e alinhados às diretrizes nacionais?	SIM	0,00
QA2: Há monitoramento implementado das ações estratégicas da segurança pública do Estado?	SIM	0,83
QA3: Há monitoramento implementado do desempenho operacional dos órgãos executores da segurança pública?	SIM	0,56
QA4: Os órgãos executores da segurança pública, que realizam atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionam uma cobertura territorial completa de seus serviços nas regiões do Estado?	SIM	0,63
QA5: Os órgãos executores da segurança pública possuem servidores suficientes para realizar seus plantões e escalas de trabalho para consecução de suas atribuições?	SIM	0,58
QA6: Há ações implementadas de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais?	NÃO	0,45
QA7: Há ações implementadas de capacitação continuada para os agentes policiais?	PARCIALMENTE	0,85
QA8: Há ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos executores da segurança pública?	SIM	0,36
QA9: As estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade?	SIM	0,41
QA10: Há o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade?	SIM	0,76
QA11: Há ações implementadas para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional?	NÃO	0,58
QA12: O monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica é realizado de forma efetiva?	NÃO	0,83
QA13: Há ações implementadas de inteligência policial pelas polícias Militar e Civil?	NÃO	0,80
QA14: As atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente?	SIM	0,97
QA15: As ocorrências ou chamados pelos órgãos executores da segurança pública são atendidos de forma tempestiva?	NÃO	0,57
QA16: Há ações implementadas de verificação preliminar pela Polícia Civil para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?	SIM	0,74
QA17: Há a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil?	SIM	0,39
QA18: Há tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão?	SIM	0,47
QA19: Os procedimentos para elaboração de laudos periciais são realizados de forma tempestiva e padronizada?	NÃO	0,09
PONTUAÇÃO DA FUNÇÃO DE GOVERNO DE SEGURANÇA PÚBLICA:		5,73

Fonte: autores (2020).

Primeiramente, a análise da equipe concluiu que ainda não há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública formalizados e alinhados às diretrizes nacionais (QA1). Esse entendimento foi corroborado por meio de questionário enviado para o próprio órgão e por uma solicitação de documentos relacionados com a Política e o Plano Estadual de Segurança Pública. Por esse motivo, considerou-se que nada foi atingido do objetivo verificado, ou seja, 0%.

Dando prosseguimento à avaliação de governo sobre o planejamento da SESP, verificou-se a implementação de monitoramento das ações estratégicas de segurança pública (QA2), o qual obteve um índice de 83% de atingimento nos itens pontuados. Aspectos como a existência de indicadores e metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública estadual, além de sua divulgação ao público, foram comprovadas, validando assim a nota obtida na questão.

Ainda sob o enfoque da análise de desempenho, porém agora com uma abordagem mais específica, examinou-se a implementação de monitoramento do desempenho operacional dos órgãos executores das atividades de segurança pública (QA3). A primeira vertente analisada tratou da supervisão da SESP sobre o desempenho dos órgãos subordinados, a qual foi insuficiente em aspectos como a realização de inspeções regulares com vistas a promover uma ação harmônica, integrada e eficiente entre todos os encarregados pela segurança pública. A vertente seguinte abordou as avaliações de desempenho realizadas internamente pelos próprios órgãos executores das atividades de segurança pública (PMPR, PCPR, PCP e DEPEN), e nessa abordagem todos os órgãos se destacaram positivamente, exceto o DEPEN, que não apresentou indicadores de desempenho estabelecidos. No geral, a questão de avaliação alcançou 56% dos itens verificados.

Quanto à cobertura territorial para atendimentos de ocorrências e chamados proporcionada pelos órgãos executores de segurança pública (QA4), a situação varia de acordo com o órgão analisado (PMPR, PCPR e PCP), entretanto o resultado consolidado da análise considerou que 63% dos itens foram alcançados. A primeira análise foi quanto à existência de um diagnóstico acerca da distribuição territorial adequada de unidades para atender efetivamente todas as regiões do estado, o que foi demonstrada por todos os órgãos executores, exceto pela PMPR.

Em seguida, verificou-se a percepção dos órgãos quanto à suficiência da atual distribuição de unidades para atendimento das ocorrências em todas as regiões do estado. Nesse caso, foi afirmado pela PCPR e pela PCP que a atual distribuição territorial de unidades é insuficiente, já a PMPR considerou que a atual distribuição é suficiente e, além disso, 65,5% das unidades da PMPR questionadas concordaram com a percepção.

Para concluir o tema, também foi averiguado se há um processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades a todas as regiões do

estado. Nesse aspecto, concluiu-se que todos os órgãos verificados apresentam um processo com esse intuito.

Dando continuidade, foi verificado se há servidores suficientes para a realização dos plantões e formação das escalas de trabalho nos órgãos executores (QA5), e, dessa vez, 58% dos itens avaliados foram considerados atingidos. Destaca-se que todos os órgãos executores questionados (PMPR, PCPR, PCP e DEPEN) afirmaram que não possuem servidores para realizar os plantões de forma adequada, o que deve impactar diretamente na capacidade e tempestividade da prestação do serviço público. Por outro lado, todos os órgãos também afirmaram estarem providenciando medidas para tentar suprir essa carência de servidores, o que foi comprovado através de solicitações para realização de concursos públicos e, em alguns casos, editais de concursos públicos que já estão em andamento.

A próxima avaliação também foi direcionada a todos os órgãos executores e tratava do acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais (QA6), entretanto, nessa análise, o atingimento dos itens verificados foi ainda menor, resultando em 45% de implementação. Foram conferidos aspectos como a existência de método formalizado para avaliação periódica dos servidores e a existência de medidas para melhorar ou corrigir o desempenho quando necessário.

Os resultados da análise quanto o acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos servidores também variaram bastante entre os órgãos. Por um lado, a PMPR destacou-se positivamente, e já por outro lado, o DEPEN destacou-se negativamente. Tanto a PCPR como a PCP obtiveram resultados intermediários nessa avaliação.

Já quanto às capacitações continuadas dos agentes policiais (QA7), foi observado um alto índice de atendimento dos itens de verificação, que foi de 85%. A maioria dos órgãos executores apresentaram um bom desempenho, instituindo políticas de incentivo à capacitação continuada e realizando um controle das competências dos servidores. A única exceção desse resultado ocorreu na PCPR, onde a menor parte das unidades questionadas afirmou existir uma política adequada para incentivo à capacitação continuada.

Dando início às verificações acerca da estrutura, foi analisado se existem ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos envolvidos com a segurança pública (QA8). Pela relevância do tema, abordou-se diversos tópicos a fim de verificar o grau de atingimento pelo Estado, que, por sinal, foi de apenas 36%. Entre os tópicos estão o planejamento acerca do material individual e coletivo necessários para realização das atividades, a suficiência da quantidade de materiais disponíveis, a existência de sistemas e setores responsáveis pelo controle dos materiais e a existência de um cronograma de reposições e manutenções para os materiais.

Apesar de todos os órgãos apresentarem um atingimento baixo nos itens de verificação acerca dos materiais, destaca-se que apenas o DEPEN considerou que os materiais, equipamentos e veículos disponíveis, tanto para uso individual como coletivo, são suficientes para realização das suas atividades, embora menos de 60% das unidades do órgão tenham concordado com esse diagnóstico.

Ainda na questão estrutural, porém agora com o enfoque direcionado somente ao DEPEN, apurou-se o quanto as estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade (QA9). Nesse viés, o nível de atingimento dos itens foi novamente baixo, de 41%, e apresentou diversas deficiências. Destaca-se, primeiramente, que a atual quantidade de estabelecimentos e vagas nas cadeias públicas e penitenciárias não é suficiente para atender a demanda atual. Outros pontos que obtiveram baixos níveis de atingimentos nos itens de verificação, apesar de sua relevância, foram: ausência de dependências para berçário e creche nas cadeias públicas e penitenciárias femininas; ausência de dependências para a realização de assistência à saúde e para tratamento de dependentes químicos.

O DEPEN também foi o centro de outras verificações, uma delas tratou do provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade (QA10), e, dessa vez, obteve um alcance de 76% nos itens observados. Como um meio de comprovar o provimento das assistências, foram enviados contratos de aquisição de materiais de higiene, de refeições e vestuário (assistência material), editais para contratações na área médica, odontológica e farmacêutica (assistência à saúde), editais de convênios para realizações de cursos, provas e exames (assistência educacional), entre outros.

Seguindo nas análises direcionadas ao DEPEN, apurou-se em que medida são implementadas ações para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional (QA11). Percebeu-se que o DEPEN atualmente não consegue realizar o fluxo de presos entre as cadeias públicas e penitenciárias conforme as normativas vigentes, além de não conseguir atender às separações de presos previstas em lei. Por conta dessas falhas, o tema obteve um índice de 58% de atingimento dos itens observados.

Encerrando a série de exames voltados ao DEPEN, a efetividade do monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica também foi alvo dos trabalhos (QA12) e, inclusive, atingiu um total de 83% de alcance nos itens verificados. É importante frisar que, apesar do bom resultado, o desempenho ficou abaixo em uma questão crucial: a da aplicação tempestiva de medidas caso o preso com tornozeleira eletrônica descumpra os limites estabelecidos em sua monitoração.

Subsequentemente às avaliações focadas no DEPEN, analisou-se a implementação de ações de inteligência policial na PMPR e na PCPR (QA13). Buscou-

se elementos como a realização de capacitação dos servidores para realizarem essa atividade, a existência de equipamentos adequados, e a efetiva utilização das informações geradas pelo departamento de inteligência no planejamento operacional. Em síntese, os órgãos atingiram 80% de alcance nos itens observados, sendo que o ponto desfavorável para ambos foi a falta de equipamentos adequados para realização das atividades de inteligência policial.

Mudando o escopo das análises, agora voltada exclusivamente à PMPR, apurou-se em que medida as atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente (QA14). Diversos itens de verificação foram aplicados e, não obstante, seu nível de atingimento foi de 97%, o mais alto entre todas as Questões de Avaliação.

Entre os resultados das verificações, ressalta-se a existência de Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentam as atividades e abordagens do policiamento ostensivo, e que são constantemente atualizados, uma vez que já existem padrões para serem adotados inclusive em situações que envolvam a pandemia do coronavírus (COVID-19). Além disso, examinou-se aspectos acerca da distribuição e a priorização de atividades, da capacitação dos servidores que realizam atividades de policiamento ostensivo, da existência de mecanismos para corrigir os desvios encontrados nas abordagens, entre outros.

Outro fator essencial para um bom desempenho da política de segurança pública é a resposta célere a todos os atendimentos de chamados e ocorrências, posto isso foi a temática abordada na sequência (QA15). Como os atendimentos fazem parte não somente do cotidiano da PMPR, a avaliação também abarcou a realidade da PCPR e da PCP, e os órgãos atingiram 57% dos objetivos aferidos.

Os pontos positivos da análise dos atendimentos foram as questões estruturais, como possuir setor e pessoal especializado para atendimento de ocorrências e dispor dos equipamentos necessários, os quais estão presentes em todos os órgãos. Porém também surgiram pontos negativos, entre os quais está a impossibilidade de atendimento a todos os chamados e ocorrências, relatada por todos os órgãos avaliados, e a intempestividade para resposta aos chamados, relatada pela PCPR e pela PCPPR.

Em seguida, realizou-se algumas análises focadas unicamente na PCPR, e a primeira delas tratou da implementação de ações de verificação preliminar para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial (QA16). Nesse aspecto, tanto a gestão da PCPR como a maioria das unidades questionadas afirmaram possuir critérios normatizados para realização dessa verificação preliminar, além de possuírem registro informatizado das verificações realizadas, inclusive com os casos que não resultaram na instauração de inquérito. Ressalta-se que, a única deficiência levantada na matéria foi quanto a tempestividade para realização da

verificação preliminar, a qual nem sempre ocorre em tempo adequado. Sendo assim, consolidando com os outros diagnósticos realizados do tema, o órgão obteve 74% de alcance nos objetivos propostos.

Outra temática levantada relacionada à PCPR foi a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil (QA17), já nessa análise o órgão atingiu somente 39% dos itens de verificação. O resultado obtido deve-se principalmente pela falta de controle quanto à adesão pelos policiais civis aos procedimentos padrões para investigações policiais e pela falta de capacitações quanto aos procedimentos padrões que deveriam ser adotados, informações que foram corroboradas por meio das respostas enviadas pelas próprias delegacias. Além disso, verificou-se que os policiais civis não realizam apenas atividades inerentes ao seu cargo, sobrecarregando-os e, por conseguinte, reduzindo sua disponibilidade para atuar nas funções investigativas.

Ainda no que concerne as atividades da PCPR, verificou-se a tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão realizados (QA18), e 47% dos itens de verificação foram alcançados. Tal resultado é consubstanciado pelo baixo grau de implementação de mecanismos nas unidades policiais para a priorização do cumprimento dos mandados e o fato de mandados serem cumpridos em prazo não razoável. Salienta-se ainda que inexistem medidas comprovadas para melhorar a tempestividade do cumprimento dos mandados de prisão.

Por fim, realizou-se uma última verificação direcionada exclusivamente à PCP, sobre a elaboração dos laudos periciais de forma tempestiva e padronizada (QA19), a qual obteve apenas 9% de atingimento dos pontos observados. O baixo nível de atingimento resultou de diversos fatores, entre eles: elaboração de laudos fora dos prazos legalmente previstos; ausência de sistema de controle dos prazos para elaboração de laudos; ausência de capacitações com os servidores quanto aos procedimentos padrões que devem ser adotados; e ausência de controle quanto à adesão pelos peritos aos procedimentos padrões para elaboração de laudos periciais.

6.3.3 Contextualização Social

O Plano Plurianual 2020 – 2023 traz indicadores para acompanhamento do desempenho social da Segurança Pública do Paraná, os quais inclusive guiaram o planejamento dessa avaliação de governo.

A apuração dos indicadores é realizada pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), conforme tabela a seguir.

Tabela 3 - Indicadores de Segurança Pública estabelecidos no PPA 2020 – 2023

INDICADORES	2018	2019	2020	PREVISÃO 2023
Crimes violentos letais intencionais* *tabela Quantitativo – Relatório de Mortes	2.088	1.931	2.186	2.006
Furtos e roubos de veículos* *tabelas 9 e 10 da CAPE – Relatório Estatístico	25.421	21.730	16.451	23.448
Ocorrências envolvendo tráfico de drogas* *tabela 14 da CAPE – Relatório Estatístico	11.788	12.338	13.718	12.760

Fontes: Adaptado do Plano Plurianual 2020 – 2023 e site da CAPE.

Da análise, pode-se aferir que o índice de crimes violentos letais intencionais possui trajetória de estabilidade, enquanto os furtos e roubos de veículos apresentam queda, com provável cumprimento da meta para 2023. Já as ocorrências envolvendo tráfico de drogas mostram tendência de elevação até o exercício de 2020.

6.3.4 Conclusão

A Pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Segurança Pública no exercício de 2020 foi de 5,73, o que indica que o Governo do Estado atingiu 57,3% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo.

Do exposto, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou de forma parcial políticas públicas de segurança, com enfoque nos crimes violentos letais intencionais, contra o patrimônio, contra a dignidade sexual e nos que envolvam tráfico de drogas.

6.4 PREVIDÊNCIA

6.4.1 Introdução

A Previdência pública no Estado do Paraná é uma das cinco áreas estabelecidas como prioritárias devido não só ao relevante interesse social, mas também ao grande volume de recursos destinados ao sistema previdenciário do Estado.

Por meio de análise de relevância e impacto dos riscos existentes na área e das responsabilidades do governo estadual na política pública previdenciária, definiu-se como objeto desta avaliação verificar se a gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) é realizada de maneira adequada e se os estudos atuariais realizados possuem os elementos atuariais mínimos necessários ao atingimento da solvência financeira e atuarial do RPPS paranaense.

Portanto, o objeto e o objetivo a serem abordados neste trabalho são:

OBJETO:	Objetivos, processos, recursos e serviços do Regime Próprio de Previdência Social que visem a solvência financeira e atuarial.
OBJETIVO:	Avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos e serviços do Regime Próprio de Previdência Social que visem a solvência financeira e atuarial.

Dessa forma, todos os itens avaliados na área de Previdência levam em consideração o impacto no objetivo estabelecido para o alcance da solvência financeira e atuarial do RPPS. Assim, as Questões de Avaliação estão relacionadas direta ou indiretamente a um ou mais objetivos.

6.4.2 Avaliação de Governo na Previdência

A avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Previdência pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi conduzida por meio da verificação do cumprimento das Questões de Avaliação que impactem os objetivos propostos da área. As Questões de Avaliação, por sua vez, são compostas por Itens de Verificação que examinam cada aspecto da gestão pública.

A análise buscou alcançar os pontos críticos referentes à gestão do Regime Próprio de Previdência no Estado do Paraná, perpassando por assuntos relativos ao processo de manutenção de benefícios e critérios de elegibilidade dos beneficiários do RPPS; avaliação atuarial; controle de arrecadação; realização de estudos avaliativos dos impactos de alterações legislativas e das políticas de remuneração e contratação no equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários; controle dos dados dos segurados do RPPS; gestão da taxa de administração; controle das disponibilidades financeiras do RPPS; capacitação dos envolvidos na gestão e na execução da política previdenciária estadual; estruturação do órgão gestor do RPPS; formulação, a execução, o controle e o desempenho da política de investimentos; implementação de medidas exequíveis para o equacionamento do déficit atuarial do regime de previdência; processos estabelecidos para a obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP); formulação, execução, controle e o desempenho da política de investimentos; implementação e a regulamentação da Previdência Complementar no Estado do Paraná; e obediência ao princípio da unidade de gestão do RPPS.

A avaliação conjunta dos temas acima expostos proporcionou uma visão abrangente a respeito da formulação, execução e implantação da política previdenciária do Estado, permitindo a realização de um diagnóstico efetivo sobre a área, traduzido pela Pontuação da Função de Governo, que vai de zero a dez.

O Quadro 5, a seguir, contém os resultados da análise na área da Previdência para cada Questão de Avaliação formulada, bem como o resultado geral, relativo à Função de Governo.

Quadro 5 - Resultado da Avaliação de Governo na Previdência em 2020

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA1: Há a implementação e a regulamentação da Previdência Complementar no Estado do Paraná?	SIM	0,29
QA2: Há a implementação de medidas para o equacionamento do déficit atuarial do regime de previdência, e tais medidas são exequíveis?	SIM	0,11
QA3: Há processos estabelecidos que visem a obtenção e a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)?	SIM	0,67
QA4: Há a obediência ao princípio da unidade de gestão do RPPS?	SIM	0,29
QA5: A formulação, a execução, o controle e o desempenho da política de investimentos atendem às normativas aplicáveis?	SIM	0,45
QA6: Há estruturação adequada do órgão gestor do RPPS?	PARCIALMENTE	0,71
QA7: Há capacitação adequada dos envolvidos na gestão e na execução da política previdenciária estadual?	SIM	0,00
QA8: Há estudo atuarial que avalie os impactos de alterações legislativas e das políticas de remuneração e contratação no equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários?	SIM	0,67
QA9: As avaliações atuariais são realizadas anualmente, com as técnicas adequadas e os elementos atuariais necessários?	SIM	0,50
QA10: Os controles de arrecadação e de verificação dos percentuais de contribuição previdenciária são adequados, inclusive em relação à celebração de parcelamentos de contribuições e aportes suplementares?	SIM	0,71
QA11: Há controle das disponibilidades financeiras do RPPS por fundo previdenciário?	SIM	1,00
QA12: A gestão da taxa de administração observa as disposições legais pertinentes?	PARCIALMENTE	0,50
QA13: Há controle adequado sobre os dados dos segurados do RPPS?	SIM	0,40
QA14: O rol e o processo de manutenção de benefícios e os critérios de elegibilidade dos beneficiários do RPPS são adequados?	SIM	0,67
PONTUAÇÃO DA FUNÇÃO DE GOVERNO NA PREVIDÊNCIA:		4,98

Fonte: autores (2020).

No que diz respeito à implementação e a regulamentação da Previdência Complementar no Estado do Paraná (QA1), aferiu-se 29% de cumprimento dos itens referentes à questão de avaliação. Este resultado se deve, conforme resposta recebida do Departamento de Recursos Humanos e Previdência (DRH), à não formalização

da entidade gestora da Previdência Complementar no Estado. A proposta de criação de tal entidade foi finalizada e aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), mas sua formalização está pendente de definição pelo Governo.

Quanto à implementação de medidas para o equacionamento do déficit atuarial do regime de previdência e sua exequibilidade (QA2), houve o atingimento de apenas 11% do objetivo proposto. Ainda que haja Plano de Amortização, sua última alteração foi dada pela Lei Estadual nº 19.790/2018, ou seja, não contempla as regras presentes na EC nº 45/2019. Para resolver esta situação, o DRH informou que será constituído grupo de trabalho para atender à reformulação do plano aderente à realidade financeira e atuarial do Estado do Paraná. Por fim, o DRH também informou que o governo do Estado do Paraná possui tratativas com o Ministério da Economia para viabilizar um Termo de Cooperação com a Secretaria de Previdência Social e do Trabalho para tratar, dentre outros assuntos, da reformulação do plano de custeio e de amortização.

Com relação aos processos estabelecidos para obtenção e manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP (QA3), verificou-se o alcance de 67% dos itens avaliados. Em que pese a obtenção pelo Governo do Estado do Paraná, desde o ano de 2006, do CRP pela via judicial¹¹, a PARANAPREVIDÊNCIA (PRPREV) apresentou os Ofícios PRPREV/PRES nº 100/2020 e PRPREV/PRES nº 174/2019, contendo justificativa e procedimentos com vista ao atendimento dos apontamentos da Secretaria de Previdência em relação ao CRP do Estado do Paraná.

No tocante à obediência à Unidade de Gestão, característica inerente aos RPPS, esta não se verificou. O art. 10 da Portaria MPS nº 402/08¹² e seu § 1º enfatizam que é vedada a existência de mais de um Regime Próprio de Previdência Social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo. Todavia, não é isto que se observa no Estado do Paraná. A Questão de Avaliação 4 (QA4), que alcançou 29% dos itens de verificação, versou sobre a obediência ao princípio da Unidade de Gestão. A Unidade de Gestão se refere à condução única e exclusiva do RPPS Estadual por apenas um órgão gestor. Em outras palavras, deve haver a gestão dos direitos e deveres vinculados ao regime próprio de forma centralizada e concentrada. Assim, a condução do RPPS é levada a cabo por meio da administração, gerenciamento e operacionalização do regime próprio, envolvendo as atividades de arrecadação e de gestão dos recursos e fundos previdenciários e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios¹³.

Entretanto, conforme resposta aos documentos solicitados pelo Tribunal de

11 Ação Civil Ordinária nº 830, do Supremo Tribunal Federal

12 Art. 10. É vedada a existência de mais de um RPPS para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo.

13 III, item 46, da Nota Técnica SEI nº 11/2017/CGACI/SRPPS/SPREV-MF.

Contas na Demanda CACO n.º 195539, constatou-se que a PRPREV não gerencia a folha de inativos do Tribunal de Justiça (TJ/PR) para os servidores com idade superior a 73 anos nem a do Ministério Público referente aos Fundos Financeiro e de Previdência. Ainda, os convênios vigentes celebrados entre o RPPS e os Poderes do Estado não foram revisados a fim de prever o gerenciamento da folha de benefícios desses Poderes.

Ademais, a entidade gestora do RPPS paranaense foi constituída sob a forma de Serviço Social Autônomo, entidade de direito privado não integrante da Administração Pública. Tal fato, por si só, implica em descumprimento ao critério relativo à unidade gestora única e que constitui uma das exigências a serem cumpridas para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), conforme disposto no inciso IV do art. 5º da Portaria MPS n.º 204, de 10 de julho de 2008¹⁴.

Por fim, o Ofício PRPREV/OPRES n.º 164/2019 demonstra que a PRPREV adota ações para que o princípio da unidade de gestão seja obedecido. No entanto, até o presente momento, a gestão da folha de aposentados e pensionistas e do Fundo Financeiro continua a cargo do Tribunal de Justiça e do Ministério Público, contrariando o já citado princípio.

A Questão de Avaliação 5 (QA5), que abordou a adequação da formulação, execução, controle e desempenho da política de investimentos em relação às normativas aplicáveis, obteve 45% de atingimento pelo Estado. Dentre os pontos a serem objeto de melhoria pelo Estado, podem ser destacados: monitoramento com relação à conservação dos imóveis e terrenos que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência; geração de renda dos imóveis que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência; realização de vistorias periódicas em terrenos que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência; e alinhar a rentabilidade dos investimentos do RPPS à política anual de investimentos.

No tocante à geração de renda dos imóveis, verificou-se uma alta taxa de vacância e um saldo a receber no valor de R\$ 948.571, 63 em relação aos imóveis locados. A vacância existente faz com que não haja rentabilidade, contrariando assim o princípio da rentabilidade, conforme se depreende da leitura do art. 10 da Lei Estadual n.º 17.435/2012.

As visitas periódicas aos terrenos que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência constituem importante instrumento para evitar a invasão dos terrenos por terceiros e a construção ilegal. Ainda, monitorar a conservação dos imóveis e terrenos permite a manutenção das condições de uso do bem.

14 Art. 5º A SPS, quando da emissão do CRP, examinarão cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS: IV - existência de apenas um RPPS e uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente federativo;

Já no que diz respeito à rentabilidade dos investimentos e, conforme relatório emitido pela Consultoria LDB, data base 31 de julho de 2020, no presente exercício, os investimentos do Fundo de Previdência ficaram abaixo da meta atuarial (-0,37%).

A QA6 focou na estruturação física e de pessoal do órgão gestor do RPPS. Nessa questão, aproximadamente 29% dos quesitos foram validados pela equipe de avaliação das contas em virtude da pandemia provocada pelo Coronavírus, que impossibilitou a visita às instalações do RPPS a fim de verificar os demais quesitos formulados. O percentual de atingimento dos quesitos foi de 71% e, portanto, reflete as respostas fornecidas pelo órgão gestor do RPPS paranaense.

Ainda em relação à QA6, a análise do diagnóstico de recursos humanos apresentado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) para o dimensionamento quali-quantitativo da força de trabalho mostra que não há metodologia para estabelecer o quantitativo da força de trabalho no RPPS paranaense. Assim, as decisões relacionadas a este dimensionamento são tomadas estritamente em função da percepção dos gestores de recursos humanos. Tal fato se reflete na quantidade de profissionais responsáveis pelo setor de atuária do RPPS. O Despacho DPREV/ATUÁRIA N.º 262/2020, em resposta ao APA 14191, achado 08, evidencia que o número atual de atuários não é suficiente para atendimento das demandas do setor de atuária. Como exemplo, cita-se a não adequação das Notas Técnicas Atuariais ao disposto na IN n.º 05/2018.

A QA7 abordou a capacitação dos envolvidos na gestão e na execução da política previdenciária estadual. Nesta questão o Estado não atingiu nenhum dos quesitos formulados. Não foi apresentada a certificação técnica de todos os membros do Comitê de Investimentos do órgão gestor do RPPS paranaense nem a política de capacitação e certificado/comprovação de presença de eventos ou cursos dos quais os membros dos setores de atuária e concessão de benefícios tenham participado. A mesma situação ocorreu em relação à SEAP.

No tocante à existência de estudo atuarial que avalie os impactos de alterações legislativas e das políticas de remuneração e contratação no equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários (QA8), o Estado atingiu 67% dos itens avaliados. Assim, verificou-se que são realizados estudos de impacto no Fundo de Previdência referentes às alterações de políticas remuneratórias e de contratações, bem como há processo de encaminhamento das propostas de alteração na política remuneratória do Poder Executivo à PRPREV. Entretanto, como oportunidade de melhoria a ser implementado pelo Estado, inclui-se o estabelecimento de processo de verificação periódica pelo órgão gestor do RPPS de alterações na política remuneratória e de contratação do Estado.

O objetivo da Questão de Avaliação 9 (QA9) foi verificar se a avaliação atuarial é realizada anualmente, com as técnicas adequadas e os elementos atuariais

necessários. O atendimento aos quesitos nessa questão foi de 50%. Como principal ponto de atenção, aponta-se o conteúdo do relatório de análise de hipóteses. Em que pese o órgão gestor do RPPS ter realizado o relatório de análise de hipóteses, este não observou as diretrizes expostas na Portaria MF n.º 464/2018. A título de exemplo, podem ser citadas as seguintes inconsistências: não observância dos parâmetros definidos na Portaria MF 464/2018 para alteração futura no perfil e composição da massa de segurados ativos; ausência de demonstração dos critérios utilizados para a escolha da taxa de juros utilizada em cada fundo previdenciário; composição do grupo familiar estimada em desacordo com os parâmetros definidos pela Secretaria de Previdência; incompletude da avaliação da qualidade da base cadastral; Ausência de descrição dos critérios e metodologias utilizados para aferição das receitas ou despesas futuras oriundas da compensação financeira.

Em relação à alteração futura no perfil e composição da massa de segurados ativos, salienta-se que esta Corte de Contas já se pronunciou repetidas vezes sobre tal inconsistência, como no protocolado n.º 712251/19, no Acórdão de Parecer Prévio n.º 223/16 – Tribunal Pleno e no Acórdão n.º 2237/20 – Tribunal Pleno, mas a aludida inconsistência permanece.

Também cabe destacar a utilização indevida da hipótese de gerações futuras no cálculo da compensação financeira a receber. O art. 37¹⁵, §3º, da Portaria MF n.º 464/2018 é taxativo ao dizer que, em qualquer hipótese, o cômputo dos valores a receber em virtude da compensação financeira pelo RPPS somente será admitido em relação à geração atual.

Ressalta-se que as premissas utilizadas impactam diretamente no resultado atuarial a ser obtido. Desta forma, de maneira a obter um resultado atuarial que reflita a real situação previdenciária do Estado do Paraná, os estudos atuariais devem estar fundamentados em hipóteses aderentes e seguir as regras e parâmetros expostos na legislação.

Quanto à adequação dos controles de arrecadação e de verificação dos percentuais de contribuição previdenciária (QA10), houve o atendimento a 71% dos itens. Por um lado, conforme evidenciado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) de 2020, data-base 31/12/2019, a alíquota incidente sobre as remunerações de segurados ativos, inativos e pensionistas foi majorada para 14%, seguindo o previsto na Emenda Constitucional n.º 103/2019. Por outro lado, o relatório de irregularidades do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses (DIPR) relativo ao período mar-abr/2020 demonstra divergências, como por exemplo entre

15 Art. 37. Quanto aos benefícios a conceder, a estimativa de compensação previdenciária a receber ou a pagar pelo RPPS deverá ter por base os dados cadastrais relativos ao tempo de contribuição anterior a outros regimes previdenciários, inclusive as comprovações de vínculo apresentadas quando da concessão dos benefícios de aposentadoria, ou os valores de compensação efetivamente verificados para o RPPS. (...) § 3º Em qualquer hipótese, é admitido o cômputo dos valores a receber em virtude da compensação financeira pelo RPPS somente em relação à geração atual.

os valores repassados das contribuições do Ente (“patronal”), relativos aos servidores, que estão inferiores aos efetivamente devidos, considerando os valores obtidos pela multiplicação das bases de cálculo informadas no DIPR pela alíquota cadastrada no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV).

A questão seguinte (QA11) avaliou se há controle das disponibilidades financeiras do RPPS por fundo previdenciário. Nesse aspecto, o Estado alcançou 100% dos objetivos. Para validar os itens de verificação, foram utilizados os balancetes dos 3 Fundos Públicos de Natureza Previdenciária (Financeiro, Militar e Previdenciário). Assim, verificou-se que as unidades contábeis possuem registros separados, também evidenciado por meio da classe 7 (controle da disponibilidade de recursos).

Com relação ao atendimento às disposições legais na gestão da taxa de administração (QA12), houve o atendimento a 50% dos itens de verificação. Não há, por exemplo, rateio entre os Fundos Previdenciários para o custeio da taxa de administração. Ainda que o órgão gestor do RPPS paranaense afirme no item 6.3.2 da Nota Técnica DPREV/ATUÁRIA n.º 121/2020 que a Lei PR n.º 18.370/2014 permitiu que os recursos necessários para manutenção da PARANAPREVIDÊNCIA sejam oriundos das contribuições previdenciárias destinadas ao FUNDO DE PREVIDÊNCIA, a própria lei de criação da PRPREV (Lei n.º 12.398/98) veda tal conduta em seu art. 30, inciso I¹⁶. Ademais, a ausência de rateio da taxa de administração entre os Fundos Previdenciários foi objeto da TCE n.º 766483/19.

No que diz respeito ao percentual das receitas utilizado como base para o custeio administrativo do RPPS, verificou-se que consideradas as despesas com os pagamentos de proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas somente do Fundo de Previdência, o custo com a taxa administrativa para o respectivo Fundo (2,72%) superaria, em termos percentuais, o limite de 1,5% (um e meio por cento) estabelecido pelo inciso I, do art., 30, da Lei Estadual n.º 12.398/98.

Já no que tange ao acompanhamento pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Paranaprevidência a respeito da utilização dos recursos da taxa de administração, verificou-se que as atas do Conselho de Administração demonstram, apenas, um quadro com a execução orçamentária até data-base de referência, sem, no entanto, haver discussão sobre o impacto da retirada de tais valores do Fundo de Previdência. Frise-se, ainda, que o valor da taxa de administração aumentou 20,17% em relação ao ano de 2019. Desta forma, citado valor saltou de R\$ 69.724.000,00 para R\$ 83.790.000,00. Cabe destacar que a taxa de administração é integralmente custeada com recursos do Fundo de Previdência.

16 Art. 30 São RECEITAS ADMINISTRATIVAS VINCULADAS

I - as importâncias, em dinheiro, vertidas, pelo Estado, à PARANAPREVIDÊNCIA, especificamente para cobrir os gastos desta natureza, dos FUNDOS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA, no percentual de 1,50% (um e meio por cento), percentual este incidente sobre o total dos proventos e pensões pagos aos segurados inativos e aos pensionistas, inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, incluídos os recursos mencionados no Art. 83, seus incisos e parágrafos.

Desta feita, havendo o custeio da gestão dos demais Fundos Públicos de Natureza Previdenciária por meio de recursos provenientes unicamente do Fundo de Previdência, indiretamente, estar-se-á diante de uma situação de repasse financeiro entre fundos, situação expressamente vedada pela supracitada norma. Tal prática não se coaduna com o princípio atuarial da prudência bem como não observa o equilíbrio de que trata o art. 40 da Constituição Federal de 1988, art. 69 da Lei Complementar n.º 101/00 e o art. 1º da Lei Federal n.º 9.717/98.

A Questão de Avaliação 13 (QA13) verificou a existência e adequação de controle sobre os dados dos segurados do RPPS. Nesse aspecto, o Poder Executivo obteve 40% dos itens propostos. Não foi possível constatar a realização de análise prévia da base de dados enviada pelos Poderes, órgãos e entidades ao órgão gestor do RPPS Estadual. Também não consta, no Relatório de Avaliação Atuarial, a análise detalhada da base cadastral. No Relatório da Avaliação Atuarial apenas há uma declaração de que a base cadastral utilizada possui qualidade, indica consistência dos dados (entretanto não dispõe sobre a realização de testes de consistência) e dos resultados apresentados. Nada diz, por exemplo, sobre a sua atualização, elemento crucial para a realização do cálculo atuarial, que utiliza a combinação de diversas características dos servidores públicos (datas de nascimento e admissão, remuneração, estado civil, gênero, atividade e tempo de contribuição anterior à admissão no Estado) de forma a refletir a realidade do Estado do Paraná e permitir a consistente precificação do passivo previdenciário do RPPS. Inexiste, também, a indicação das providências tomadas para o saneamento de eventuais inconsistências constantes na base de dados.

No que diz respeito aos procedimentos destinados à manutenção da atualização e consistência da base cadastral de ativos, inativos e pensionistas, o DRAA com data-base 31/12/2019 evidencia que as datas dos últimos recenseamentos previdenciários para segurados ativos e para aposentados são 31/12/2009 e 31/12/2015, respectivamente. Ressalta-se que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do protocolado n.º 712251/19, já se manifestou sobre os procedimentos adotados pelo órgão gestor do RPPS paranaense em relação à base cadastral utilizada.

Por fim, a última Questão de Avaliação da área Previdência (QA14) versou sobre a adequabilidade do rol, do processo de manutenção de benefícios e dos critérios de elegibilidade dos beneficiários do RPPS. Nesta questão o Estado obteve 67% de atendimento aos itens formulados.

Averiguou-se a existência de procedimentos de perícia médica para verificação da elegibilidade e persistência ao recebimento do benefício por invalidez permanente de servidor e pensionista inválido. Como evidência, a equipe de análise das contas do governador recebeu resoluções do Conselho Diretor da PRPREV que aprovam o credenciamento de médicos para a realização da perícia. Ressalta-se que tais documentos não permitem afirmar que apenas a PRPREV realiza ou supervisiona

as perícias médicas, mas respondem ao item de verificação no sentido da existência de procedimentos de perícia médica para aferição da elegibilidade e persistência ao recebimento do benefício.

Ainda, buscou-se saber se houve a adequação do rol de benefícios pagos pelos fundos previdenciários ao disposto na EC n.º 45/2019 e se os critérios de elegibilidade de pensionistas foram adequados às alterações trazidas pela citada emenda. Nessa toada, um dos documentos recebidos por esta equipe demonstra as alterações a serem realizadas pelo órgão gestor do RPPS paranaense nas regras de negócio do sistema GPREV para adequá-lo às mudanças advindas da EC n.º 45/2019. Assim, marcou-se como atendido o item que versa sobre os critérios de elegibilidade de pensionistas.

Entretanto, no que diz respeito à adequação do rol de benefícios pagos pelos fundos previdenciários ao disposto na EC n.º 45/2019, verificou-se na Informação n.º 001/2020 – Diretoria de Previdência, juntada no Protocolo n.º 16.468.164-5, que, até o presente momento, são pagos, por meio da folha de pagamento de segurados inativos do RPPS, além do auxílio-reclusão, os seguintes benefícios com atributo assistencial: o benefício assistencial por invalidez, o auxílio de invalidez-reformados (judicial) e o salário-família.

No mesmo expediente, juntou-se a Informação n.º 090/2020 da Divisão Funcional de Seguridade Social da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, o qual indica, apesar do exposto na Nota Técnica SEI n.º 12212/2019/ME, a necessidade de se elaborar lei estadual para regulamentar a transferência dos citados benefícios, a qual deverá ser acompanhada estimativa de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nessa toada, instituiu-se um Grupo de Trabalho, pela Resolução Conjunta SEAP/SEFA/PRPREV n.º 001/2020, que visa a edição da norma que irá regulamentar a transferência da responsabilidade pelo pagamento dos benefícios assistenciais o ente federativo.

No entanto, até o momento de elaboração do presente relatório de avaliação de políticas públicas, não foi elaborada a referida lei estadual. Dessa forma, o Estado do Paraná não implementou o disposto no art. 9º da EC n.º 103/2019 no prazo estabelecido pela Portaria SEPRT/ME n.º 1.348/2019 (31 de julho de 2020), razão pela qual o item de verificação foi dado como não atendido.

6.4.3 Contextualização Social

O desempenho social da Previdência no Estado do Paraná contextualiza-se dentro da avaliação de governo por meio da aferição do ISP – Indicador de Situação Previdenciária, a ser divulgado anualmente pela Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e que servirá de base para

a definição do perfil de risco atuarial dos RPPS¹⁷. Este indicador tem por base os dados e informações constantes nos demonstrativos encaminhados e preenchidos pelos entes federativos sem, portanto, análise de mérito quanto aos números apresentados.

O ISP está fundado na análise de indicadores associados aos aspectos de Gestão e transparência, Situação Financeira e Situação Atuarial¹⁸. Para o propósito deste trabalho, enfocou-se nos indicadores de Suficiência Financeira e Acumulação de Recursos, para a Situação Financeira, e de Cobertura dos Compromissos Previdenciários, para a Situação Atuarial.

O Indicador de Suficiência Financeira tem por objetivo aferir, anualmente, em que medida as receitas do RPPS cobrem suas despesas. Este indicador não considera receitas eventuais recebidas pelo RPPS bem como as transferências e aportes destinados à cobertura de insuficiências financeiras do regime¹⁹. Seu cálculo é feito da seguinte forma:

$$\text{Suficiência Financeira} = \frac{\text{Total das Receitas Previdenciárias Anuais}}{\text{Total das Despesas Previdenciárias Anuais}}$$

No que tange ao Indicador de Acumulação de Recursos, seu objetivo é medir a capacidade do RPPS na acumulação de recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e corresponderá à razão do acréscimo ou decréscimo anual das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciárias do exercício²⁰. O cálculo deste indicador é realizado em duas etapas:

Acréscimo ou decréscimo financeiro:

$$\text{Saldo de Aplicações 2019} - \text{Saldo de Aplicações 2018}$$

$$\frac{\text{Acréscimo ou Decréscimo Financeiro no Ano (aplicações financeiras e disponibilidades)}}{\text{Total de Despesas Previdenciárias Anuais}}$$

Já o Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários possui como objetivo medir a solvência do plano de benefícios e é obtido por meio da relação entre as aplicações financeiras e disponibilidades do RPPS e as provisões matemáticas previdenciárias. Sendo assim, seu cálculo é dado por:

$$\text{Cobertura dos Compromissos Previdenciários} = \frac{\text{Aplicações financeiras} + \text{Disponibilidades (DAIR dez/2019)}}{\text{PMBAC} + \text{PMBC (DRAA 2020)}}$$

Onde:

PMBAC: Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

PMBC: Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

17 Art. 1º, §1º, da Portaria SPREV n.º 14.762/2020.

18 Art. 4º, da Portaria SPREV n.º 14.762/2020.

19 Art. 8º, §4º, da Portaria SPREV n.º 14.762/2020.

20 Art. 9º, da Portaria SPREV n.º 14.762/2020.

O resultado dos indicadores de Suficiência Financeira e de Cobertura dos Compromissos Previdenciários, até o último dado divulgado, são apresentados nas Tabelas 4 e 5, respectivamente.

Tabela 4 - Indicadores de Suficiência Financeira: 2019-2020

2019		2020	
Posição	Índice	Posição	Índice
19º	0,4478	16º	0,5008

Fonte: autores (2020).

Tabela 5 - Cobertura dos Compromissos Previdenciários: 2019-2020

2019		2020	
Posição	Índice	Posição	Índice
-	-	8º	0,0461

Fonte: autores (2020).

Para o ano de 2020, os resultados demonstram que, em relação à Suficiência Financeira, o Estado do Paraná se encontra em posição deficiente, estando apenas na 16ª posição entre as 27 Unidades Federativas. No tocante à Cobertura dos Compromissos Previdenciários deste mesmo ano, sua posição foi a 8ª dentre as 22 unidades federativas que obtiveram resultado para o indicador de cobertura dos compromissos previdenciários.

No que diz respeito ao ano de 2019, o Estado do Paraná obteve a posição 19 entre as 26 unidades federativas em que foi possível a realização do cálculo do Indicador de Suficiência Financeira por parte da Secretaria de Previdência.

Já para o Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários de 2019, a Secretaria de Previdência indicou no Relatório do ISP do referido ano que, caso o ente federativo não tenha enviado informações no DAIR (Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos) de dezembro de 2018 ou no DRAA (Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial) de 2019, tal indicador não seria calculado para o ente.

O Quadro 6 demonstra a classificação final do ISP referente ao RPPS paranaense. As notas atribuídas ao ISP dos entes federativos variam de A a D e são obtidas por meio das combinações das classificações parciais dos índices apurados.

Quadro 6 - Classificação final do ISP

ISP 2019	ISP 2020
D	C

Fonte: autores (2020).

Por fim, destaca-se que no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná estão em curso as Tomadas de Contas Extraordinárias de n.º 712251/19, 766483/19, 846738/19 e o Relatório de Homologação de Recomendações (Acórdão n.º 2237/20), os quais versam sobre a situação previdenciária do Estado do Paraná.

6.4.4 Conclusão

A Pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Previdência no exercício de 2020 foi de 4,98, o que indica que o Governo do Estado atingiu 49,8% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo.

Do exposto, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou parcialmente os objetivos, processos, recursos, produtos e serviços que visem à solvência financeira e atuarial do RPPS do Estado.

6.5 ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

6.5.1 Introdução

A área definida como Administração e Finanças englobou os setores e ações do setor público que visem ao equilíbrio financeiro. Estabeleceu-se como uma das temáticas prioritárias devido à sua importância para a manutenção das condições financeiras que permitem continuidade e/ou a expansão das políticas públicas. Os assuntos prioritários, abordados nessa área, foram definidos por meio da formulação de Questões de Avaliação a partir de uma análise de relevância e impacto.

O objeto e o objetivo a serem abordados neste trabalho são:

OBJETO:	Objetivos, processos, recursos e serviços que visem ao equilíbrio financeiro.
OBJETIVO:	Avaliar a efetividade dos objetivos, processos, recursos e serviços que visem ao equilíbrio financeiro.

Portanto, os itens avaliados na área de Administração e Finanças levaram em conta o impacto no objetivo estabelecido de garantia do equilíbrio financeiro, estando as Questões de Avaliação relacionadas direta ou indiretamente a um ou mais objetivos.

6.5.2 Avaliação de Governo na Administração e Finanças

A avaliação da implementação de objetivos, processos, recursos, produtos e serviços na área de Administração e Finanças pelo Poder Executivo do Estado do Paraná foi realizada por meio da verificação do cumprimento das Questões de Avaliação que impactem os objetivos propostos da área. As Questões de Avaliação, por sua vez, são compostas por Itens de Verificação que examinam cada aspecto da gestão pública.

A análise buscou avaliar os pontos críticos referentes à política financeira no Estado do Paraná, em especial em relação aos seguintes assuntos: elaboração e publicação dos dispositivos orçamentários de acordo com as normativas vigentes; processos de instituição, previsão e arrecadação de tributos; medidas de controle da dívida ativa tributária; processos de realização de operações de crédito e do controle do endividamento; processos de criação de despesas; processos de monitoramento e controle das despesas com pessoal; processos de gestão e de controle de despesas de exercícios anteriores; processos de destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos; critérios e processos para o monitoramento da realização de receita e para a limitação de empenho; existência de análise quanto à viabilidade de fundos especiais; e sistemas informatizados para o controle orçamentário, financeiro e de custos.

A avaliação conjunta dos assuntos mencionados proporciona uma ampla visão análise a respeito dos pontos-chave para o sucesso da política financeira do Estado, permitindo a realização de um diagnóstico efetivo sobre a área, materializado pela Pontuação da Função de Governo, que vai de zero a dez.

Os resultados da análise na área da Administração e Finanças encontram-se Quadro 7, a seguir, que apresenta cada Questão de Avaliação com sua respectiva pontuação, bem como a Pontuação da Função de Governo da área:

Quadro 7 - Resultado da Avaliação de Governo na Saúde em 2020

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA1: Os dispositivos orçamentários são elaborados e publicados de acordo com as normativas vigentes?	SIM	0,55
QA2: Há processos implementados de instituição, previsão e arrecadação de tributos?	SIM	0,67
QA3: Há medidas implementadas de controle da dívida ativa tributária?	SIM	0,55
QA4 :Há processos de realização de operações de crédito e do controle do endividamento implementados?	SIM	0,27
QA5: A criação de despesas atende ao previsto nos dispositivos orçamentários?	SIM	0,67
QA6: Há processos de monitoramento e controle implementados das despesas com pessoal?	SIM	0,65
QA7: Os processos de gestão e de controle de despesas de exercícios anteriores atendem às normativas vigentes?	SIM	0,71
QA8: Os processos de destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos atendem às normativas vigentes?	PARCIALMENTE	0,78

QUESTÃO DE AVALIAÇÃO	VALIDADA?	RESULTADO
QA9: Há critérios e processos adequados para o monitoramento da realização de receita e para a limitação de empenho?	SIM	0,86
QA10: Há análise quanto à viabilidade de fundos especiais?	SIM	0,33
QA11: Há sistemas informatizados para o controle orçamentário, financeiro e de custos implementados?	SIM	0,00
PONTUAÇÃO DA FUNÇÃO DE GOVERNO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:		5,48

Fonte: autores (2020).

A avaliação na área financeira possibilita afirmar que, no tocante ao atendimento às normativas vigentes quanto à elaboração e à publicação dos dispositivos orçamentários (QA1), houve o atendimento de 50%. Demonstrou-se, durante a análise, que não há um processo estabelecido de revisão e de atualização do plano plurianual, incluindo novos investimentos; e não há a divulgação do plano plurianual atualizado em meios eletrônicos de acesso público

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), não há metas e prioridades da administração direta e indireta, ademais ela não dispõe sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; e não há processo estabelecido de incentivo à participação popular durante a elaboração e a discussão da lei de diretrizes orçamentárias.

No tocante à Lei Orçamentária Anual (LOA), esta não contém a estimativa das receitas potenciais do Estado e nem as renúncias fiscais; bem como não há as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado. Além disso, não há processo estabelecido de incentivo à participação popular durante a elaboração e a discussão da LOA e nem há divulgação da lei orçamentária anual atualizada em meios eletrônicos de acesso público.

Quanto à implementação de processos de instituição, previsão e arrecadação de tributos (QA2), houve o atingimento de 67% do objetivo proposto. Nessa questão, os pontos sensíveis relacionam-se à ausência de processo estabelecido de recebimento de informações cartoriais e da Receita Federal do Brasil para fins de cobrança do ITCMD; à ausência de diagnóstico a respeito da estrutura, pessoal e processos de cobrança de tributos no Estado; à insuficiência de auditores fiscais para a efetiva cobrança de tributos estaduais; à deficiência de estrutura tecnológica para a cobrança de tributos e à ausência de processo de inteligência efetivo a fim de otimizar a cobrança de tributos.

Com relação à implementação de medidas para o controle da dívida ativa tributária (QA3), verificou-se que houve o alcance de 55% dos itens avaliados. Dentre os problemas, constatou-se que não há divulgação anual da quantidade e dos valores

de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e dos maiores devedores estaduais de tributos. Ademais, o quantitativo de Procuradores do Estado e a estrutura tecnológica existentes não atendem ao que é considerado adequado pelo estudo para a cobrança de dívida ativa.

A questão seguinte avaliou a implementação de processos de operações de crédito e do controle do endividamento (QA4), com atingimento de somente 27% do objetivo. Não há diagnóstico consolidado a respeito da dívida contratual do Estado, bem como da dívida não contratual e de precatórios, inclusive quanto aos índices e critérios de atualização. Também não há estudos que embasem a realização de operações de crédito em face das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo, nem processo estabelecido de controle das operações de crédito, com vistas a evitar que seja superior ao montante das despesas de capital.

Ademais, o refinanciamento da dívida pública não consta separadamente na lei orçamentária anual e não há processo estabelecido para o adequado reconhecimento e atualização monetária da dívida não contratual, inclusive precatórios.

Com relação ao processo de criação de despesas (QA5), houve o cumprimento de 67% dos itens. Não há controles a fim de garantir que os atos que criem ou aumentem despesa obrigatória de caráter continuado sejam acompanhados de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais; nem controles a fim de garantir que tal comprovação seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas; ou ainda processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada.

No que tange à existência de processos de monitoramento e controle implementados das despesas com pessoal (QA6) o Estado do Paraná alcançou um grau de atendimento dos itens verificados de 65%. Foi verificado que não existem diagnósticos que visem:

- a) a efetividade da política de pessoal do Estado;
- b) métricas para aferição de produtividade;
- c) alternativas de alocação dos recursos com pessoal para o oferecimento de serviços públicos.

Também é possível destacar a inexistência de:

- a) controles a fim de garantir que os atos que aumentem despesa com pessoal sejam acompanhados de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais;
- b) controles a fim de garantir que a comprovação de que a despesa com pessoal não afetará as metas de resultados fiscais seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas;

c) processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada na comprovação de que a despesa com pessoal não afetar as metas de resultados fiscais.

Quando da análise dos processos de gestão e de controle de despesas de exercícios anteriores e seu grau de aderência às normativas vigentes o Estado atingiu 71% (QA7). Destaca-se como oportunidade de melhoria o estabelecimento de um diagnóstico anual a respeito da composição e da evolução dos restos a pagar e de ações com vistas à resolução das despesas de exercícios anteriores existentes.

A QA8 avaliou se os processos de destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos atendem às normativas vigentes. Foram verificadas deficiências nos estudos anuais a respeito da situação financeira de empresas, fundações e fundos públicos, assim como a falta de disposição na lei de diretrizes orçamentárias sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas. De tal forma, o desempenho do Estado para essa questão foi de 78%.

Quando da análise da existência de critérios e processos adequados para o monitoramento da realização de receita e para a limitação de empenho (QA9), o Estado atingiu um nível de satisfação de 86%. O não alcance da nota máxima nessa questão aconteceu pela falta de um processo de revisão mensal da programação financeira ao longo do exercício e a não instituição na lei de diretrizes orçamentárias dos critérios e forma de limitação de empenho.

Outro ponto abordado na avaliação foi a análise quanto à viabilidade de fundos especiais (QA10). Nessa questão o Estado ficou bastante aquém do desejado, alcançando uma taxa de cumprimento dos itens verificados de 33%.

Nesta questão identificou-se a falta de estudos com relação à viabilidade dos fundos especiais existentes e a inexistência de processo estabelecido para revisão normativa dos fundos especiais e processo para avaliação do cumprimento dos objetivos dos fundos especiais. Ainda, o Estado não apresentou possuir medidas com vistas a operacionalizar os fundos inoperantes ou propor a revogação das respectivas leis de criação.

Por fim, o processo de avaliação da área de administração e finanças analisou se o Estado possui implementados sistemas informatizados para o controle orçamentário, financeiro e de custos (QA11).

Todos os itens verificados foram negativados nesta questão. O próprio Estado inicialmente reconheceu deficiências nos seguintes itens:

- a) inexistência de um sistema informatizado para o controle de custos;
- b) falta de integração no sistema informatizado de administração financeira e controle (incluindo toda a administração indireta);

c) não atendimento ao padrão mínimo de qualidade do sistema informatizado de administração financeira e controle estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional;

d) impossibilidade da geração dos demonstrativos contábeis conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 50, pelo sistema informatizado;

Não obstante, os itens respondidos inicialmente positivamente pelo Estado foram validados com entrevistas com outros usuários do sistema. Assim, técnicos do Tribunal de Justiça do Paraná e do Ministério Público Estadual foram indagados e responderam negativamente sobre os seguintes quesitos conforme Quadro 8.

Quadro 8 - Entrevista sobre o Sistema Informatizado de Finanças do Estado

ITEM VERIFICADO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO
O sistema informatizado de controle orçamentário-financeiro está em funcionamento adequado?	Sistema não funciona. Fazemos pagamento de milhões em planilha de Excel. A liquidação não funciona adequadamente. É necessário trabalho e retrabalho para conferir e arrumar informações no sistema. Despesa feita de forma manual.	Há problemas em liquidações, duplicação de empenhos, pagamentos. Existência de controles paralelos.
As informações enviadas ao Siconfi, conforme estabelecido no art. 48, 2º da LRF, precisam ser retificadas em função de problemas na geração automática das mesmas via Matriz de Saldos Contábeis (MSC)?	Contabilidade não bate, operacionalização é precária. Relatórios não se repetem.	Tudo precisa de revisão. Normalmente precisa de ajustes.
O sistema informatizado permite a geração, em tempo real, de informações sobre a execução orçamentária e financeira?	Com relação ao empenho, doação até consegue. Os demais, não. Problemas para divulgação em tempo real.	Muito embora quando fazemos alteração orçamentária o QDD altera, não temos confiança na informação geral do relatório. Não é possível confiar no todo do relatório. Portal da Transparência não gera automaticamente a partir do SIAF.
O sistema informatizado permite o detalhamento das informações da despesa conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48-A, inciso I?	Não há confirmação no SIAF a respeito do beneficiário do pagamento. É permitido no histórico.	Não.
O sistema informatizado permite o detalhamento das informações da receita conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48-A, inciso II?	O sistema de arrecadação não é integrado ao SIAF.	Não.
O sistema informatizado gera o Relatório de Gestão Fiscal de forma automática?	São feitos ajustes. Poucas diferenças.	Não é automático. Tudo por controle manual.

ITEM VERIFICADO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	MINISTÉRIO PÚBLICO
O sistema gera o Relatório Resumido de Execução Orçamentária de forma automática?	São feitos ajustes. Poucas diferenças.	Não é automático. Tudo por controle manual.
Vocês possuem suporte tecnológico contínuo para a manutenção e proposição de melhorias do sistema de controle orçamentário-financeiro?	Não houve atendimento de nossas sugestões quando do desenvolvimento do sistema. Há suporte através de e-mail apenas para manutenção. Às vezes devolvem o e-mail perguntando o que fazer. Algumas coisas arrumam. Muitas coisas não conseguem resolver.	Não nos atendem em questão de melhorias - proposição de campos no SIAF não foram atendidos. Mas eles nos atendem, precisamos mandar e-mail e prints de tela e os problemas acabam sendo solucionados em tempo razoável. Às vezes o problema volta a acontecer. Pagamentos por ofício - módulo multibancos não foi atendido até o momento, apenas Banco do Brasil.

Fonte: elaborado pela Equipe das Contas do Governador (2020).

6.5.3 Contextualização Social

O desempenho da área de Administração e Finanças no Estado do Paraná contextualiza-se dentro da avaliação de governo por meio da aferição do Resultado Financeiro, indicador estabelecido pela Lei 4.320 de 1964, obtido no Balanço Patrimonial por meio da diferença entre os Ativos Financeiros frente aos Passivos Financeiros.

O resultado financeiro é instrumento fundamental para o planejamento e a execução dos orçamentos em face da possibilidade de utilização dos estoques positivos nos exercícios seguintes ou limitações de despesas em situações negativas. Calculou-se, para fins de contextualização social, o Indicador de Equilíbrio Financeiro $IEF = AF / PF$, onde AF = Ativo Financeiro e PF o Passivo Financeiro. O ideal é que o IEF esteja sempre próximo a 1, dessa forma, em equilíbrio.

Os resultados consolidados dos últimos quatro exercícios no Estado do Paraná e o Indicador de Equilíbrio Financeiro (IEF) são demonstrados na Tabela 6, que evidência sempre estoques positivos:

Tabela 6 - Evolução do Resultado Financeiro no Estado do Paraná, 2017-2020

ANO	ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO	RESULTADO FINANCEIRO	IEF
2017	18.088.201.946,36	6.838.526.276,68	11.249.675.669,68	2,65
2018	17.281.205.186,73	6.423.155.974,63	10.858.049.212,10	2,69
2019	19.556.695.825,43	7.860.712.350,97	11.695.983.474,46	2,49
2020	22.111.233.166,78	7.915.373.259,29	14.195.859.907,49	2,79

Fonte: instrução da CGE/TCEPR das Contas do Governador 2017 a 2020.

6.5.4 Conclusão

A Pontuação da Avaliação do Governo de Estado do Paraná na área de Administração e Finanças no exercício de 2020 foi de 5,48, o que indica que o Governo do Estado atingiu 54,8% dos objetivos atribuídos por esta análise de governo.

Do exposto, conclui-se que o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou de forma parcial os objetivos, processos, recursos e serviços que visem ao equilíbrio financeiro.

7 ACHADOS

Não foram encontrados achados prévios de fiscalização, de acordo com o objetivo e o escopo dos trabalhos.

Entretanto, por se tratar de avaliação de políticas públicas, cujos resultados aferidos serão debatidos em processo de prestação de contas do governador de 2020, os itens avaliados encontram-se no item 7 APENDICE – Matriz de Avaliação, Itens de Verificação 7.1 a 7.5 que integram este relatório.

8 CONCLUSÃO

Esse trabalho objetivou avaliar o cumprimento das ações e iniciativas do Poder Executivo do Estado do Paraná em 2020, em especial o estabelecimento de objetivos, a alocação de recursos públicos, a implementação de processos e a disponibilização de produtos e serviços públicos com impacto na qualidade de vida da população paranaense em cinco áreas de atuação: Educação; Saúde; Segurança Pública; Previdência e Administração e Finanças.

Para a realização deste foi utilizado o marco regulatório que rege a administração pública, que orienta o planejamento, a execução e o relato sob o manto da tecnicidade estatuída pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), recepcionadas pelo TCE/PR via Resolução n.º 76/2020-TCE/PR.

Na área de Educação estabeleceu-se, dentre as finalidades sociais previstas pelo Plano Nacional de Educação e pelo Plano Estadual de Educação, aqueles que impactem na qualidade do ensino, no acesso escolar e na redução da evasão escolar. O Estado obteve um grau de atendimento de 69,5%.

Para a área de Saúde a avaliação enfocou os principais fatores que visem aumentar a expectativa de vida ao nascer. Para tal, o Estado demonstrou atender 72,0% das questões.

Em relação à área de Segurança Pública destacou-se os seguintes propósitos para a o processo de avaliação: crimes violentos letais intencionais; crimes contra a dignidade sexual e crimes contra o patrimônio. O nível de satisfação nesse âmbito foi de 57,3%.

Na área de Previdência levou-se em consideração o impacto para o alcance da solvência financeira e atuarial do RPPS e para a área de Administração e Finanças focou-se na garantia do equilíbrio financeiro. O grau de atendimento nestas áreas, respectivamente, foi de 49,8% e 54,8%.

Após a avaliação efetuada, concluiu-se que, em todas as áreas, o Poder Executivo do Estado do Paraná implementou de forma parcial os objetivos, processos, recursos e serviços com vistas aos objetivos pretendidos, em maior ou menor grau. Assim, objetivando criar uma pontuação de 0 a 10, pode-se sintetizar o grau de atendimento de cada área em:

- a) Educação: 6,95 pontos;
- b) Saúde: 7,20 pontos;
- c) Segurança Pública: 5,73 pontos;
- d) Previdência: 4,98 pontos; e
- e) Administração e Finanças: 5,48 pontos.

Por fim, mesmo sendo a Prestação de Contas do Governador para o Tribunal de Contas um Tema tradicional, é imperativo a reflexão para se avançar sobre um modelo que incorpore neste Tema a avaliação de políticas públicas. Conforme demonstrado nesse trabalho, é fundamental a avaliação e a priorização de áreas com maior relevância social com o propósito do estreitamento dos Tribunais de Contas com a sociedade.

APÊNDICE – MATRIZ DE AVALIAÇÃO

Itens de Verificação – Política de Educação

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1	QA1: Há um processo implementado de avaliação, monitoramento e controle da qualidade do ensino regular?				0,67
1.1	Há processo de avaliação da qualidade dos anos finais do ensino fundamental, realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,11
1.2	Há processo de avaliação da qualidade do ensino médio, realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,11
1.3	O processo de avaliação da qualidade do ensino é aplicado em todos os estabelecimentos de ensino do Estado?	S	x		0,11
1.4	Os estabelecimentos de ensino são informados do resultado de sua avaliação?	S		x	0,00
1.5	Há monitoramento do cumprimento das metas de qualidade dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio previstas no Plano Estadual de Educação (Meta 7), realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,11
1.6	Há divulgação do cumprimento das metas de qualidade dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio previstas no Plano Estadual de Educação (Meta 7)?	S		x	0,00
1.7	Há processo estabelecido de subsídio às ações a serem tomadas pelos estabelecimentos de ensino conforme o resultado de sua avaliação?	S	x		0,11
1.8	Há prestação de assistência técnica financeira aos estabelecimentos de ensino com resultado da avaliação inferior à média?	S		x	0,00
1.9	Há processo estabelecido de aprimoramento dos instrumentos de avaliação da qualidade do ensino regular?	S	x		0,11
2	QA2: Há política implementada a fim de reduzir a evasão escolar?				0,50
2.1	Há levantamento anual da evasão escolar por estabelecimento de ensino?	S	x		0,10
2.2	Há processo estabelecido de avaliação dos estabelecimentos com maior evasão escolar, relacionando-os com as suas principais deficiências estruturais?	S		x	0,00
2.3	Há processo estabelecido de avaliação dos estabelecimentos com maior evasão escolar, relacionando-os com as suas principais deficiências pedagógicas?	S		x	0,00
2.4	Há processo estabelecido de avaliação dos estabelecimentos com maior evasão escolar, relacionando-os com o seu grau de interação com a comunidade escolar?	S		x	0,00
2.5	Há processo estabelecido de avaliação dos estabelecimentos com maior evasão escolar, relacionando-os com a sua taxa de reprovação escolar?	S	x		0,10
2.6	Há monitoramento do cumprimento da meta de adequação idade-série do ensino fundamental prevista no Plano Estadual de Educação (Meta 2), realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,10

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
2.7	Há divulgação do cumprimento da meta de adequação idade-série do ensino fundamental prevista no Plano Estadual de Educação (Meta 2)?	S		x	0,00
2.8	Há processo estabelecido de prevenção à evasão escolar motivada por situações de discriminação, preconceito ou violência?	S		x	0,00
2.9	Há processo estabelecido de monitoramento da frequência dos alunos?	S	0,99		0,10
2.10	Há processo estabelecido de articulação com a Rede de Proteção de crianças e adolescentes para prevenção à evasão escolar?	S	0,98		0,10
3	QA3: Os meios existentes para proporcionar a oferta de vagas no ensino regular são suficientes para atender à demanda?				0,64
3.1	Há levantamento anual que dimensione a demanda escolar do ensino fundamental (anos finais), por região e turno?	S		x	0,00
3.2	Há levantamento anual que dimensione a demanda escolar do ensino médio, por região e turno?	S		x	0,00
3.3	Há levantamento anual que dimensione a demanda escolar futura, estabelecendo cenários em virtude de mudanças demográficas?	S		x	0,00
3.4	Há um levantamento anual que dimensione o número de estruturas escolares necessárias para atender à demanda escolar?	S		x	0,00
3.5	Há um levantamento anual que dimensione o número de professores no ensino regular necessários para atender à demanda escolar?	S	x		0,04
3.6	Há um levantamento anual que dimensione o número médio de alunos por turma do ensino fundamental (anos finais)?	S	x		0,04
3.7	Há um levantamento anual que dimensione o número médio de alunos por turma do ensino médio?	S	x		0,04
3.8	Há estruturas escolares para atendimento à demanda escolar do ensino fundamental e médio?	S	x		0,04
3.9	O quantitativo de professores existente atende à demanda escolar do ensino fundamental e médio?	S	x		0,04
3.10	Há o atendimento ao critério estipulado pelo Parecer CNE/CEB n.º 8/2010 de número máximo de 30 alunos por turma nos anos finais do ensino fundamental?	S		x	0,00
3.11	Há o atendimento ao critério estipulado pelo Parecer CNE/CEB n.º 8/2010 de número máximo de 30 alunos por turma no ensino médio?	S		x	0,00
3.12	Há monitoramento do cumprimento das metas de universalização do ensino fundamental e médio previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 2 e 3), realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,04
3.13	Há divulgação do cumprimento das metas de universalização do ensino fundamental e médio previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 2 e 3)?	S		x	0,00
3.14	Há processo estabelecido de implantação de estruturas escolares a fim de atender à demanda escolar do ensino fundamental e médio?	S	x		0,04
3.15	Há processo estabelecido de contratação de professores no ensino regular a fim de atender à demanda escolar do ensino fundamental e médio?	S	x		0,04

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
3.16	Há levantamento anual que dimensione a demanda escolar por Educação Profissional Técnica de nível médio?	S		x	0,00
3.17	Há estruturas escolares para atendimento à demanda por Educação Profissional Técnica de nível médio?	S	x		0,04
3.18	O quantitativo de professores existente atende à demanda por Educação Profissional Técnica de nível médio?	S	x		0,04
3.19	Há um processo estabelecido de implantação de estruturas escolares a fim de atender à demanda por Educação Profissional Técnica de nível médio?	S	x		0,04
3.20	Há um processo estabelecido de contratação de professores a fim de atender à demanda por Educação Profissional Técnica de nível médio?	S	x		0,04
3.21	Há um levantamento anual que dimensione a demanda escolar por Educação de Jovens e Adultos?	S		x	0,00
3.22	Há estruturas escolares para atendimento à demanda por Educação de Jovens e Adultos?	S	x		0,04
3.23	O quantitativo de professores existente atende à demanda por Educação de Jovens e Adultos?	S	x		0,04
3.24	Há um processo estabelecido de implantação de estruturas escolares a fim de atender à demanda por Educação de Jovens e Adultos?	S	x		0,04
3.25	Há um processo estabelecido de contratação de professores a fim de atender à demanda por Educação de Jovens e Adultos?	S	x		0,04
4	QA4: Há política e meios suficientes para proporcionar a oferta de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?				0,50
4.1	Há um levantamento anual que dimensione as estruturas escolares necessárias para o adequado oferecimento de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S		x	0,00
4.2	Há um levantamento anual que dimensione o número de professores necessários para o adequado oferecimento de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S		x	0,00
4.3	Há política instituída para oferta de atividades extracurriculares e do ensino em tempo integral para os anos finais do ensino fundamental?	S	x		0,10
4.4	Há política instituída para oferta de atividades extracurriculares e do ensino em tempo integral para o ensino médio, tendo em vista a ampliação da carga horária anual, de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas?	S	x		0,10
4.5	Há estruturas escolares para o atendimento à demanda por atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S		x	0,00
4.6	O quantitativo de professores existente atende à demanda por atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S		x	0,00
4.7	Há monitoramento do cumprimento da meta de oferta de ensino em tempo integral prevista no Plano Estadual de Educação (Meta 6), realizado no máximo a cada dois anos?	S	x		0,10

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
4.8	Há divulgação do cumprimento da meta de oferta de ensino em tempo integral prevista no Plano Estadual de Educação (Meta 6)?	S		x	0,00
4.9	Há um processo estabelecido de implantação de estruturas escolares para o adequado oferecimento de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S	x		0,10
4.10	Há um processo estabelecido de contratação de professores no ensino regular para o adequado oferecimento de atividades extracurriculares e de ensino em tempo integral?	S	x		0,10
5	QA5: As diretrizes pedagógicas estaduais alinham-se às diretrizes nacionais e guardam sintonia entre os níveis de ensino?				0,60
5.1	Há diretrizes pedagógicas estaduais do ensino fundamental e médio formalizadas?	S		x	0,00
5.2	As diretrizes pedagógicas estabelecem os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local?	S		x	0,00
5.3	Há diretrizes estabelecidas para garantir a continuidade do ensino em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	N	x		0,10
5.4	As diretrizes pedagógicas estaduais guardam sintonia com as diretrizes nacionais?	N	x		0,10
5.5	Há uma base curricular estadual do ensino fundamental e médio formalizada?	S		x	0,00
5.6	A base curricular estadual estabelece direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local?	S		x	0,00
5.7	A base curricular estadual guarda sintonia com base nacional comum curricular?	N	x		0,10
5.8	Há ações que visem à continuidade das diretrizes pedagógicas entre o 5º e o 6º ano de ensino fundamental?	N	x		0,10
5.9	Há oferta de formação continuada aos profissionais do magistério que atuam com estudantes em processo de transição do 5.º para o 6.º ano, com vistas à continuidade das diretrizes pedagógicas?	N	x		0,10
5.10	Há ações que visem à continuidade das diretrizes pedagógicas entre o 9º ano de ensino fundamental e o ensino médio?	N	x		0,10
6	QA6: Os estabelecimentos de ensino possuem proposta pedagógica alinhada às diretrizes pedagógicas estaduais e nacionais?				0,98
6.1	Há proposta pedagógica instituída?	S	1,00		0,08
6.2	A proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino guarda sintonia com as diretrizes pedagógicas estaduais e nacionais?	S	1,00		0,08
6.3	Há processo estabelecido de verificação do conteúdo da proposta pedagógica e de seu alinhamento às diretrizes estaduais?	S	0,99		0,08
6.4	Há participação e consulta de profissionais da educação na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares?	S	1,00		0,08

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
6.5	Há participação e consulta de alunos e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares?	S	0,96		0,07
6.6	A proposta pedagógica estabelece o calendário escolar?	S	0,96		0,07
6.7	A proposta pedagógica estabelece a matriz curricular?	S	0,98		0,08
6.8	A proposta pedagógica estabelece a ementa de conteúdos?	S	0,98		0,08
6.9	A proposta pedagógica estabelece a metodologia de ensino?	S	0,99		0,08
6.10	A proposta pedagógica estabelece a carga horária de cada curso?	S	0,96		0,07
6.11	A proposta pedagógica estabelece os planos de cursos?	S	0,93		0,07
6.12	A proposta pedagógica estabelece os ambientes, espaços e materiais a serem utilizados para implementação da proposta curricular?	S	0,97		0,07
6.13	A proposta pedagógica estabelece o sistema de avaliação dos estudantes?	S	0,99		0,08
7	QA7: Há política implementada de prevenção e enfrentamento à violência e às drogas nos estabelecimentos de ensino?				0,56
7.1	Há um diagnóstico anual com relação à incidência de atos de violência nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,11
7.2	Há um diagnóstico anual com relação à incidência de atos de intimidação sistemática (bullying) nos estabelecimentos de ensino?	S		x	0,00
7.3	Há um diagnóstico anual com relação à incidência de ocorrências relativas a drogas nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,11
7.4	Há uma política instituída de enfrentamento à violência em âmbito escolar?	S		x	0,00
7.5	Há uma política instituída de enfrentamento à intimidação sistemática (bullying) em âmbito escolar?	S		x	0,00
7.6	Há uma política instituída de enfrentamento às drogas em âmbito escolar?	S		x	0,00
7.7	Há ações de enfrentamento à violência nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,11
7.8	Há ações de enfrentamento à intimidação sistemática (bullying) nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,11
7.9	Há ações de enfrentamento às drogas nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,11
8	QA8: A política de transporte escolar propicia condições para a efetiva locomoção dos alunos?				0,62
8.1	Há uma política instituída de transporte escolar em âmbito estadual?	N	x		0,09
8.2	Há um levantamento anual com relação aos alunos que necessitem de transporte escolar, por estabelecimento de ensino?	N	x		0,09
8.3	Há um planejamento territorial com relação à distribuição das matrículas escolares entre os estabelecimentos de ensino, com vistas a otimizar os recursos para transporte escolar?	N	x		0,09

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
8.4	Há um planejamento com relação à otimização das rotas do transporte escolar?	S	0,77		0,07
8.5	Há veículos para atendimento a toda a demanda por transporte escolar?	S	0,79		0,07
8.6	Há recursos humanos para a operacionalização de todas as rotas de transporte escolar?	S	0,78		0,07
8.7	Há processo estabelecido para a aquisição de veículos de transporte escolar a fim de atender à demanda?	N		x	0,00
8.8	Há processo estabelecido para a contratação de recursos humanos para a condução de veículos de transporte escolar a fim de atender à demanda?	N		x	0,00
8.9	Há verificação, de forma periódica, da adequação das condições mecânicas e de conforto dos veículos que realizam o transporte escolar?	S	0,73		0,07
8.10	Há verificação, de forma periódica, da adequação das condições de segurança dos veículos que realizam o transporte escolar?	S	0,73		0,07
8.11	Há processo estabelecido com vistas a verificar o cumprimento dos requisitos para a habilitação de condutor de veículos de transporte escolar estabelecidos no art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro?	N		x	0,00
9	QA9: A política de alimentação escolar propicia condições para a efetiva nutrição dos alunos?				0,91
9.1	Há uma política instituída de alimentação escolar?	N	x		0,06
9.2	Há a divulgação do cardápio preestabelecido do estabelecimento escolar?	S	0,97		0,05
9.3	O cardápio do estabelecimento escolar é elaborado por nutricionista?	S	0,44		0,02
9.4	Há equipamentos de refrigeração para a conservação adequada dos alimentos no estabelecimento escolar?	S	0,98		0,05
9.5	Há equipamentos adequados para o preparo das refeições no estabelecimento escolar?	S	0,95		0,05
9.6	Há mobiliário adequado para as cozinhas e os refeitórios no estabelecimento escolar?	S	0,69		0,04
9.7	Há recursos humanos suficientes para o preparo de refeições em todos os estabelecimentos escolares?	S	0,74		0,04
9.8	Há planejamento quanto às necessidades de alimentos escolares a fim de atender à demanda?	S	0,97		0,05
9.9	Há procedimentos padronizados de acompanhamento da entrega e da qualidade dos produtos alimentícios adquiridos?	S	0,98		0,05
9.10	Há processo estabelecido de monitoramento dos estoques alimentícios dos estabelecimentos de ensino para verificação do prazo de validade, quantidade e variedade dos gêneros alimentícios?	S	0,99		0,06
9.11	Há processo estabelecido com vistas a verificar, de forma periódica, a preparação dos alimentos escolares?	S	0,93		0,05
9.12	Há processo estabelecido com vistas a verificar, de forma periódica, a adequação das condições estruturais dos ambientes em que ocorrem a preparação e o consumo da alimentação escolar?	S	0,92		0,05

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
9.13	Há processo estabelecido com vistas a verificar, de forma periódica, a adequação das condições sanitárias dos ambientes em que ocorrem a preparação e o consumo da alimentação escolar?	S	0,95		0,05
9.14	Há processo estabelecido de aquisição de equipamentos de refrigeração de alimentos nos estabelecimentos de ensino?	N	x		0,06
9.15	Há processo estabelecido de aquisição de equipamentos para o preparo das refeições nos estabelecimentos de ensino?	N	x		0,06
9.16	Há processo estabelecido de aquisição de mobiliário para as cozinhas e os refeitórios nos estabelecimentos de ensino?	N	x		0,06
9.17	Há processo estabelecido de contratação de recursos humanos para o preparo de refeições nos estabelecimentos de ensino?	N	x		0,06
9.18	Há procedimentos implementados para garantir que os alunos tenham suas necessidades nutricionais atendidas em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	0,84		0,05
10	QA10: O layout e as condições estruturais dos estabelecimentos de ensino propiciam condições para o efetivo aprendizado dos alunos?				0,71
10.1	Há diagnóstico anual dos estabelecimentos de ensino estaduais, com relação às suas deficiências de layout?	S	x		0,06
10.2	Há diagnóstico anual dos estabelecimentos de ensino estaduais, com relação às suas deficiências estruturais?	S	x		0,06
10.3	O estabelecimento de ensino possui secretaria em condições estruturais adequadas?	S	0,84		0,05
10.4	O estabelecimento de ensino possui biblioteca em condições estruturais adequadas?	S	0,70		0,04
10.5	O estabelecimento de ensino possui quadra esportiva em condições estruturais adequadas?	S	0,66		0,04
10.6	O estabelecimento de ensino possui laboratório de informática em condições estruturais adequadas?	S	0,65		0,04
10.7	O estabelecimento de ensino possui laboratório de ciências em condições estruturais adequadas?	S	0,51		0,03
10.8	O estabelecimento de ensino possui laboratório de artes em condições estruturais adequadas?	S	0,05		0,00
10.9	O estabelecimento de ensino possui sala de professores em condições estruturais adequadas?	S	0,79		0,05
10.10	O estabelecimento de ensino possui banheiros em condições estruturais adequadas?	S	0,82		0,05
10.11	O estabelecimento de ensino possui cozinha em condições estruturais adequadas?	S	0,80		0,05
10.12	O estabelecimento de ensino possui refeitório em condições estruturais adequadas?	S	0,47		0,03
10.13	O estabelecimento de ensino possui área de convivência em condições estruturais adequadas?	S	0,78		0,05
10.14	O estabelecimento de ensino possui sala de multimídia em condições estruturais adequadas?	S	0,34		0,02
10.15	Há priorização para realização de obras estruturais nos estabelecimentos de ensino conforme o seu grau de necessidade?	S	x		0,06

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
10.16	Há processo estabelecido para realização de obras de manutenção nos estabelecimentos de ensino?	S	x		0,06
11	QA11: Os estabelecimentos de ensino possuem mobiliário, equipamentos e materiais escolares que propiciem condições para o aprendizado dos alunos?				0,73
11.1	Há diagnóstico anual dos estabelecimentos de ensino estaduais, com relação às suas deficiências de mobiliário, equipamentos e materiais?	S	x		0,07
11.2	O estabelecimento de ensino possui mobiliário escolar para os alunos em boas condições de uso?	S	0,85		0,06
11.3	O estabelecimento de ensino possui mobiliário escolar para os professores em boas condições de uso?	S	0,89		0,06
11.4	O estabelecimento de ensino possui equipamentos adequados para o conforto térmico dos alunos?	S	0,42		0,03
11.5	O estabelecimento de ensino possui equipamentos adequados para o conforto térmico dos professores?	S	0,47		0,03
11.6	O estabelecimento de ensino possui equipamentos e materiais de informática para os alunos em boas condições de uso?	S	0,67		0,05
11.7	O estabelecimento de ensino possui equipamentos e materiais de informática para os professores em boas condições de uso?	S	0,70		0,05
11.8	O estabelecimento de ensino é dotado de acesso à internet via banda larga de alta velocidade?	S	0,61		0,04
11.9	O estabelecimento de ensino possui equipamentos científicos em boas condições de uso?	S	0,43		0,03
11.10	Há distribuição de material escolar suficiente de forma contínua aos alunos, inclusive em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	0,69		0,05
11.11	Há distribuição de kit escolar suficiente de forma contínua aos alunos, inclusive em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	0,55		0,04
11.12	Há priorização para realização de aquisições de mobiliário, equipamentos e materiais nos estabelecimentos de ensino conforme o seu grau de necessidade?	S	x		0,07
11.13	Há processo estabelecido para aquisições de mobiliário, equipamentos e materiais para os estabelecimentos de ensino?	S	x		0,07
11.14	Há o fornecimento de meios para que os alunos tenham continuidade no aprendizado em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	x		0,07
12	QA12: Há política de acompanhamento e incentivo à formação dos professores?				0,50
12.1	Há política estadual instituída de formação dos profissionais da educação?	N		x	0,00
12.2	Há diagnóstico a respeito das necessidades de formação de professores?	N	x		0,07
12.3	Os professores possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam?	N	x		0,07
12.4	Há a formação, em nível de pós-graduação, de pelo menos 70% dos professores?	N	x		0,07

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
12.5	Há monitoramento do cumprimento das metas de formação dos professores previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 15 e 16), realizado no máximo a cada dois anos?	N	x		0,07
12.6	Há divulgação do cumprimento das metas de formação dos professores previstas no Plano Estadual de Educação (Metas 15 e 16)?	N		x	0,00
12.7	Há processo estabelecido para formação dos professores com vistas a garantir que todos obtenham formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam?	N		x	0,00
12.8	Há processo estabelecido para formação dos professores, com vistas a garantir que 70% destes obtenham formação em nível de pós-graduação?	N	x		0,07
12.9	Há processo estabelecido para formação continuada dos profissionais da educação, em sua área de atuação?	N	x		0,07
12.10	Há a disponibilização ampla de produções acadêmicas didático-pedagógicas, científicas, culturais e tecnológicas no Portal Educacional do Estado do Paraná?	N		x	0,00
12.11	Há a previsão, nos planos de carreira dos profissionais da educação, de licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu?	N	x		0,07
12.12	Há processo estabelecido para concessão de licença remunerada para pós-graduação stricto sensu a professores?	N		x	0,00
12.13	Há processo estabelecido de acompanhamento dos profissionais iniciantes por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar a decisão pela efetivação após o estágio probatório?	N		x	0,00
12.14	Há o oferecimento, durante período de estágio probatório, de curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina?	N		x	0,00
13	QA13: Há ações com vistas a avaliar e valorizar o mérito profissional e acadêmico dos professores?				0,67
13.1	Há plano de carreira instituído para os professores da educação básica?	N	x		0,08
13.2	O plano de carreira dos professores da educação básica respeita o Piso Salarial Profissional Nacional?	N	x		0,08
13.3	Há política implementada de avaliação do mérito pedagógico dos professores?	N		x	0,00
13.4	A política de avaliação do mérito pedagógico contempla critérios relativos a desempenho dos alunos em avaliações externas?	N		x	0,00
13.5	A política de avaliação do mérito pedagógico contempla critérios relativos a desempenho em provas de conhecimentos dos professores?	N		x	0,00
13.6	Há política implementada de avaliação do mérito acadêmico dos professores?	N	x		0,08
13.7	A política de avaliação do mérito acadêmico contempla critérios relativos à capacitação/formação dos professores?	N	x		0,08

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
13.8	A política de avaliação do mérito acadêmico contempla critérios relativos à participação em congressos/seminários?	N	x		0,08
13.9	A política de avaliação do mérito acadêmico contempla critérios relativos à publicação de artigos em periódicos/livros?	N	x		0,08
13.10	Ao menos 85% dos professores são ocupantes de cargos de provimento efetivo?	N		x	0,00
13.11	Há sistema de avaliação instituído para os profissionais em estágio probatório, a fim de fundamentar a decisão pela efetivação no cargo?	N	x		0,08
13.12	Há processo estabelecido para a contratação de professores em cargos de provimento efetivo, com vistas a garantir que 85% destes sejam ocupantes de tais cargos?	N	x		0,08
14	QA14: Há procedimentos com vistas a assegurar o cumprimento integral do plano de trabalho e dos dias letivos estabelecidos para o ano escolar?				0,92
14.1	Há plano de trabalho formalizado pelos professores?	S	0,99		0,08
14.2	Os planos de trabalho contêm a relação dos conteúdos a serem ensinados?	S	1,00		0,08
14.3	Os planos de trabalho contêm a justificativa e os objetivos do conteúdo a ser ensinado?	S	1,00		0,08
14.4	Os planos de trabalho contêm os encaminhamentos metodológicos do conteúdo e recursos didáticos a serem utilizados?	S	1,00		0,08
14.5	Os planos de trabalho contêm os critérios e os instrumentos de avaliação?	S	1,00		0,08
14.6	Os planos de trabalho alinham-se à proposta pedagógica do estabelecimento de ensino?	S	1,00		0,08
14.7	Há o efetivo cumprimento dos dias letivos estabelecidos e de oitocentas horas-aula de efetivo trabalho escolar no ano letivo?	S	1,00		0,08
14.8	Há processo estabelecido para ampliação da carga horária do ensino médio, de forma progressiva, para mil e quatrocentas horas anuais?	S	0,19		0,02
14.9	Há processo estabelecido de verificação do cumprimento do plano de trabalho dos professores durante o ano letivo, inclusive em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	0,95		0,08
14.10	Há processo estabelecido de verificação do conteúdo dos planos de trabalho?	S	0,99		0,08
14.11	Há processo estabelecido de verificação do alinhamento do plano de trabalho à proposta pedagógica do estabelecimento de ensino?	S	0,99		0,08
14.12	Há processo estabelecido de verificação do cumprimento dos dias letivos das horas-aula de efetivo trabalho escolar?	S	0,99		0,08
15	QA15: Há procedimentos que visem o acompanhamento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos alunos, provendo meios para a sua melhoria?				0,92
15.1	Há processo estabelecido de busca ativa de crianças e adolescentes que estejam fora do ensino regular?	S	0,96		0,11

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
15.2	O processo de busca ativa contempla a articulação com órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à adolescência e à juventude e seus respectivos conselhos?	S	0,96		0,11
15.3	Há processo estabelecido de monitoramento do absenteísmo escolar dos alunos e de identificação de seus motivos?	S	0,97		0,11
15.4	O processo de monitoramento do absenteísmo escolar contempla a articulação com órgãos públicos de saúde e assistência social?	S	0,93		0,10
15.5	Há a notificação ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei?	S	0,98		0,11
15.6	Há processo estabelecido de interação contínua com os responsáveis pelo acompanhamento das atividades escolares do estudante?	S	0,99		0,11
15.7	Há processo estabelecido de acompanhamento individualizado dos alunos com rendimento escolar defasado?	S	0,96		0,11
15.8	Há práticas estabelecidas de aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação ou progressão parcial para todos os alunos com rendimento escolar defasado?	S	0,68		0,08
15.9	Há processo estabelecido para acompanhamento individualizado dos alunos em situações contingentes, como as que impossibilitem o ensino presencial?	S	0,85		0,09

Itens de Verificação – Políticas de Saúde

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1	QA1: Há uma Política e um Plano Estadual de Saúde implementados e alinhados às diretrizes nacionais?				0,75
1.1	Há política estadual de saúde?	N	x		0,08
1.2	A política estadual está alinhada às diretrizes do Sistema Único de Saúde e à política nacional de saúde?	N	x		0,08
1.3	Há um Plano Estadual de Saúde?	S	x		0,08
1.4	O Plano Estadual de Saúde está alinhado com as políticas nacionais e estaduais de saúde?	S	x		0,08
1.5	O Plano Estadual de Saúde apresenta análise situacional da saúde no Estado e foi consubstanciado nela?	S	x		0,08
1.6	São estabelecidos diretrizes, objetivos, metas e indicadores no Plano Estadual de Saúde?	S	x		0,08
1.7	São estabelecidas prioridades, estratégias e metas para a organização da Atenção Básica no Plano Estadual de Saúde?	S	x		0,08
1.8	São estabelecidas prioridades, estratégias e metas para a implementação de programas, planos, projetos e ações de promoção da saúde no Plano Estadual de Saúde?	S	x		0,08
1.9	São estabelecidos os processos de avaliação e monitoramento no Plano Estadual de Saúde?	S	x		0,08
1.10	O Plano Estadual de Saúde apresenta a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão anual de repasse de recursos aos municípios?	S		x	0,00
1.11	O Plano Estadual de Saúde possui elementos para subsidiar adequadamente o planejamento e o orçamento público relativo aos serviços de saúde?	S		x	0,00
1.12	Há processos e procedimentos estabelecidos para a revisão periódica do Plano Estadual de Saúde, bem como do seu alinhamento às políticas?	S		x	0,00
2	QA2: O Estado realiza, em conjunto com os Municípios, a regionalização, hierarquização e integração das ações e serviços de saúde?				0,90
2.1	Há comissões constituídas com representantes do Estado e dos Municípios com intuito de promover a coordenação e articulação da regionalização e integração das ações e serviços de saúde sob gestão da esfera estadual e municipal?	S	0,957		0,12
2.2	Há um Plano Diretor de Regionalização dos serviços de saúde que contemple a integração das ações desenvolvidas pelo Estado e Municípios?	S	0,894		0,11
2.3	O Plano Diretor de Regionalização foi elaborado com a participação de representantes municipais?	S	0,936		0,12
2.4	Há uma delimitação de regiões de saúde a partir de aglomerados de municípios limítrofes?	S	0,957		0,12
2.5	Há um detalhamento das ações e serviços de saúde prestados em cada região de saúde, bem como as esferas responsáveis pela gestão e oferta desses?	S	0,851		0,11
2.6	Há diretrizes sobre as regiões de saúde, distrito sanitário, integração de territórios, referência e contrarreferência e demais aspectos vinculados à integração das ações e serviços de saúde entre os entes federados?	S	0,872		0,11

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
2.7	Há processos e procedimentos estabelecidos para a revisão, adequação e melhorias do planejamento e diretrizes da regionalização e integração das ações e serviços de saúde sob gestão do estado e municípios?	S	0,830		0,10
2.8	Há processos e procedimentos para a elaboração e revisão periódica da Programação Pactuada e Integrada com os municípios?	S	0,872		0,11
3	QA3: O Estado apoia e fornece aos municípios meios e instrumentos para a prestação dos serviços de saúde, bem como avalia e controla as suas ações a fim de proporcionar a sua melhoria?				0,81
3.1	Há processos e procedimentos estabelecidos para o apoio técnico aos municípios e consórcios intermunicipais de saúde?	S	0,894		0,11
3.2	Há processos e procedimentos estabelecidos para o apoio financeiro aos municípios e consórcios intermunicipais de saúde?	S	0,894		0,11
3.3	Há ações de incentivo e assessoramento para a formação de consórcios intermunicipais de saúde?	S	0,723		0,09
3.4	Há diagnósticos situacionais dos municípios quanto aos critérios preconizados em lei para a transferência de recursos?	S	0,702		0,09
3.5	Há parâmetros e indicadores previamente estabelecidos que vinculem a transferência de recursos às necessidades dos municípios?	S	0,702		0,09
3.6	Há controle e avaliação periódica do desempenho das ações e serviços de saúde dos municípios e das regionais de saúde?	S	0,830		0,10
3.7	Há fiscalização e controle das ações e serviços de consórcios intermunicipais de saúde?	S	0,851		0,11
3.8	Há processos e procedimentos estabelecidos com a finalidade de promover a melhoria do desempenho das ações e serviços de saúde dos municípios e das regionais de saúde?	S	0,851		0,11
4	QA4: Há ações implementadas de regulação e articulação de referência e contrarreferência entre as atenções primária e especializada?				0,78
4.1	Há Complexo Regulador Estadual para as ações e serviços de saúde?	S	0,979		0,10
4.2	Há Complexos Reguladores Regionais em todas as regiões de saúde do estado?	S	0,894		0,09
4.3	Há iniciativas para estimular e auxiliar os municípios na implementação de complexos reguladores?	S	0,723		0,07
4.4	Há processos e procedimentos que promovam o estabelecimento e a revisão de protocolos de regulação em todas as regiões de saúde do estado?	N	x		0,10
4.5	Há protocolos de regulação clínica em todas as regiões de saúde do Estado?	S	0,851		0,09
4.6	Há protocolos de regulação de acesso que contemplem critérios de encaminhamento e fluxo entre os diversos níveis de complexidade da atenção à saúde, considerando inclusive a referência intermunicipal em todas as regiões de saúde do Estado?	S	0,872		0,09
4.7	Há sistema que possibilite o encaminhamento dos pacientes entre os níveis de atenção à saúde?	S	0,936		0,09
4.8	Há sistema que registre o histórico médico dos pacientes e possibilite a troca de informações entre os diferentes níveis de complexidade de atenção à saúde?	S	0,553		0,06

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
4.9	Há processos e procedimentos estabelecidos para o monitoramento e a avaliação do cumprimento dos protocolos definidos para disponibilizar a alternativa assistencial mais adequada a cada caso?	S	0,596		0,06
4.10	Os processos de referência e contrarreferência adotados atualmente proporcionam a disponibilização tempestiva do serviço de saúde à necessidade do cidadão?	S	0,426		0,04
5	QA5: Há medidas implementadas de coordenação e execução de ações em situações de emergência de saúde pública?				0,75
5.1	Há um diagnóstico contínuo das situações de emergência de saúde pública estadual?	N	x		0,13
5.2	Há uma interação com os municípios para coordenar e alinhar as ações municipais e estaduais em situações de emergência de saúde pública?	S	0,979		0,12
5.3	Há estudos que justifiquem as medidas e os investimentos realizados para dar enfrentamentos às situações de emergência de saúde pública?	S		x	0,00
5.4	Houve medidas tomadas para dar enfrentamento às situações de emergência de saúde pública (restrições, obrigações etc.)?	S	1,000		0,13
5.5	Houve investimentos para dar enfrentamento às situações de emergência de saúde pública (equipamentos, remédios, médicos etc.)?	S	1,000		0,13
5.6	É realizado diagnóstico quanto à efetividade das medidas e dos investimentos realizados para dar enfrentamento às situações de emergência de saúde pública?	S		x	0,00
5.7	Há meios para verificar a adesão e o cumprimento pela sociedade das medidas impostas para enfrentamento das situações de emergência de saúde?	S	x		0,13
5.8	Há meios previstos para corrigir o comportamento de quem não esteja aderindo e cumprindo as medidas impostas para enfrentamento das situações de emergência de saúde?	N	x		0,13
6	QA6: Há ações implementadas de coordenação e, em caráter complementar, de execução de vigilância epidemiológica e sanitária?				0,67
6.1	Há interação com os municípios para alinhamento e coordenação das ações e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária realizadas no âmbito estadual e municipal?	S	0,957		0,14
6.2	São realizadas ações para complementar as ações e serviços de vigilância epidemiológica e sanitária dos municípios?	S	0,957		0,14
6.3	São realizados estudos epidemiológicos loco-regionais?	S		x	0,00
6.4	Os planos e programas estaduais foram elaborados com base em estudos epidemiológicos loco-regionais?	S		x	0,00
6.5	Há Sistema Estadual de Informações em Saúde, em articulação com os municípios, que contenha dados epidemiológicos, de gerenciamento, de prestação e de avaliação de serviços?	S	0,809		0,12
6.6	São realizadas ações para expedir as licenças sanitárias de competência estadual?	N	x		0,14
6.7	As licenças sanitárias de competência estadual são expedidas tempestivamente?	N	x		0,14

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
7	QA7: Há pessoal suficiente e qualificado para a realização de ações e serviços de saúde em âmbito estadual?				0,56
7.1	Há um diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores/empregados, por cargo, função e unidade, necessária para realizar as ações e serviços de saúde estaduais de forma adequada?	S		x	0,00
7.2	A quantidade atual de servidores/empregados, em cada cargo, função e unidade, é suficiente para a realização de forma adequada das ações e serviços de saúde?	S	0,100		0,01
7.3	Há controle de frequência dos servidores/empregados?	S	1,000		0,14
7.4	São tomadas medidas para os casos de não cumprimento da frequência prevista para o cargo ou para evitar novos descumprimentos?	S	1,000		0,14
7.5	Há um registro das competências dos servidores/empregados e dos cursos por eles realizados?	S		x	0,00
7.6	Há uma política que incentive e valorize a formação profissional continuada e a reciclagem constante dos servidores/empregados?	S	0,900		0,13
7.7	São fornecidos cursos ou subsídios para que os servidores/empregados capacitem-se de forma continuada?	S	0,900		0,13
8	QA8: As condições estruturais das unidades/hospitais estaduais propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde?				0,64
8.1	Há um diagnóstico acerca do quantitativo de unidades/hospitais estaduais necessário para a realização das ações e serviços de saúde de forma adequada?	S	x		0,13
8.2	O atual quantitativo de unidades/hospitais estaduais é suficiente para a realização das ações e serviços de saúde de forma adequada?	S	0,800		0,10
8.3	Há uma verificação acerca da adequação dos layouts e da arquitetura das unidades/hospitais estaduais aos padrões estabelecidos?	S		x	0,00
8.4	Há medidas previstas e realizadas para adequar os layouts e as arquiteturas das unidades/hospitais estaduais, nos casos em que não estejam de acordo com os padrões estabelecidos?	S	x		0,13
8.5	O atual layout e arquitetura das unidades/hospitais estaduais são adequados aos padrões estabelecidos?	S	0,400		0,05
8.6	São realizadas inspeções quanto às condições das estruturas das unidades/hospitais estaduais no mínimo anualmente?	S	1,000		0,13
8.7	As atuais condições das estruturas das unidades/hospitais estaduais são adequadas à realização das ações e serviços de saúde?	S	0,900		0,11
8.8	Há medidas previstas e realizadas para adequar as condições das estruturas das unidades de saúde estaduais, nos casos em que não estejam de acordo com os padrões mínimos exigidos?	S		x	0,00
9	QA9: As condições dos materiais e equipamentos propiciam condições para a execução das ações e serviços de saúde estaduais?				0,57
9.1	Há um diagnóstico acerca da quantidade e da qualidade dos materiais necessários para que as unidades/hospitais estaduais possam realizar as ações e serviços de saúde de forma adequada?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
9.2	Há um diagnóstico acerca da quantidade e qualidade dos equipamentos necessários para que as unidades/hospitais estaduais possam realizar as ações e serviços de saúde de forma adequada?	S		x	0,00
9.3	Há um diagnóstico acerca da quantidade e qualidade dos veículos necessários para que as unidades/hospitais estaduais possam realizar as ações e serviços de saúde de forma adequada?	S		x	0,00
9.4	Há um controle quanto a atual quantidade e qualidade dos materiais disponíveis nas unidades/hospitais estaduais?	S	1,000		0,07
9.5	Há um controle quanto a atual quantidade e qualidade dos equipamentos disponíveis nas unidades/hospitais estaduais?	S	1,000		0,07
9.6	Há um controle quanto a atual quantidade e qualidade dos veículos disponíveis nas unidades/hospitais estaduais?	S	1,000		0,07
9.7	É realizada inspeção nas condições e na disponibilidade dos materiais das unidades/hospitais estaduais?	S	x		0,07
9.8	É realizada inspeção nas condições e na disponibilidade dos equipamentos das unidades/hospitais estaduais?	S	x		0,07
9.9	É realizada inspeção nas condições e na disponibilidade dos veículos das unidades/hospitais estaduais?	S	x		0,07
9.10	A atual quantidade de materiais disponíveis para as unidades/hospitais estaduais é adequada à realização das ações e serviços de saúde?	S	0,900		0,06
9.11	A atual quantidade de equipamentos disponíveis para as unidades/hospitais estaduais é adequada à realização das ações e serviços de saúde?	S	0,900		0,06
9.12	A atual quantidade de veículos disponíveis para as unidades/hospitais estaduais é adequada à realização das ações e serviços de saúde?	S	0,700		0,05
9.13	Há um planejamento para contínua reposição dos materiais das unidades/hospitais estaduais?	S		x	0,00
9.14	Há um planejamento para contínua reposição e manutenção dos equipamentos das unidades/hospitais estaduais?	S		x	0,00
9.15	Há um planejamento para contínua reposição e manutenção dos veículos das unidades/hospitais estaduais?	S		x	0,00
10	QA10: Há ações implementadas de fiscalização e controle suplementar dos estabelecimentos públicos e privados de interesse à saúde?				0,92
10.1	O Estado realiza ações para autorizar o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados de saúde?	N	x		0,20
10.2	Há fiscalizações sobre o cumprimento dos requisitos mínimos para o funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados de saúde?	N	x		0,20
10.3	O Estado realiza ações para correção ou fechamento dos estabelecimentos públicos e privados de saúde em caso de irregularidades?	N	x		0,20
10.4	Há política destinada à melhoria contínua do atendimento de saúde prestado ao usuário?	S	0,700		0,14
10.5	Há procedimentos destinados à medição da satisfação do usuário com os serviços de saúde?	S	0,900		0,18

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
11	QA11: Há ações suplementares implementadas de atenção primária à saúde?				0,63
11.1	Há processos estabelecidos para que ações e serviços de atenção básica à saúde sejam executados suplementarmente pelo Estado em relação aos oferecidos pelos municípios?	S	0,702		0,23
11.2	Há diagnóstico acerca das necessidades municipais quanto à suplementação estadual na prestação de ações e serviços de atenção básica à saúde?	S	0,596		0,20
11.3	O Estado executa suplementarmente ações e serviços de atenção básica à saúde?	S	0,596		0,20
12	QA12: Há ações implementadas de atenção especializada à saúde e de serviços urgência e emergência?				0,83
12.1	Há mecanismos para controle da demanda por atendimento de urgência e emergência nas unidades de saúde sob gestão estadual?	S	0,800		0,10
12.2	Há procedimentos implementados para a redução do tempo de espera por atendimentos de urgência e emergência?	S	0,900		0,11
12.3	Há mecanismos de controle da demanda por atendimento nas unidades de atenção especializada sob gestão estadual?	S	0,900		0,11
12.4	Há procedimentos implementados para redução do tempo de espera para atendimento nas unidades de atenção especializada?	S	1,000		0,13
12.5	Há estudos que fundamentem a distribuição de leitos hospitalares e de UTIs para o atendimento especializado nas regiões de saúde do Estado?	S	x		0,13
12.6	Há mecanismos de controle para assegurar a disponibilização de leitos e de UTIs nas unidades de atenção especializada das regiões de saúde do Estado?	S		x	0,00
12.7	Há contratos ou convênios com instituições públicas ou privadas visando à garantia de cobertura assistencial às populações cujas disponibilidades de atendimento do serviço público de saúde sejam insuficientes?	S	x		0,13
12.8	Há fiscalização sobre os contratos ou convênios firmados com instituições privadas para o fornecimento de cobertura assistencial às populações desprovidas de atendimento do serviço público de saúde?	S	x		0,13
13	QA13: Há ações implementadas de regulação, organização, controle e distribuição de medicamentos?				0,75
13.1	Há política estadual de medicamentos?	S		x	0,00
13.2	Há ações que busquem utilização prioritária da capacidade instalada dos laboratórios oficiais para o suprimento das necessidades de medicamentos da população?	S	x		0,13
13.3	Há ações que visem uso efetivo do Registro Estadual de Produtos na produção e comercialização de produtos de interesse à saúde?	S		x	0,00
13.4	Há ações que visem promover o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica?	N	x		0,13
13.5	Há ações para promover o uso racional de medicamentos?	S	x		0,13
13.6	Há ações para garantir a recepção e armazenamento adequados dos medicamentos sob a guarda do Estado?	S	1,000		0,13

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
13.7	Há ações para garantir a distribuição adequada dos medicamentos sob a guarda do Estado?	S	1,000		0,13
13.8	Há ações destinadas à articulação com os municípios no que tange à distribuição de medicamentos?	S	x		0,13
14	QA14: Há a facilitação à população do acesso a informações dos serviços públicos de assistência à saúde?				0,53
14.1	O Estado disponibiliza canais de comunicação destinados ao esclarecimento de dúvidas quanto aos serviços de saúde oferecidos e a sua utilização pelo usuário?	S	1,000		0,14
14.2	O Estado oferece meios diversos para que a população realize a marcação ou cancelamento de consultas/ serviços de saúde de forma presencial e remota?	S	0,700		0,10
14.3	Os canais de comunicação para marcação e cancelamento de consultas e serviços de saúde são disponibilizados de forma gratuita para a população?	S	x		0,14
14.4	O Estado divulga à sociedade, de maneira acessível e em linguagem compreensível, os indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde, inclusive com relação a situações de emergência de saúde pública?	S		x	0,00
14.5	O Estado divulga à sociedade, de maneira acessível e em linguagem compreensível, os indicadores de morbidade, mortalidade e condições de risco ou agravamento à saúde, inclusive com relação a situações de emergência de saúde pública?	S		x	0,00
14.6	O Estado divulga à sociedade, de maneira acessível e em linguagem compreensível, os resultados aferidos acerca da satisfação do usuário com os serviços de saúde?	S		x	0,00
14.7	O Estado promove campanhas publicitárias destinadas à conscientização da sociedade sobre o adequado uso dos serviços públicos de saúde?	S	x		0,14

Itens de Verificação – Política de Segurança Pública

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1	QA1: Há uma Política e um Plano Estadual de Segurança Pública implementados e alinhados às diretrizes nacionais?				0,00
1.1	Há uma Política Estadual de Segurança Pública formalizada?	S		x	0,00
1.2	As diretrizes da Política Estadual de Segurança Pública estão alinhadas às que compõem a Política Nacional de Segurança Pública?	S		x	0,00
1.3	Há um Plano Estadual de Segurança Pública formalizado?	S		x	0,00
1.4	O Plano Estadual de Segurança Pública apresenta diagnósticos quanto à situação atual da segurança pública paranaense?	S		x	0,00
1.5	O Plano Estadual de Segurança Pública está alinhado com as diretrizes previstas nas políticas estadual e nacional de segurança pública?	S		x	0,00
1.6	O Plano Estadual de Segurança Pública apresenta objetivos, programas e metas que busquem a melhoria da segurança pública paranaense?	S		x	0,00
1.7	Há processo de trabalho estabelecido com a finalidade de promover a atualização do Plano Estadual de Segurança Pública e o contínuo alinhamento com as diretrizes do Plano Nacional?	S		x	0,00
2	QA2: Há monitoramento implementado das ações estratégicas da segurança pública do Estado?				0,83
2.1	Há formas de monitoramento das ações estratégicas de segurança pública previstas no Plano Estadual de Segurança Pública ou outro instrumento de planejamento?	N		x	0,00
2.2	Há setor específico responsável por monitorar as ações e os indicadores de segurança pública estadual?	S	x		0,17
2.3	Há indicadores para acompanhamento do desempenho da segurança pública formalizados em instrumentos de planejamento?	S	x		0,17
2.4	Há metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública formalizadas em instrumentos de planejamento?	S	x		0,17
2.5	Os indicadores e as metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública são apurados no mínimo anualmente?	S	x		0,17
2.6	Os indicadores e as metas para acompanhamento do desempenho da segurança pública são divulgados ao público?	S	x		0,17
3	QA3: Há monitoramento implementado do desempenho operacional dos órgãos executores da segurança pública?				0,56
3.1	Há a previsão de formas de monitoramento do desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública?	S	x		0,06
3.2	Há setor responsável por monitorar o desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública?	S		x	0,00
3.3	São realizadas inspeções regulares e abrangentes nas seções/unidades operacionais dos órgãos executores da segurança pública, com vistas a promover uma ação harmônica, integrada e eficiente?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
3.4	É realizado o monitoramento do desempenho operacional de processos dos órgãos executores da segurança pública por meio de indicadores?	S	x		0,06
3.5	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Militar?	S	x		0,06
3.6	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Militar são apurados no mínimo anualmente?	S	x		0,06
3.7	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Militar são divulgados ao público?	S	x		0,06
3.8	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Civil?	S	x		0,06
3.9	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Civil são apurados no mínimo anualmente?	S	x		0,06
3.10	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Civil são divulgados ao público?	N		x	0,00
3.11	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos da Polícia Científica?	S	x		0,06
3.12	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Científica são apurados no mínimo anualmente?	S	x		0,06
3.13	Os indicadores para acompanhamento do desempenho da Polícia Científica são divulgados ao público?	N		x	0,00
3.14	Há indicadores de desempenho estabelecidos para acompanhamento das atividades operacionais de processos do Departamento Penitenciário?	N		x	0,00
3.15	Os indicadores para acompanhamento do desempenho do Departamento Penitenciário são apurados no mínimo anualmente?	N		x	0,00
3.16	Os indicadores para acompanhamento do desempenho do Departamento Penitenciário são divulgados ao público?	N		x	0,00
4	QA4: Os órgãos executores da segurança pública, que realizam atendimentos de ocorrências e chamados, proporcionam uma cobertura territorial completa de seus serviços nas regiões do Estado?				0,63
4.1	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Militar, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?	S		x	0,00
4.2	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Militar é suficiente para atender efetivamente todas as regiões do estado?	S	0,655		0,07
4.3	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Militar a todas as regiões do estado?	N	x		0,11
4.4	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Civil, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?	S	x		0,11
4.5	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Civil é suficiente para atender efetivamente todas as regiões do estado?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
4.6	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Civil a todas as regiões do estado?	N	x		0,11
4.7	Há diagnóstico e planejamento acerca da distribuição territorial adequada das unidades da Polícia Científica, com o intuito de atender efetivamente todas as regiões do estado?	S	x		0,11
4.8	A distribuição territorial atual das unidades da Polícia Científica é suficiente para atender efetivamente todas as regiões do estado?	S		x	0,00
4.9	Há processo estabelecido com vistas a garantir a cobertura territorial das unidades da Polícia Científica a todas as regiões do estado?	N	x		0,11
5	QA5: Os órgãos executores da segurança pública possuem servidores suficientes para realizar seus plantões e escalas de trabalho para consecução de suas atribuições?				0,58
5.1	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Militar (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S	x		0,08
5.2	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Militar é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S		x	0,00
5.3	Ha iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Militar?	S	x		0,08
5.4	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Civil (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S	x		0,08
5.5	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Civil é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S		x	0,00
5.6	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Civil?	S	x		0,08
5.7	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades da Polícia Científica (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S	x		0,08
5.8	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades da Polícia Científica é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S		x	0,00
5.9	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades da Polícia Científica?	S	x		0,08
5.10	Há diagnóstico acerca da quantidade ideal de servidores necessários para realizar os plantões em cada uma das unidades do Departamento Penitenciário (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
5.11	O atual efetivo lotado em cada uma das unidades do Departamento Penitenciário é suficiente para realizar os plantões de forma adequada (compreendendo todos os cargos necessários e prevendo eventuais afastamentos)?	S		x	0,00
5.12	Há iniciativas realizadas ou planejadas para garantir efetivo suficiente para o cumprimento dos plantões nas unidades do Departamento Penitenciário?	S	x		0,08
6	QA6: Há ações implementadas de acompanhamento e monitoramento do desempenho individual dos agentes policiais?				0,45
6.1	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Militar, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	N	x		0,06
6.2	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Militar?	N	x		0,06
6.3	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Militar são realizadas no mínimo anualmente?	N	x		0,06
6.4	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Militar?	S	0,948		0,06
6.5	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Civil, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	N	x		0,06
6.6	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Civil?	N	x		0,06
6.7	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Civil são realizadas no mínimo anualmente?	N		x	0,00
6.8	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Civil?	S	0,511		0,03
6.9	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores da Polícia Científica, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	N		x	0,00
6.10	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores da Polícia Científica?	N		x	0,00
6.11	As avaliações de desempenho individual dos servidores da Polícia Científica são realizadas no mínimo anualmente?	N		x	0,00
6.12	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor da Polícia Científica?	S	0,722		0,05
6.13	Há um método formalizado, que contenha critérios previamente estabelecidos, para avaliar periodicamente o desempenho individual dos servidores do Departamento Penitenciário, independentemente da avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade?	N		x	0,00
6.14	Há um setor responsável por realizar as avaliações de desempenho individuais dos servidores do Departamento Penitenciário?	N		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
6,15	As avaliações de desempenho individual dos servidores do Departamento Penitenciário são realizadas no mínimo anualmente?	N		x	0,00
6.16	Há medidas previstas para melhorar ou corrigir o desempenho do servidor do Departamento Penitenciário?	S		x	0,00
7	QA7: Há ações implementadas de capacitação continuada para os agentes policiais?				0,85
7.1	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Militar?	S	0,914		0,06
7.2	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Militar?	N	x		0,06
7.3	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Militar, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	N	x		0,06
7.4	A Polícia Militar fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	S	0,897		0,06
7.5	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Civil?	S	0,404		0,03
7.6	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Civil?	N	x		0,06
7.7	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Civil, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	N	x		0,06
7.8	A Polícia Civil fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	S	0,468		0,03
7.9	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores da Polícia Científica?	S	0,556		0,03
7.10	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores da Polícia Científica?	N	x		0,06
7.11	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor da Polícia Científica, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	N	x		0,06
7.12	A Polícia Científica fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	S	0,611		0,04
7.13	Há uma política formalizada de incentivo à capacitação continuada dos servidores do Departamento Penitenciário?	S	0,878		0,05
7.14	Há um setor responsável por planejar e acompanhar as ações de capacitação continuada dos servidores do Departamento Penitenciário?	N	x		0,06
7.15	Há controle dos cursos realizadas por cada servidor do Departamento Penitenciário, inclusive com a possibilidade de adicionar cursos realizados externamente?	N	x		0,06
7.16	O Departamento Penitenciário fornece ou incentiva a capacitação continuada a seus servidores?	S	0,878		0,05
8	QA8: Há ações implementadas com vistas ao fornecimento e à manutenção de equipamentos, materiais e veículos necessários às atividades dos órgãos executores da segurança pública?				0,36
8.1	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Militar do estado deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	S		x	0,00

	ITENS DE VERIFICAÇÃO	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
8.2	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Militar necessita para realizar suas atividades de policiamento ostensivo de forma adequada?	S	x		0,04
8.3	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Militar atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.4	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Militar atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades de policiamento ostensivo sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.5	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.6	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.7	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Militar dispõem para realizar suas atividades?	S		x	0,00
8.8	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Civil deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	S		x	0,00
8.9	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Civil necessita para realizar suas atividades investigativas de forma adequada?	S		x	0,00
8.10	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Civil atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.11	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Civil atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades investigativas sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.12	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.13	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.14	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Civil dispõem para realizar suas atividades?	S		x	0,00
8.15	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Científica deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	S	x		0,04

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
8.16	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Científica necessita para realizar suas atividades periciais de forma adequada?	S		x	0,00
8.17	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade da Polícia Científica atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.18	Os materiais e equipamentos que cada servidor da Polícia Científica atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades periciais sejam realizadas de forma adequada?	S		x	0,00
8.19	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.20	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.21	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores da Polícia Científica dispõem para realizar suas atividades?	S		x	0,00
8.22	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais, equipamentos e veículos que cada unidade do Departamento Penitenciário deve dispor para realizar suas atividades de forma adequada?	S		x	0,00
8.23	Há uma listagem formalmente estabelecida acerca dos materiais e equipamentos que cada servidor do Departamento Penitenciário necessita para realizar suas atividades de encarceramento de forma adequada?	S		x	0,00
8.24	Os materiais, equipamentos e veículos que cada unidade do Departamento Penitenciário atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades sejam realizadas de forma adequada?	S	0,512		0,02
8.25	Os materiais e equipamentos que cada servidor do Departamento Penitenciário atualmente dispõe são suficientes para que suas atividades de encarceramento sejam realizadas de forma adequada?	S	0,561		0,02
8.26	Há setores responsáveis por controlar e providenciar a reposição ou manutenção dos materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?	S		x	0,00
8.27	Há sistemas para controlar os materiais, equipamentos e veículos (em utilização e em estoque) que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?	S	x		0,04
8.28	Há um cronograma de reposições e manutenções para os materiais, equipamentos e veículos que as unidades e os servidores do Departamento Penitenciário dispõem para realizar suas atividades?	S		x	0,00
9	QA9: As estruturas físicas existentes no sistema prisional propiciam condições adequadas para a privação de liberdade?				0,41
9.1	Há um diagnóstico acerca da quantidade ideal de estabelecimentos e vagas de cadeias públicas e penitenciárias necessárias para a custódia de presos?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
9.2	A atual quantidade de estabelecimentos e vagas de cadeias públicas e penitenciárias disponíveis para custódia de presos atende o quantitativo ideal?	S		x	0,00
9.3	Há nas penitenciárias estaduais dependências específicas para realização da Guarda Externa?	S	0,463		0,03
9.4	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a recepção e revista?	S	0,902		0,05
9.5	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para o centro de observação, triagem e inclusão?	S	0,610		0,03
9.6	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para o tratamento penal?	S	0,707		0,04
9.7	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para vivência coletiva?	S	0,927		0,05
9.8	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para vivência individual?	S		x	0,00
9.9	A dimensão das celas das cadeias públicas e penitenciárias estaduais está de acordo com os parâmetros legalmente previstos ou há uma justificativa técnica para os casos que não se enquadrem?	S		x	0,00
9.10	A salubridade das celas das cadeias públicas e penitenciárias está de acordo com os requisitos previstos na Lei de Execução Penal?	S	0,707		0,04
9.11	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a realização de serviços essenciais (cozinha, almoxarifado, lavanderia, etc.)?	S	0,780		0,04
9.12	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para a realização de assistência à saúde?	S		x	0,00
9.13	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para tratamento de dependentes químicos?	S		x	0,00
9.14	Há nas penitenciárias estaduais dependências para oficinas de trabalho?	S	0,463		0,03
9.15	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências específicas para assistência à educação?	S	0,634		0,04
9.16	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências polivalentes (para a prática de cerimônias e cultos religiosos, peças teatrais, atividades esportivas, etc.)?	S	0,610		0,03
9.17	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais femininas dependências para berçário e creche?	S	0,024		0,00
9.18	Há nas cadeias públicas e penitenciárias estaduais dependências para a realização de visita íntima?	S	0,634		0,04
10	QA10: Há o provimento de assistências a fim de propiciar condições adequadas à pessoa privada de liberdade?				0,76
10.1	É provida a assistência material necessária ao preso?	S	0,927		0,15
10.2	É provida a assistência à saúde ao preso?	S	0,927		0,15
10.3	É provida a assistência jurídica ao preso?	S	0,634		0,11
10.4	É provida a assistência educacional ao preso?	S	0,610		0,10
10.5	É provida a assistência social ao preso?	S	0,610		0,10
10.6	É provida a assistência religiosa ao preso?	S	0,854		0,14

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
11	QA11: Há ações implementadas para a adequação do fluxo e da alocação de pessoas privadas de liberdade entre o sistema prisional?				0,58
11.1	Há um setor responsável pelo fluxo e alocação de presos, para garantir o atendimento às separações previstas em lei?	N	x		0,17
11.2	Há um sistema para controle sobre o fluxo e alocação de presos, para garantir o atendimento às separações previstas em lei?	N	x		0,17
11.3	O Departamento Penitenciário atualmente consegue realizar o fluxo de presos entre as cadeias públicas e penitenciárias conforme as normativas vigentes?	N		x	0,00
11.4	O Departamento Penitenciário atualmente consegue atender às separações de presos previstas em lei nas cadeias públicas?	S		x	0,00
11.5	O Departamento Penitenciário atualmente consegue atender às separações de presos previstas em lei nas penitenciárias?	S	0,488		0,08
11.6	Há medidas e políticas previstas para implementar melhorias no fluxo e na alocação de pessoas dentro do sistema prisional?	N	x		0,17
12	QA12: O monitoramento de presos com tornozeleira eletrônica é realizado de forma efetiva?				0,83
12.1	Há um setor responsável por realizar a monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	N	x		0,17
12.2	Há equipamentos suficientes e adequados para realizar a monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	N	x		0,17
12.3	Há abrangência territorial em todo o estado do serviço de monitoração de presos com tornozeleira eletrônica?	N	x		0,17
12.4	É entregue ao preso monitorado por tornozeleira eletrônica documento no qual constem, de forma clara e expressa, seus direitos e os deveres a que estará sujeita, o período de vigilância e os procedimentos a serem observados durante a monitoração?	N	x		0,17
12.5	Há a previsão e aplicação tempestiva de medidas caso o preso com tornozeleira eletrônica descumpra os limites estabelecidos em sua monitoração eletrônica?	N		x	0,00
12.6	O envio de relatório circunstanciado sobre a pessoa monitorada ao juiz competente é realizado de forma tempestiva?	N	x		0,17
13	QA13: Há ações implementadas de inteligência policial pelas polícias Militar e Civil?				0,80
13.1	Há setor específico na Polícia Militar para realização das atividades de inteligência policial?	N	x		0,10
13.2	Há servidores na Polícia Militar devidamente capacitados para realização das atividades de inteligência policial?	N	x		0,10
13.3	A Polícia Militar possui equipamentos adequados para a realização de atividades de inteligência policial?	N		x	0,00
13.4	As informações geradas pelo setor de inteligência policial são utilizadas para subsidiar as atividades operacionais e estratégicas da Polícia Militar?	N	x		0,10
13.5	Há setor específico na Polícia Civil para realização das atividades de inteligência policial?	N	x		0,10
13.6	Há servidores na Polícia Civil devidamente capacitados para realização das atividades de inteligência policial?	N	x		0,10

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
13.7	A Polícia Civil possui equipamentos adequados para a realização de atividades de inteligência policial?	N		x	0,00
13.8	As informações geradas pelo setor de inteligência policial são utilizadas para subsidiar as atividades operacionais e estratégicas da Polícia Civil?	N	x		0,10
13.9	Há integração e compartilhamento de informações geradas pelos departamentos de inteligência dos órgãos de segurança pública do estado?	N	x		0,10
13.10	As informações geradas pelos departamentos de inteligência dos órgãos de segurança são utilizadas para subsidiar o planejamento e revisão da política de segurança pública estadual?	N	x		0,10
14	QA14: As atividades de policiamento ostensivo são planejadas e realizadas adequadamente?				0,97
14.1	Há um setor responsável por planejar as atividades de policiamento ostensivo?	S	x		0,17
14.2	A distribuição e a priorização das atividades de policiamento ostensivo são embasadas por critérios técnicos?	S	x		0,17
14.3	Há Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentem as atividades e as abordagens durante o policiamento ostensivo?	S	1,000		0,17
14.4	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos e abordagens padrões que devem ser adotados nas atividades de policiamento ostensivo?	S	0,966		0,16
14.5	Há um controle quanto à adesão pelos policiais militares aos procedimentos e abordagens padrões para a realização do policiamento ostensivo?	S	0,931		0,16
14.6	Há a previsão e aplicação de mecanismos para corrigir os desvios encontrados em caso de policiais militares que não estejam observando as abordagens e os procedimentos padrões para o policiamento ostensivo?	S	0,948		0,16
15	QA15: As ocorrências ou chamados pelos órgãos executores da segurança pública são atendidos de forma tempestiva?				0,57
15.1	Há um setor na Polícia Militar responsável pelo recebimento de ocorrências?	N	x		0,08
15.2	A Polícia Militar possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	S	0,862		0,07
15.3	As unidades da Polícia Militar conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?	S		x	0,00
15.4	As unidades da Polícia Militar atendem as ocorrências de forma tempestiva?	S	0,672		0,05
15.5	Há um setor na Polícia Civil responsável pelo recebimento de ocorrências?	N	x		0,08
15.6	A Polícia Civil possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	S	0,766		0,06
15.7	As unidades da Polícia Civil conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?	S		x	0,00
15.8	As unidades da Polícia Civil atendem as ocorrências de forma tempestiva?	S	0,277		0,02
15.9	Há um setor na Polícia Científica responsável pelo recebimento de ocorrências?	N	x		0,08

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
15.10	A Polícia Científica possui equipamentos e sistemas adequados para registro das ocorrências recebidas?	S	0,778		0,06
15.11	As unidades da Polícia Científica conseguem dar atendimento a todas as ocorrências recebidas?	S		x	0,00
15.12	As unidades da Polícia Científica atendem as ocorrências de forma tempestiva?	S		x	0,00
15.13	Há uma interação e compartilhamento dos registros de ocorrência entre os órgãos policiais?	N	x		0,08
16	QA16: Há ações implementadas de verificação preliminar pela Polícia Civil para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?				0,74
16.1	Há critérios normatizados para realização de uma verificação preliminar para análise quanto à abertura ou não de inquérito policial?	S	0,766		0,15
16.2	Há registro informatizado das verificações preliminares de inquérito realizadas, inclusive com as informações referentes aos casos que não resultaram em instauração de inquérito?	S	0,809		0,16
16.3	Há responsável designado pela verificação preliminar para análise quanto a abertura ou não de inquérito policial?	S	0,851		0,17
16.4	Há controle quanto ao atendimento aos critérios normativos das verificações preliminares para abertura de inquérito policial?	S	0,766		0,15
16.5	A verificação preliminar para análise quanto à abertura de inquérito é realizada em tempo adequado?	S	0,489		0,10
17	QA17: Há a adoção e a padronização dos procedimentos investigativos da Polícia Civil?				0,39
17.1	Há Procedimentos Operacionais Padrão que regulamentem as atividades investigativas da Polícia Civil?	S	0,574		0,11
17.2	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos padrões que devem ser adotados nas atividades investigativas?	S	0,447		0,09
17.3	Há um controle quanto à adesão pelos policiais civis aos procedimentos padrões para investigações policiais?	S	0,362		0,07
17.4	Há a previsão e a aplicação de mecanismos para corrigir os desvios encontrados nos casos em que os policiais civis não estejam observando os procedimentos padrões para investigações policiais?	S	0,553		0,11
17.5	Os policiais civis realizam apenas as atividades inerentes ao seu cargo (não realizando atividades inerentes de outros órgãos de segurança, como a custódia de presos etc)?	S		x	0,00
18	QA18: Há tempestividade no cumprimento dos mandados de prisão?				0,47
18.1	Há um setor responsável pelo controle dos mandados de prisão expedidos?	S	x		0,20
18.2	Há um sistema para controle e acompanhamento dos mandados de prisão expedidos?	S	0,787		0,16
18.3	Há uma priorização para seleção dos mandados de prisão a serem cumpridos?	S	0,553		0,11
18.4	Os mandados de prisão estão sendo cumpridos em prazo razoável?	S		x	0,00
18.5	Há medidas previstas para que os mandados de prisão passem a ser executados de forma tempestiva?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
19	QA19: Os procedimentos para elaboração de laudos periciais são realizados de forma tempestiva e padronizada?				0,09
19.1	Há Procedimentos Operacionais Padrão que delimitem os elementos mínimos para a elaboração de laudos periciais?	S	0,556		0,09
19.2	Há uma capacitação específica quanto aos procedimentos padrões que devem ser adotados na elaboração de laudos periciais?	S		x	0,00
19.3	Há um controle quanto à adesão pelos peritos aos procedimentos padrões para elaboração de laudos periciais?	S		x	0,00
19.4	Há a previsão e aplicação de mecanismos para corrigir os desvios encontrados nos casos em que os peritos não estejam observando os procedimentos padrões para elaboração dos laudos periciais?	S		x	0,00
19.5	Existe um sistema que controle os prazos para elaboração dos laudos periciais?	S		x	0,00
19.6	Os laudos periciais estão sendo elaborados dentro do prazo legalmente previsto?	S		x	0,00

Itens de Verificação – Tema Previdência Estadual

	PERGUNTA	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
Q1	Há a implementação e a regulamentação da Previdência Complementar no Estado do Paraná?				0,29
1.1	Foi editada lei que institui a Previdência Complementar no Estado do Paraná?	S	x		0,14
1.2	A entidade gestora da Previdência Complementar (aberta ou fechada) já foi criada?	S		x	0,00
1.3	A modalidade do plano de benefícios da Previdência Complementar é na forma de contribuição definida?	S		x	0,00
1.4	O plano de benefícios da Previdência Complementar obedece a carência mínima de 60 contribuições mensais?	S		x	0,00
1.5	O Conselho Deliberativo da Previdência Complementar possui composição paritária entre representantes dos participantes e assistidos e dos patrocinadores?	S		x	0,00
1.6	A contribuição do patrocinador está limitada à do participante?	S	x		0,14
1.7	O Conselho Fiscal da Previdência Complementar possui composição paritária entre representantes de patrocinadores e de participantes e assistidos?	S		x	0,00
Q2	Há a implementação de medidas para o equacionamento do déficit atuarial do regime de previdência, e tais medidas são exequíveis?				0,11
2.1	Há Plano de Amortização para o déficit atuarial?	S	x		0,11
2.2	O Plano de Amortização contempla as alterações realizadas pela reforma da previdência (EC 45/19)?	S		x	0,00
2.3	Há demonstração da viabilidade financeira e orçamentária do Plano de Amortização?	S		x	0,00
2.4	O Plano de Amortização proposto permite o aumento do patrimônio do Fundo de Previdência?	S		x	0,00
2.5	O Plano de Amortização proposto respeita o prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos previsto na Portaria MF n.º 464/2018?	S		x	0,00
2.6	As contribuições e aportes previstos no Plano de Amortização possuem exigibilidade imediata?	S		x	0,00
2.7	Houve a disponibilização aos beneficiários do RPPS do estudo técnico que fundamentou a proposta de plano de equacionamento de déficit?	S		x	0,00
2.8	O Plano de Amortização proposto foi apresentado à Secretaria de Previdência?	S		x	0,00
2.9	O Plano de Amortização identifica todas as alíquotas e aportes, bem como respectivos períodos de exigência por meio de tabela e prazo para repasse?	S		x	0,00
Q3	Há processos estabelecidos que visem a obtenção e a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)?				0,67
3.1	O RPPS do Estado do Paraná possui Certificado de Regularidade Previdenciária válido?	S	x		0,33
3.2	O RPPS do Estado do Paraná possui Certificado de Regularidade Previdenciária emitido sem necessidade de decisão judicial?	S		x	0,00
3.3	Há procedimentos implantados de maneira a atender critérios e exigências legais para a obtenção do CRP de maneira administrativa?	S	x		0,33

	PERGUNTA	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
Q4	Há a obediência ao princípio da unidade de gestão do RPPS?				0,29
4.1	A concessão, o pagamento e a manutenção de benefícios é gerenciada pela unidade gestora?	S		x	0,00
4.2	A arrecadação e gestão dos ativos estão centralizadas na PRPREV?	S		x	0,00
4.3	A entidade gestora do RPPS é integrante da Administração Pública (Direta ou Indireta)?	S		x	0,00
4.4	Há convênios vigentes celebrados entre o RPPS e os Poderes do Estado?	S	x		0,14
4.5	Os convênios preveem as atribuições de cada parte?	S	x		0,14
4.6	Os convênios estão alinhados à norma federal que disciplina a gestão dos RPPS?	S		x	0,00
4.7	Há processo estabelecido para verificação e garantia do cumprimento do princípio da unidade de gestão?	S		x	0,00
Q5	A formulação, a execução, o controle e o desempenho da política de investimentos atendem às normativas aplicáveis?				0,45
5.1	Há política anual de investimentos adequada às normativas aplicáveis?	S	x		0,09
5.2	Há monitoramento com relação à conservação dos imóveis e terrenos que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência?	S		x	0,00
5.3	Os imóveis que compõem o patrimônio do Fundo de Previdência geram renda?	S		x	0,00
5.4	Há realização de vistorias periódicas em terrenos do RPPS com o intuito de evitar invasão por terceiros?	S		x	0,00
5.5	Há procedimento de análise de ativos para composição da carteira de investimentos do RPPS?	S	x		0,09
5.6	É realizado o devido credenciamento das entidades que receberão as aplicações dos recursos do RPPS?	S	x		0,09
5.7	O Comitê de Investimentos se reúne periodicamente?	S	x		0,09
5.8	A Consultoria de Investimentos contratada está regularmente instituída e possui os requisitos de operacionalidade, de acordo com a Portaria MPS 519/2011?	S	x		0,09
5.9	A rentabilidade dos investimentos do RPPS está alinhada à política anual de investimentos?	S		x	0,00
5.10	O risco das modalidades de operações do RPPS está alinhado à política anual de investimentos?	S		x	0,00
5.11	O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas estão à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle, pelo prazo de 10 (dez) anos?	S		x	0,00
Q6	Há estruturação adequada do órgão gestor do RPPS?				0,71
6.1	Há estudo que estabeleça o quantitativo de profissionais de atuária necessários para suprir a demanda por estudos atuariais?	S		x	0,00
6.2	Há profissionais de atuária para suprir a demanda por estudos atuariais, com base no estudo realizado?	S		x	0,00
6.3	O cálculo atuarial é elaborado por meio de software específico a este fim?	N	x		0,14

	PERGUNTA	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
6.4	As instalações físicas do RPPS estão adequadas à atividade de concessão de benefícios?	N	x		0,14
6.5	As instalações físicas do RPPS estão equipadas adequadamente para a elaboração do cálculo atuarial?	N	x		0,14
6.6	Há pessoal no setor de análise da concessão dos benefícios a fim de evitar o acúmulo de processos?	N	x		0,14
6.7	A concessão de benefícios é realizada por meio de software específico a este fim?	N	x		0,14
Q7	Há capacitação adequada dos envolvidos na gestão e na execução da política previdenciária estadual?				0,00
7.1	Os membros do Conselho de Investimentos possuem certificação técnica na área?	S		x	0,00
7.2	Há política de educação continuada para capacitação dos atuários do Paranaprevidência?	S		x	0,00
7.3	Há política de capacitação para os profissionais da área de concessão de benefícios do RPPS?	S		x	0,00
7.4	Há política de capacitação para os profissionais de outros órgãos e Poderes envolvidos no fluxo de concessão de benefícios?	S		x	0,00
7.5	Os dirigentes da unidade gestora do RPPS atendem aos requisitos mínimos previstos na Lei Federal n.º 9.717/98?	S		x	0,00
Q8	Há estudo atuarial que avalie os impactos de alterações legislativas e das políticas de remuneração e contratação no equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários?				0,67
8.1	São realizados estudos de impacto no Fundo de Previdência referentes às alterações de políticas remuneratórias e de contratações?	S	x		0,33
8.2	Existe processo de encaminhamento das propostas de alteração na política remuneratória do Poder Executivo à PRPREV?	S	x		0,33
8.3	Há processo estabelecido de verificação periódica pela PRPREV de alterações na política remuneratória e de contratação do Estado?	S		x	0,00
Q9	As avaliações atuariais são realizadas anualmente, com as técnicas adequadas e os elementos atuariais necessários?				0,50
9.1	O cálculo da compensação financeira está livre da utilização de gerações futuras?	S		x	0,00
9.2	A unidade gestora do RPPS dá ampla divulgação aos beneficiários das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na avaliação atuarial, cientificando os conselhos deliberativo e fiscal da manutenção ou alteração das hipóteses utilizadas?	S	x		0,25
9.3	O ente federativo comprovou à Secretaria de Previdência a realização das avaliações atuariais anuais por meio do encaminhamento do Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), no prazo previsto na norma que disciplina a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária?	S	x		0,25
9.4	Na avaliação atuarial do exercício de 2020, houve a elaboração do Relatório de Análise das Hipóteses, de maneira a comprovar a adequação das hipóteses utilizadas às características da massa de beneficiários do regime, observando-se em sua formulação as diretrizes expostas na Portaria MF n.º 464/2018?	S		x	0,00

	PERGUNTA	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
Q10	Os controles de arrecadação e de verificação dos percentuais de contribuição previdenciária são adequados, inclusive em relação à celebração de parcelamentos de contribuições e aportes suplementares?				0,71
10.1	Há procedimentos que visem ao monitoramento do ingresso de receitas de contribuições nos fundos previdenciários?	S		x	0,00
10.2	Há procedimentos que visem ao monitoramento do ingresso de receitas de aportes suplementares nos fundos previdenciários?	S	x		0,14
10.3	Há procedimentos que visem ao monitoramento do ingresso de receitas de compensação previdenciária nos fundos previdenciários?	S		x	0,00
10.4	Houve a adequação à legislação federal da alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração dos servidores públicos ativos?	S	x		0,14
10.5	Houve a adequação à legislação federal da alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração dos servidores públicos inativos?	S	x		0,14
10.6	Houve a adequação à legislação federal da alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a remuneração de pensionistas?	S	x		0,14
10.7	Há previsão orçamentária referente aos aportes suplementares?	S	x		0,14
Q11	Há controle das disponibilidades financeiras do RPPS por fundo previdenciário?				1,00
11.1	O RPPS efetua o controle das disponibilidades financeiras?	S	x		0,50
11.2	O controle das disponibilidades é realizado por fundo previdenciário?	S	x		0,50
Q12	A gestão da taxa de administração observa as disposições legais pertinentes?				0,50
12.1	Há rateio entre os Fundos Previdenciários para o custeio da taxa de administração?	S		x	0,00
12.2	O percentual das receitas utilizado como base para o custeio administrativo do RPPS está dentro do limite legal?	S		x	0,00
12.3	As atividades financiadas pela taxa de administração se referem apenas ao custeio administrativo?	N	x		0,10
12.4	Os recursos da Reserva Administrativa são utilizados de maneira segregada dos recursos destinados ao pagamento de benefícios?	N	x		0,10
12.5	Há acompanhamento pelos Conselhos deliberativo e fiscal da Parana Previdência a respeito da utilização dos recursos da taxa de administração?	S		x	0,00
12.6	A unidade gestora do RPPS possui processo contínuo de verificação dos repasses e da alocação dos recursos destinados ao financiamento do custo administrativo do RPPS?	S	x		0,10
12.7	O ente federativo possui mecanismos de acompanhamento e avaliação periódica do custo administrativo do RPPS?	S		x	0,00
12.8	O ente federativo definiu de forma expressa na legislação a forma de custeio e utilização dos recursos da Reserva Administrativa para administração dos benefícios do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização, uma vez que há segregação de massas?	S		x	0,00

PERGUNTA		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
12.9	A avaliação atuarial indica a alíquota de contribuição do plano de custeio do custo administrativo ou prevê outra forma de custeio?	S	x		0,10
12.10	O saldo remanescente do custeio administrativo possui destinação de acordo com a normativa vigente?	S	x		0,10
Q13	Há controle adequado sobre os dados dos segurados do RPPS?				0,40
13.1	A base cadastral utilizada estava posicionada entre setembro e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro?	S	x		0,20
13.2	Há o encaminhamento à unidade gestora do RPPS pelos Poderes, órgãos e entidades das informações dos beneficiários do regime para elaboração da avaliação atuarial, ou permissão de acesso por meio de sistemas informatizados, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados?	S	x		0,20
13.3	Há realização de análise prévia da base de dados enviada pelos Poderes, órgãos e entidades?	S		x	0,00
13.4	O Relatório da Avaliação Atuarial descreve a base de dados utilizada na forma exposta na Portaria MF n.º 464/2018?	S		x	0,00
13.5	Há procedimentos destinados à manutenção da atualização e consistência da base cadastral de ativos, inativos e pensionistas?	S		x	0,00
Q14	O rol e o processo de manutenção de benefícios e os critérios de elegibilidade dos beneficiários do RPPS são adequados?				0,67
14.1	Há procedimentos de perícia médica para verificação da elegibilidade e persistência ao recebimento do benefício por invalidez permanente de servidor e pensionista inválido?	S	x		0,33
14.2	Houve a adequação do rol de benefícios pagos pelos fundos previdenciários ao disposto na EC 45/2019?	S		x	0,00
14.3	Os critérios de elegibilidade dos pensionistas foram adequados às alterações trazidas pela EC 45/2019?	S	x		0,33

Itens de Verificação – Tema Administração e Finanças

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1	QA1: Os dispositivos orçamentários são elaborados e publicados de acordo com as normativas vigentes?				0,55
1.1	Há um processo estabelecido de revisão e de atualização do plano plurianual, incluindo novos investimentos?	S		x	0,00
1.2	Há a divulgação do plano plurianual atualizado em meios eletrônicos de acesso público?	S		x	0,00
1.3	O último projeto de lei de diretrizes orçamentárias foi encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro?	S	x		0,05
1.4	A lei de diretrizes orçamentárias contém as metas e prioridades da administração direta e indireta?	S		x	0,00
1.5	A lei de diretrizes orçamentárias contém as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente?	S	x		0,05
1.6	A lei de diretrizes orçamentárias contém as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual?	S	x		0,05
1.7	A lei de diretrizes orçamentárias dispõe sobre as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos?	S		x	0,00
1.8	A lei de diretrizes orçamentárias contém o Anexo de Metas Fiscais, contendo todos os elementos dispostos pelo art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	x		0,05
1.9	A lei de diretrizes orçamentárias contém o Anexo de Riscos Fiscais, com os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem?	S	x		0,05
1.10	Há processo estabelecido de incentivo à participação popular durante a elaboração e a discussão da lei de diretrizes orçamentárias?	S		x	0,00
1.11	Há a divulgação da lei de diretrizes orçamentárias atualizada em meios eletrônicos de acesso público?	S	x		0,05
1.12	O último projeto de lei orçamentária do Estado foi encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro?	S	x		0,05
1.13	A lei orçamentária anual contém todas as despesas referentes aos poderes estaduais, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta?	S	x		0,05
1.14	A lei orçamentária anual contém a estimativa das receitas do Estado, efetivas e potenciais, incluídas as renúncias fiscais a qualquer título?	S		x	0,00
1.15	A estimativa da receita foi calculada tendo como premissas os critérios estabelecidos no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	x		0,05
1.16	A lei orçamentária anual contém o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas fiscais?	S	x		0,05
1.17	A lei orçamentária anual contém as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
1.18	A lei orçamentária anual contém a reserva de contingência destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos?	S	x		0,05
1.19	Há processo estabelecido de incentivo à participação popular durante a elaboração e a discussão da lei orçamentária anual?	S		x	0,00
1.20	Há a divulgação da lei orçamentária anual atualizada em meios eletrônicos de acesso público?	S		x	0,00
2	QA2: Há processos implementados de instituição, previsão e arrecadação de tributos?				0,67
2.1	A lei de diretrizes orçamentárias contém os demonstrativos dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes da concessão de quaisquer benefícios de natureza tributária e as disposições sobre as alterações na legislação tributária?	S	x		0,06
2.2	Há mecanismo acessível ao público para o pagamento dos tributos estaduais pelo contribuinte?	S	x		0,06
2.3	Há a disponibilização de meios acessíveis para a verificação do adimplemento de obrigações por parte dos contribuintes?	S	x		0,06
2.4	Há legislação instituindo o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos?	S	x		0,06
2.5	Há processo estabelecido de recebimento de informações cartoriais para fins de cobrança do ITCMD?	S		x	0,00
2.6	Há processo estabelecido de recebimento de informações da Receita Federal do Brasil para fins de cobrança do ITCMD?	S		x	0,00
2.7	Há legislação instituindo o imposto sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação?	S	x		0,06
2.8	Há processo estabelecido de recebimento de informações do Simples Nacional para fins de arrecadação do ICMS?	S	x		0,06
2.9	Há legislação instituindo o imposto sobre a propriedade de veículos automotores?	S	x		0,06
2.10	Há processo estabelecido de recebimento de informações do DETRAN a respeito dos veículos registrados no Estado para fins de cobrança do IPVA?	S	x		0,06
2.11	Há diagnóstico a respeito da estrutura, pessoal e processos de cobrança de tributos no Estado, bem como as possibilidades para melhoria?	S		x	0,00
2.12	O quantitativo de auditores fiscais existente atende ao que é considerado adequado pelo diagnóstico para a cobrança de tributos?	S		x	0,00
2.13	A estrutura tecnológica existente atende ao que é considerado adequado pelo estudo para a cobrança de tributos?	S		x	0,00
2.14	Há processo contínuo de revisão do arcabouço normativo tributário estadual?	S	x		0,06
2.15	Há processo contínuo de capacitação dos auditores fiscais a respeito do arcabouço normativo tributário estadual?	S	x		0,06

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
2.16	Há processo de inteligência a fim de otimizar a cobrança de tributos?	S		x	0,00
2.17	Há processo estabelecido para a elaboração das premissas e da metodologia de cálculo para a previsão de arrecadação de tributos?	S	x		0,06
2.18	Há divulgação, em meios eletrônicos de acesso público, das normativas, entendimentos e decisões a respeito do arcabouço normativo tributário estadual?	S	x		0,06
3	QA3: Há medidas implementadas de controle da dívida ativa tributária?				0,55
3.1	Há informações consolidadas a respeito das características da dívida ativa tributária?	S	x		0,09
3.2	Há estudos periódicos que embasem os valores de alçada estabelecidos para cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa tributária do Estado?	S	x		0,09
3.3	Há processo estabelecido para implementação da revisão dos valores de alçada estabelecidos para a cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa tributária do Estado?	S	x		0,09
3.4	Há divulgação anual da quantidade e dos valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa?	S		x	0,00
3.5	Há divulgação anual da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa?	S		x	0,00
3.6	Há divulgação anual dos maiores devedores estaduais de tributos?	S		x	0,00
3.7	Há processo estabelecido de cobrança da dívida ativa tributária?	S	x		0,09
3.8	Há estudo sobre a situação atual e as possibilidades para melhoria dos processos de cobrança judicial e extrajudicial da dívida ativa?	S	x		0,09
3.9	O quantitativo de Procuradores do Estado existentes atende ao que é considerado adequado pelo estudo para a cobrança de dívida ativa?	S		x	0,00
3.10	A estrutura tecnológica existente atende ao que é considerado adequado pelo estudo para a cobrança de dívida ativa?	S		x	0,00
3.11	Há processo contínuo de capacitação dos agentes públicos envolvidos no processo de cobrança da dívida ativa?	S	x		0,09
4	QA4 :Há processos de realização de operações de crédito e do controle do endividamento implementados?				0,27
4.1	Há diagnóstico consolidado a respeito da dívida contratual do Estado?	S		x	0,00
4.2	Há diagnóstico consolidado a respeito da dívida não contratual, exceto precatórios, do Estado?	S		x	0,00
4.3	Há diagnóstico consolidado a respeito dos precatórios devidos pelo Estado, inclusive quanto aos índices e critérios de atualização?	S		x	0,00
4.4	Há estudos que embasem a realização de operações de crédito em face das prioridades estabelecidas pelo Poder Executivo?	S		x	0,00
4.5	Há autorização legislativa para as operações de crédito realizadas?	S	x		0,09

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
4.6	Há processo estabelecido de controle das operações de crédito, com vistas a evitar que seja superior ao montante das despesas de capital, ressalvadas as exceções previstas no art. 167, inciso III da Constituição Federal?	S		x	0,00
4.7	Há processo estabelecido de controle periódico do endividamento, com o objetivo de reduzir os encargos e serviços da dívida?	S	x		0,09
4.8	O refinanciamento da dívida pública consta separadamente na lei orçamentária anual?	S		x	0,00
4.9	Há processo estabelecido para o adequado reconhecimento e atualização monetária da dívida contratual?	S	x		0,09
4.10	Há processo estabelecido para o adequado reconhecimento e atualização monetária da dívida não contratual, exceto precatórios?	S		x	0,00
4.11	Há processo estabelecido para o adequado reconhecimento e atualização monetária dos precatórios?	S		x	0,00
5	QA5: A criação de despesas atende ao previsto nos dispositivos orçamentários?				0,67
5.1	Há controles a fim de evitar que se iniciem programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual?	S	x		0,11
5.2	Há controles a fim de evitar que se realizem despesas ou se assumam obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais?	S	x		0,11
5.3	Há controles a fim de garantir que os atos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento de despesa sejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro?	S	x		0,11
5.4	Há controles a fim de garantir que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas?	S	x		0,11
5.5	Há processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada na estimativa do impacto orçamentário-financeiro?	S	x		0,11
5.6	Há controles a fim de garantir que os atos de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarretem aumento de despesa sejam acompanhados de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	S	x		0,11
5.7	Há controles a fim de garantir que os atos que criem ou aumentem despesa obrigatória de caráter continuado sejam acompanhados de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais?	S		x	0,00
5.8	Há controles a fim de garantir que a comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas?	S		x	0,00
5.9	Há processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada na comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
6	QA6: Há processos de monitoramento e controle implementados das despesas com pessoal?				0,65
6.1	Há diagnóstico anual a respeito da efetividade da política de pessoal do Estado?	S		x	0,00
6.2	O diagnóstico contempla as necessidades de alocação de pessoal entre as diferentes áreas de governo?	S	x		0,06
6.3	O diagnóstico contempla métricas para aferição de produtividade?	S		x	0,00
6.4	O diagnóstico contempla diferentes alternativas de alocação dos recursos com pessoal para o oferecimento de serviços públicos?	S		x	0,00
6.5	A lei de diretrizes orçamentárias contém as diretrizes relativas à política de pessoal do Estado?	S	x		0,06
6.6	Há processo estabelecido de apuração quadrimestral dos índices de limites com pessoal definidos no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	x		0,06
6.7	Há controles instituídos a fim de evitar o aumento das despesas com pessoal quando atingido o limite prudencial definido no art. 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	x		0,06
6.8	Há medidas estabelecidas para a redução das despesas com pessoal caso ultrapassem os limites definidos no art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal?	S	x		0,06
6.9	Há controles a fim de evitar que se aumente a despesa com pessoal sem a existência de prévia dotação orçamentária?	S	x		0,06
6.10	Há controles a fim de evitar que se aumente a despesa com pessoal sem autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista?	S	x		0,06
6.11	Há controles a fim de garantir que os atos que acarretem aumento de despesa com pessoal sejam acompanhados da estimativa do impacto orçamentário-financeiro?	S	x		0,06
6.12	Há controles a fim de garantir que a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do aumento de despesa com pessoal seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas?	S	x		0,06
6.13	Há processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada na estimativa do impacto orçamentário-financeiro do aumento de despesa com pessoal?	S	x		0,06
6.14	Há controles a fim de garantir que os atos que acarretem aumento de despesa com pessoal sejam acompanhados de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias?	S	x		0,06
6.15	Há controles a fim de garantir que os atos que aumentem despesa com pessoal sejam acompanhados de comprovação de que a despesa não afetará as metas de resultados fiscais?	S		x	0,00
6.16	Há controles a fim de garantir que a comprovação de que a despesa com pessoal não afetará as metas de resultados fiscais seja acompanhada das premissas e da metodologia de cálculo utilizadas?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
6.17	Há processo estabelecido de verificação da adequação das premissas e da metodologia de cálculo utilizada na comprovação de que a despesa com pessoal não afetará as metas de resultados fiscais?	S		x	0,00
7	QA7: Os processos de gestão e de controle de despesas de exercícios anteriores atendem às normativas vigentes?				0,71
7.1	Há diagnóstico anual a respeito da composição e da evolução dos restos a pagar?	S		x	0,00
7.2	Há ações com vistas à resolução dos restos a pagar existentes?	S	x		0,14
7.3	Há planejamento e controles a fim de garantir que as despesas remanescentes a serem inscritas em restos a pagar sejam suportadas pelas receitas do período correspondente?	S	x		0,14
7.4	Há processo estabelecido para cancelamento dos restos a pagar não processados se verificados que não serão suportados pelas receitas do período correspondente?	S	x		0,14
7.5	Há processo estabelecido para tratamento dos restos a pagar processados se verificados que não serão suportados pelas receitas do período correspondente?	S	x		0,14
7.6	Há diagnóstico anual a respeito do histórico e da evolução das despesas de exercícios anteriores?	S	x		0,14
7.7	Há ações com vistas à resolução das despesas de exercícios anteriores existentes?	S		x	0,00
8	QA8: Os processos de destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos atendem às normativas vigentes?				0,78
8.1	Há diagnóstico anual a respeito da situação financeira de empresas, fundações e fundos públicos?	S		x	0,00
8.2	Há diagnóstico anual a respeito dos recursos destinados à cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos?	S	x		0,11
8.3	A lei de diretrizes orçamentárias dispõe sobre as condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas?	N		x	0,00
8.4	Há processo estabelecido para avaliar a conveniência da destinação de recursos para a cobertura das necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas do setor privado?	N	x		0,11
8.5	Há processo estabelecido para avaliar a conveniência da destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos?	N	x		0,11
8.6	Há o encaminhamento de legislação específica para a destinação de recursos para a cobertura do déficit de empresas, fundações e fundos?	N	x		0,11
8.7	Há o encaminhamento de legislação específica para a destinação de recursos para a cobertura das necessidades de pessoas físicas ou débitos de pessoas jurídicas do setor privado?	N	x		0,11
8.8	Há processo de verificação do cumprimento das condições definidas pela legislação específica para a cobertura das necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas do setor privados?	N	x		0,11
8.9	Há estudos que avaliem a pertinência da manutenção de empresas e fundações recorrentemente deficitárias?	N	x		0,11

	ITENS DE VERIFICAÇÃO	VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
9	QA9: Há critérios e processos adequados para o monitoramento da realização de receita e para a limitação de empenho?				0,86
9.1	Houve o estabelecimento da programação financeira em até trinta dias após a publicação dos orçamentos?	S	x		0,07
9.2	A programação financeira contém o cronograma de execução mensal de desembolso?	S	x		0,07
9.3	A programação financeira contém as metas bimestrais de arrecadação?	S	x		0,07
9.4	A programação financeira está alinhada com os orçamentos?	S	x		0,07
9.5	A programação financeira foi divulgada em meios eletrônicos de acesso público?	S	x		0,07
9.6	Há acompanhamento bimestral da realização da receita, a fim de verificar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal?	S	x		0,07
9.7	Há processo estabelecido de revisão mensal da programação financeira ao longo do exercício?	S		x	0,00
9.8	A lei de diretrizes orçamentárias dispõe sobre os critérios e forma de limitação de empenho?	S		x	0,00
9.9	Há processo estabelecido de limitação de empenho e movimentação financeira em até trinta dias após a verificação de insuficiência de receita para cumprimento das metas de resultado primário e nominal?	S	x		0,07
9.10	Há processo estabelecido para recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, quando verificado o restabelecimento da receita?	S	x		0,07
9.11	Há demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro?	S	x		0,07
9.12	Há a publicação dos demonstrativos contábeis até 30 de abril do exercício subsequente?	S	x		0,07
9.13	Há a publicação do Relatório de Gestão Fiscal em até 30 dias após o encerramento do quadrimestre?	S	x		0,07
9.14	Há a publicação do Relatório Resumido de Execução Orçamentária em até 30 dias após o encerramento do bimestre?	S	x		0,07
10	QA10: Há análise quanto à viabilidade de fundos especiais?				0,33
10.1	Há diagnóstico acerca da movimentação financeira dos fundos especiais existentes?	S	x		0,17
10.2	Há diagnóstico acerca de fundos especiais que possuam recursos, mas não apresentem execução?	S	x		0,17
10.3	Há estudo com relação à viabilidade dos fundos especiais existentes, que contemple soluções para os fundos inoperantes e formas alternativas de financiamento de políticas?	S		x	0,00
10.4	Há processo estabelecido para revisão normativa dos fundos especiais, a fim de adequar seus objetivos e metas ao longo do tempo?	S		x	0,00
10.5	Há processo estabelecido para avaliação do cumprimento dos objetivos dos fundos especiais?	S		x	0,00

ITENS DE VERIFICAÇÃO		VALIDADO?	SIM	NÃO	PONTUAÇÃO OBTIDA
10.6	Há medidas com vistas a operacionalizar os fundos inoperantes ou propor a revogação das respectivas leis de criação?	S		x	0,00
11	QA11: Há sistemas informatizados para o controle orçamentário, financeiro e de custos implementados?				0,00
11.1	Há um sistema informatizado para o controle orçamentário-financeiro?	S		x	0,00
11.2	Há um sistema informatizado para o controle de custos?	S		x	0,00
11.3	O sistema informatizado de administração financeira e controle é integrado, incluindo toda a administração indireta?	S		x	0,00
11.4	O sistema informatizado de administração financeira e controle atende ao padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União?	S		x	0,00
11.5	O sistema informatizado permite a geração de informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais, bem como de dívida pública nos moldes definidos pela Portaria n.º 642/2019-ME?	S		x	0,00
11.6	O sistema informatizado permite a geração, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira?	S		x	0,00
11.7	O sistema informatizado detalha as informações da despesa divulgadas conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48-A, inciso I?	S		x	0,00
11.8	O sistema informatizado detalha as informações da receita divulgadas conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48-A, inciso II?	S		x	0,00
11.9	O sistema informatizado permite a geração dos demonstrativos contábeis conforme os critérios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 50?	S		x	0,00
11.10	O sistema informatizado permite a geração do Relatório de Gestão Fiscal sem a necessidade de ajustes?	S		x	0,00
11.11	O sistema permite a geração do Relatório Resumido de Execução Orçamentária sem a necessidade de ajustes?	S		x	0,00
11.12	O sistema de custos permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial?	S		x	0,00
11.13	Há suporte tecnológico contínuo para a manutenção e melhorias do sistema de administração financeira e controle?	S		x	0,00